



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO GERENCIAL 3º TRIMESTRE DE 2017

Brasília-DF, dezembro de 2017



SUMÁRIO

1	COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	7
1.1	ASPECTOS GERAIS DE MERCADO	7
1.1.1	CENÁRIO ECONÔMICO	7
1.1.2	DESTAQUES INTERNACIONAIS	10
1.2	COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS:	11
1.2.1	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC	11
1.2.2	TAXA REAL DE JURO – 2017	11
1.2.3	TAXAS DE INFLAÇÃO	12
1.2.4	TAXA DE CÂMBIO	13
1.2.5	INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS – 2017	14
1.3	RETORNO BRUTO DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	14
1.3.1	ATIVO TOTAL SOB GESTÃO DA SÃO FRANCISCO	15
1.3.1.1	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL CONSOLIDADO	15
2	CONTÁBIL – ASPECTOS GERAIS	16
2.1	FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO - CONSOLIDADO	16
3	PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD	17
3.1	PREVIDENCIAL	17
3.1.1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	20
3.1.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	23
3.2	ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS	24
3.2.1	PERFORMANCE DO PLANO I – BD – DESCONTADA DA META ATUARIAL – 1994 AO 3º TRIMESTRE/2017	24
3.2.2	ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO	26
3.2.3	RENTABILIDADE	27
3.2.3.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	27
3.2.3.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	28
3.2.3.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	28
3.2.3.4	SEGMENTO DE IMÓVEIS	28
3.2.3.5	SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES	28
3.2.4	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	29
3.2.4.1	RENDA FIXA	29
3.2.4.2	RENDA VARIÁVEL	32
3.2.4.3	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - FIA'S	33
3.2.4.4	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	40
3.2.4.5	IMÓVEIS	43
3.2.4.6	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	45
3.2.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	47
3.2.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	48
3.2.5.2	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE IMÓVEIS	48
3.2.5.3	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	49
3.2.5.4	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	50
3.2.6	OPERAÇÕES CURSADAS NO EXERCÍCIO DE 2017:	51
3.2.7	DURATION DO PLANO	52
3.2.8	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO:	54
3.3	CONTÁBIL – PLANO DE BENEFÍCIOS I	56
4	PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV	58
4.1	PREVIDENCIAL	58
4.1.1	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS	60
4.2	ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS	61
4.2.1	PERFORMANCE – DESCONTADA DA TAXA INDICATIVA – 2014 A SETEMBRO DE 2017	61
4.2.2	ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO	62
4.2.3	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	63
4.2.4	RENTABILIDADE	63
4.2.4.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	63
4.2.4.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	63
4.2.4.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	64
4.2.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	64
4.2.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	64
4.2.6	OPERAÇÕES CURSADAS	65
4.2.7	DURATION	66
4.2.8	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	67
4.3	CONTÁBIL – PLANO DE BENEFÍCIOS II - CODEPREV	68



5	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	70
5.1	ADMINISTRAÇÃO	70
5.2	INVESTIMENTO	75
5.2.1	ENQUADRAMENTO	75
5.2.2	RENTABILIDADE	76
5.2.2.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	76
5.2.2.2	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	77
5.2.3	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	77
5.2.3.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	77
5.2.4	OPERAÇÕES CURSADAS	78
5.2.5	DURATION	78
5.2.6	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	79
5.3	CONTÁBIL – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – 2017	14
TABELA 2.	RENTABILIDADE NOMINAL ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 48 MESES – PGBL/PGBL X CODEPREV	15
TABELA 3.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE DO PLANO I/BD - ACUMULADA	25
TABELA 4.	ENQUADRAMENTO LEGAL – 2016 X 2017	26
TABELA 5.	RENTABILIDADE	27
TABELA 6.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA	29
TABELA 7.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL	32
TABELA 8.	RENTABILIDADES NOMINAIS OBTIDAS:	33
TABELA 9.	FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA	37
TABELA 10.	CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE	38
TABELA 11.	CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR	39
TABELA 12.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	40
TABELA 13.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO – PCH/FIP	41
TABELA 14.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS	43
TABELA 15.	TAXA DE OCUPAÇÃO E OCORRÊNCIAS	44
TABELA 16.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	45
TABELA 17.	CONCESSÕES	45
TABELA 18.	SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS	45
TABELA 19.	COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DOS EMPRÉSTIMOS	46
TABELA 20.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO	46
TABELA 21.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	48
TABELA 22.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	52
TABELA 23.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	54
TABELA 24.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE CODEPREV - ACUMULADA	62
TABELA 25.	ENQUADRAMENTO LEGAL	62
TABELA 26.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	63
TABELA 27.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	64
TABELA 28.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	65
TABELA 29.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017	65
TABELA 30.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	67
TABELA 31.	EVOLUÇÃO DA COTA	69
TABELA 32.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	75
TABELA 33.	ENQUADRAMENTO LEGAL	76
TABELA 34.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	77
TABELA 35.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	78
TABELA 36.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017	78
TABELA 37.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	79

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.	BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	16
QUADRO 2.	BALANÇO PATRIMONIAL	56
QUADRO 3.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	57
QUADRO 4.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	57
QUADRO 5.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	57



QUADRO 6.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	58
QUADRO 7.	BALANÇO PATRIMONIAL	68
QUADRO 8.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	68
QUADRO 9.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	68
QUADRO 10.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	69
QUADRO 11.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	69
QUADRO 12.	ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO	71
QUADRO 13.	CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS	74
QUADRO 14.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	74
QUADRO 15.	BALANÇO PATRIMONIAL	80
QUADRO 16.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA BD	80
QUADRO 17.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CODEPREV	81

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.	ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL – SETEMBRO DE 2017	8
GRÁFICO 2.	COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB	9
GRÁFICO 3.	DESEMPREGO EM 2017	9
GRÁFICO 4.	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2016 X 2017	11
GRÁFICO 5.	TAXA DE JURO REAL	12
GRÁFICO 6.	ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2017	12
GRÁFICO 7.	COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2016 X 2017	13
GRÁFICO 8.	RETORNO BRUTO ACUMULADO PGBL/VGBL – 48 MESES X CODEPREV - %	14
GRÁFICO 9.	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL	15
GRÁFICO 10.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	17
GRÁFICO 11.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	17
GRÁFICO 12.	SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS	17
GRÁFICO 13.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS	18
GRÁFICO 14.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS	18
GRÁFICO 15.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA	18
GRÁFICO 16.	ASSISTIDOS POR LOCALIDADE	19
GRÁFICO 17.	PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL	19
GRÁFICO 18.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS TOTAIS (ATIVOS E ASSISTIDOS) – EM MIL REAIS	20
GRÁFICO 19.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS CONTRATADAS – EM MIL REAIS	20
GRÁFICO 20.	CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS	20
GRÁFICO 21.	CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS	21
GRÁFICO 22.	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS	21
GRÁFICO 23.	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	21
GRÁFICO 24.	COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS	22
GRÁFICO 25.	COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTIC. ATIVOS X PATROCINADORA – EM MIL REAIS	22
GRÁFICO 26.	COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	23
GRÁFICO 27.	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO	23
GRÁFICO 28.	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	23
GRÁFICO 29.	RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	24
GRÁFICO 30.	DESEMPENHO ACUMULADO	25
GRÁFICO 31.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	26
GRÁFICO 32.	RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	27
GRÁFICO 33.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIV. - SEGMENTO DE RENDA FIXA	30
GRÁFICO 34.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	32
GRÁFICO 35.	DISPERÇÃO RISCO X RETORNO	34
GRÁFICO 36.	DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES OBTIDAS	34
GRÁFICO 37.	DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL	35
GRÁFICO 38.	TRACKING ERROR X RETORNO – MAIO/2014 A SETEMBRO/2017	35
GRÁFICO 39.	DESEMPENHO FIA SAGA SF – MAIO/2014 A SETEMBRO/2017	36
GRÁFICO 40.	DESEMPENHO MAPFRE SF – MAIO/2014 A SETEMBRO/2017	36
GRÁFICO 41.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	40
GRÁFICO 42.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO – PCH/FIP	41
GRÁFICO 43.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS	43
GRÁFICO 44.	ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS - IMÓVEIS	44
GRÁFICO 45.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO	46
GRÁFICO 46.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE	47
GRÁFICO 47.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	47



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

GRÁFICO 48.	EVOLUÇÃO DA DURATION	53
GRÁFICO 49.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - REALIZADO X PROJETADO	55
GRÁFICO 50.	CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVEST. E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO	55
GRÁFICO 51.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	58
GRÁFICO 52.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	59
GRÁFICO 53.	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO – CODEPREV X PARTICIPANTES	59
GRÁFICO 54.	CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES X PATRONAIS – EM MIL REAIS	59
GRÁFICO 55.	ADESÃO	60
GRÁFICO 56.	PARTICIPANTES POR LOCALIDADE – EM MIL REAIS	60
GRÁFICO 57.	DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA.....	61
GRÁFICO 58.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	62
GRÁFICO 59.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO - ACUMULADA	64
GRÁFICO 60.	EVOLUÇÃO DA DURATION	66
GRÁFICO 61.	DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA.....	70
GRÁFICO 62.	RECURSOS RECEBIDOS.....	70
GRÁFICO 63.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS	70
GRÁFICO 64.	DESPESAS REALIZADAS	71
GRÁFICO 65.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA.....	71
GRÁFICO 66.	INDICADORES DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO	72
GRÁFICO 67.	PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS.....	73
GRÁFICO 68.	ENQUADRAMENTO LEGAL	76
GRÁFICO 69.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	77
GRÁFICO 70.	EVOLUÇÃO DA DURATION	78



APRESENTAÇÃO

Os dados apresentados estão acumulados até o **3º Trimestre de 2017**. Elaborado por determinação da Diretoria Executiva foi produzido pelas áreas administrativas gerenciais da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, subordinadas diretamente a cada Diretoria. Objetiva dar conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas, e ainda, permitir comparar os resultados com outros de exercícios anteriores, relativamente ao mesmo período de tempos. Há também a análise e apresentação dos indicadores projetados linearmente, na tentativa de antever desvios a tempo de, em sendo necessário, proceder a ajustes necessários, que cotejados com as expectativas levantadas nas peças orçamentárias servem de balizadores aos gestores da entidade.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial os seguintes:

***Art. 7º:** A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.*

***Parágrafo único.** A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.*

***Art. 16.** Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.*

***§ 1º** O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.*

***Art. 17.** Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.*

***Parágrafo único.** A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.*

O material dele constante permite aos Conselhos o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios, sob a gestão da Fundação. Foca também o confronto das realizações com as projeções orçamentárias. Assim procedendo fornece subsídios para conhecimento e avaliação dos riscos assumidos, dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado, e também, demonstra o comportamento atual comparativamente aos trimestres de iguais períodos dos exercícios anteriores.

A estrutura do relatório está ajustada a incluir o Plano de Benefício Saldado, assim que ele for colocado em funcionamento, o que representará um novo plano sob a gestão da São Francisco. Dessa forma a sua estrutura segue a seguinte ordem: **(i)** Apresentação; **(ii)** Aspectos gerais; **(iii)** Os Planos de Benefícios BD e CODEPREV; e, **(iv)** PGA - Plano de Gestão Administrativo.



1 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

1.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO

1.1.1 Cenário Econômico

Encerrado o **terceiro trimestre de 2017**, o Brasil manteve-se ainda envolvido nas questões políticas (Poder Executivo versus Congresso Nacional), conseqüentemente, a atividade econômica, apesar de fortes sinais de recuperação de melhora, a agenda macroeconômica do Governo Federal, não conseguiu se desvencilhar da dependência do legislativo. As ligações nada republicanas do Poder Executivo e o Poder Legislativo observadas pela população continuaram a influenciar de forma negativa o processo de recuperação econômica do país.

Em agosto, o Governo do Presidente Michel Temer conseguiu escapar das investigações relativas à denúncia promovida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot ao Supremo Tribunal Federal - STF pelo crime de corrupção passiva, com base na acusação a partir do acordo de delação premiada da JBS, abrindo a partir de então, grande crise política para o governo.

Findo o terceiro trimestre, especificamente no dia 21 de setembro, em menos de 60 dias, descortinou-se pela segunda vez pela **Procuradoria Geral da República - PGR** a tentativa de obter autorização da Câmara dos Deputados para processar o Presidente por crimes que vão de corrupção passiva até a organização criminosa com atuação dentro do Congresso Nacional. Verdade ou mentira, o desfecho de mais um processo, contra o chefe do Governo brasileiro, só se vislumbra no último trimestre do ano, com conseqüências desastrosas para o processo de recuperação da economia e a retomada da confiança do mercado financeiro e produtivo, vis-à-vis as reformas Fiscal e Previdenciária, essenciais para consolidar em 2018 todo o processo de recuperação da economia iniciada em 2017.

A segunda denúncia da PGR, com novos fatos políticos de elevada gravidade, mais uma vez a aprovação da Reforma Fiscal e Previdenciária proposta pelo Governo, tomada de elevada importância pelo mercado financeiro e de capitais, com vistas à retomada da confiança do investidor e o início da recuperação econômica do país, tornou-se praticamente impossível de avançar no Congresso Nacional, ausentando-se praticamente dos debates nas casas legislativas.

Por outro lado, observou-se no decorrer do trimestre, que a economia brasileira marca forte resistência às mazelas da política, dado que as incertezas pioram o processo de recuperação, afastando de maneira sorrateira as decisões de investimentos, não só interno, mas, principalmente dos investidores estrangeiros, remetendo-se a novas e pessimistas previsões de crescimento para o ano de 2017 e conseqüentemente para 2018, retardando ainda mais a recuperação dos níveis de emprego, para que o país possa sair da condição essencialmente política observada nos primeiros nove meses do ano e retome o caminho do crescimento econômico.

Apesar da nova denúncia contra o Presidente Temer, ao longo do terceiro trimestre a economia surpreendeu com vários resultados positivos: **(i)** Queda acentuada na taxa de inflação, medida pelo IPCA, encerrando o terceiro trimestre com variação acumulada de 1,78%, contra 5,51% registrada no mesmo período do ano anterior e **(ii)** O relatório trimestral do Banco Central, abriu a possibilidade de extensão do ciclo de cortes de juros no COPOM para o próximo ano, animando de forma discreta os investidores internos.

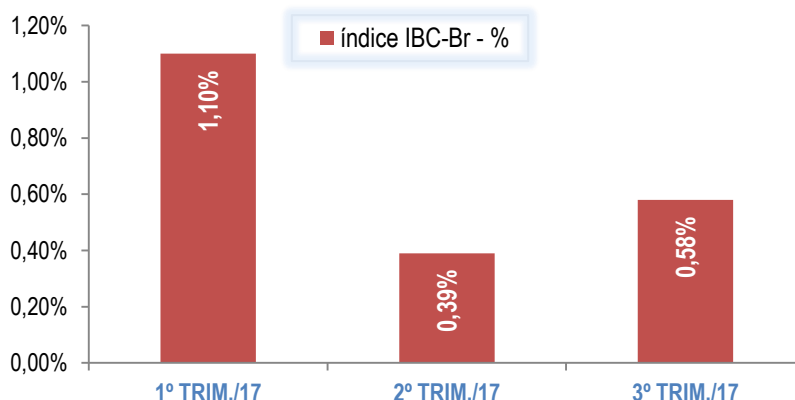
Em vista disso, no Brasil, o presidente do Banco Central reafirmou que a política monetária continuará estimulativa e que a economia doméstica se encontra em recuperação gradual. Segundo a autoridade, o ambiente atual de expectativas ancoradas, inflação em queda e alta ociosidade torna apropriado o prosseguimento dos estímulos monetários (taxa de juros abaixo de seu patamar de equilíbrio). Ainda assim, o Banco Central (BC) continua propenso a reduzir moderadamente o ritmo de queda da taxa de juros em sua próxima reunião e antevê também o encerramento gradual do recente ciclo de distensão,

supondo que os dados econômicos evoluam de acordo com o seu cenário. Adicionalmente, a autoridade reafirmou que os indicadores antecedentes apontam para continuidade da recuperação gradual da economia, após dois anos de recessão, e que a reorientação da política econômica foi crucial para a ancoragem das expectativas e o consequente processo de desinflação (*Fonte: Informe Econômico - BRAM - 06.10.2017*).

Quanto ao Segmento Industrial a **Confederação Nacional da Indústria - CNI** no relatório de Sondagem Industrial publicado em setembro de 2017, mostra a manutenção dos bons resultados apresentados em julho e agosto. O número de empregados manteve-se próximo da estabilidade, o que mostra que o ciclo de demissões da indústria está próximo do fim. A produção recuou no mês, o que é usual para o período. Mas a queda registrada em setembro de 2017 é menor que a de anos anteriores. A utilização da capacidade instalada efetiva em relação ao usual recuou 1,6 ponto entre agosto e setembro, mas permanece acima (4,7 pontos) acima do registrado em setembro de 2016.

A economia brasileira completou o terceiro trimestre consecutivo de crescimento pela métrica do Banco Central, algo que não ocorria desde 2013. Com avanço de 0,40% em setembro, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) fechou o terceiro trimestre do ano com alta de 0,58%, vindo de variações positivas de 0,39% no segundo e 1,10% no primeiro, na série com ajuste sazonal. Conforme gráfico abaixo - indicador criado com objetivo de antecipar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do país, constituindo-se em um parâmetro preliminar da evolução da atividade econômica brasileira. O cálculo do IBC-Br também auxilia a Autoridade Monetária a definir a meta da Taxa Básica de Juros da Economia (Selic) (*Fonte: Jornal Valor - 21.11.2017 e BACEN*).

GRÁFICO 1. ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL – SETEMBRO DE 2017



No Gráfico acima, observa-se que o nível de atividade da economia brasileira, medida trimestralmente pelo IBC-Br subiu 0,58% na comparação com o trimestre anterior. Esta foi a terceira alta no trimestre consecutiva registrada na economia brasileira. As perspectivas para o ano continuam positivas, dada a retomada do IBC-Br positivo em setembro. Neste contexto, o mercado projeta crescimento positivo do PIB em 2017.

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia brasileira cresceu 0,20% no segundo trimestre de 2017, na comparação com os três primeiros meses do ano, gerando uma estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB em 2017 da ordem 0,70%, contra 0,48% projetada no primeiro trimestre. Essa expectativa está baseada na recuperação dos investimentos e na estabilização do consumo, além das Reformas Fiscal, Previdenciária e redução dos gastos públicos, vis-à-vis a implementação do teto dos gastos para o setor público. Em valores correntes, o PIB alcançou R\$ 1,639 trilhão em 01 de setembro de 2017.

GRÁFICO 2. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

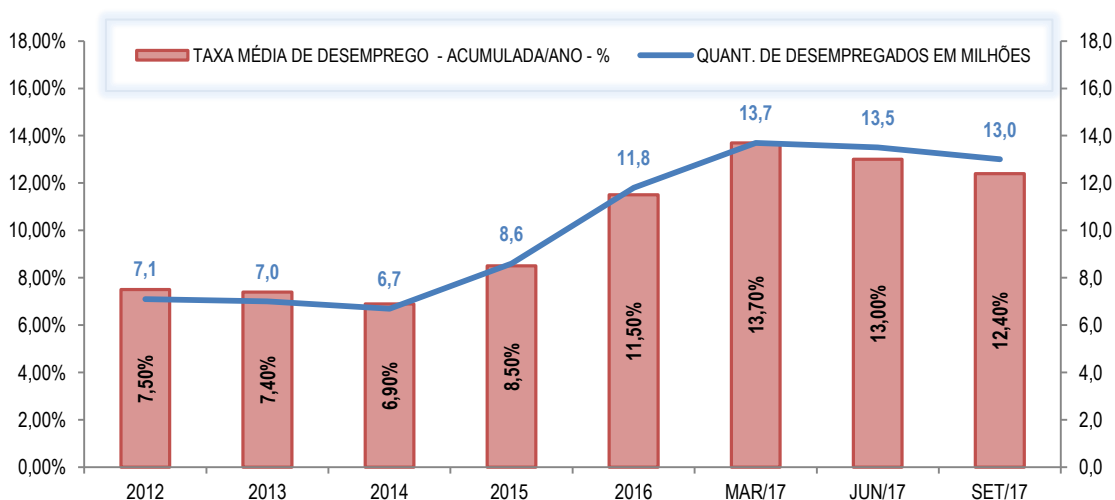


Os números a seguir registrados no terceiro trimestre de 2017, buscam apontar sistematicamente uma economia doméstica em recuperação lenta e passível de retrocessos, dependente fundamentalmente da aprovação no Congresso Nacional das reformas estruturais encaminhadas. Chamam a atenção os comportamentos verificados pelos indicadores a seguir:

- **Inflação:** o comportamento dos preços no terceiro trimestre de 2017 continuou a surpreender positivamente todas as expectativas do mercado, pressionando a Autoridade Monetária (BACEN) a acelerar o processo de queda da Selic. A queda da inflação no 3º trimestre, medida pelo IPCA, registrou variação de 0,59% - contra 1,04 registrada no mesmo período de 2016, acumulando nos nove primeiros meses alta de 1,78%, contra 5,51% em igual período do ano anterior, com baixa de 3,73 p.p.

- **Taxa de Desemprego:** Segundo o IBGE, encerrado o 3º trimestre de 2017 a taxa de desemprego ficou em 12,40%, contra 13,00% registrada no 2º trimestre de 2017. Trata-se de um recuo de 0,60 ponto percentual em relação ao segundo trimestre. Para o IBGE, esta foi a menor taxa do ano segundo dados da Pnad Contínua. Apesar dessa queda, a desocupação ainda atinge cerca de 13,0 milhões de brasileiros. Quando comparado ao exercício de 2016, a taxa continua 0,90 ponto percentual maior, quando o desemprego encontrava-se em 11,50%.

GRÁFICO 3. DESEMPREGO EM 2017



- **Política:** No âmbito da política interna, a atenção do mercado no encerramento do 3º trimestre encontrava-se focada, mais uma vez, na segunda denúncia apresentada pela PGR contra o Presidente Michel Temer, com objetivo final de recomendar ou não a aceitação da denúncia contra o Presidente a acusação por obstrução da justiça e organização criminosa, e



- **Mercado Financeiro e de Capitais:** (i) Dada às condições macro, a Selic caiu, saindo de 13,75% a.a. em dezembro/16 para 8,25% a.a. em setembro/17, registrando 5,50 ponto percentual de queda acumulada no ano e (ii) A alta volatilidade registrada na Bolsa de Valores, medida pelo IBOVSPA – com alta de 18,12% no 3º trimestre, contra queda de 3,21% no 2º trimestre/17, motivada diretamente pela queda da inflação e consequente redução da Selic.

Brasil - Perspectivas 2017:

O cenário macroeconômico desenhado para o quarto trimestre de 2017, apesar da baixa popularidade do governo Temer, segundo a CNI, este é o quarto trimestre consecutivo de piora na avaliação do governo: Apenas 3% da população consideram o governo Temer ótimo ou bom; 77% consideram ruim ou péssimo; 16% avaliam como regular e 3% não sabem ou não responderam e reforçada com a segunda denúncia da PGR junto ao STF por obstrução de justiça e organização criminosa, as condições macroeconômicas iniciaram um processo de reversão, tornando-se mais favoráveis ao país.

Na política o mercado vislumbra-se a retomada da discussão visando à possibilidade de aprovação de uma reforma da previdência, equivalente no mínimo a 50% da proposta original.

Por outro lado, é notório e perceptível, que o Brasil continua a passar por um momento difícil, complexo e desafiador. As previsões para o 4º trimestre, remetendo-se ao exercício de 2018, iniciaram um processo de recuperação ainda lento, porém, em condições mais favoráveis do que se imaginavam no encerramento do terceiro trimestre, com destaque para: **(a)** Taxa de juro em queda e **(b)** Inflação abaixo do centro da meta. Assim, as atenções do mercado e da população estarão voltadas para a recuperação do mercado de trabalho com queda da taxa de desemprego e consequente alta nos segmentos de produção.

1.1.2 Destaques Internacionais

- **Estados Unidos:** Em relação aos dados econômicos dos Estados Unidos no encerramento do terceiro trimestre de 2017 - mantém-se a avaliação de que a economia cresce em ritmo moderado, e que os efeitos dos desastres naturais se restringirão ao curto prazo. No lado da inflação, a maioria dos participantes do comitê defende que as condições econômicas atuais resultarão em pressão inflacionária nos próximos meses, apesar de vários membros avaliarem que o retorno da inflação para a meta pode levar mais tempo do que o antecipado. Quanto aos próximos passos da política monetária, a ata confirmou a expectativa de uma nova alta de juros ainda em 2017 ao mencionar que muitos membros do FOMC trabalham com essa hipótese desde que o cenário atual se mantenha. Vários membros, entretanto, sinalizaram que uma nova alta de juros nesse ano dependerá do grau de confiança acerca da dinâmica da inflação nos próximos meses. Nesse sentido, o indicador de inflação (CPI) em setembro mostrou variação de 0,5%, abaixo da variação de 0,6% esperada. O núcleo da inflação (exclui alimentos e energia) apresentou variação de 0,1%, também abaixo do consenso do mercado (0,2%). Em termos anuais, o núcleo do CPI se manteve em 1,7%. Embora o número de inflação tenha decepcionado em agosto, mantemos a nossa expectativa de uma nova alta de juros de 25 p.b na reunião de dezembro. **(Fonte: Informe Econômico – BRAM – 13.10.2017)**

- **China:** Na Ásia, os dados de comércio internacional da China confirmam o bom momento da economia global. As exportações chinesas cresceram 8,1% em setembro, acelerando em relação ao crescimento de 5,6% em agosto. Entre os principais destinatários, as exportações para os EUA expandiram 13,8% e para a União Europeia cresceram 10,4%. Já as importações chinesas expandiram 18,7%, também acelerando em relação ao mês anterior (13,5%). Quanto aos produtos importados, destaque para o aumento de 10,6% e 11,9% no volume importado de minério de ferro e petróleo, respectivamente. O forte desempenho no fluxo de comércio chinês denota que a economia global segue com seu ritmo de crescimento sólido. Confirmando esse cenário benigno, as encomendas de máquinas no Japão cresceram 3,4% em agosto, superando a expectativa do mercado (1,2%). Nesse caso, a demanda externa por máquinas japonesas expandiu 11,5%, após alta de 9,1% em julho. Após surpreender positivamente no primeiro semestre, a

economia japonesa deverá manter seu ritmo de crescimento no terceiro trimestre acima de 1,5%. **(Fonte: Informe Econômico – BRAM – 13.10.2017)**

- **Zona do Euro:** Na Zona do Euro, a produção industrial de agosto superou as expectativas. Na margem, a indústria da região expandiu 1,4% em agosto, variação acima do consenso de mercado (0,6%). A expansão foi liderada pelo setor de bens de capital, que apresentou crescimento de 3,1% no mês. Por país, a indústria na Alemanha foi o grande destaque, com crescimento de 2,6%. Na Itália, o crescimento também foi expressivo, com variação de 1,2%. Na direção contrária, a produção industrial na França contraiu 0,4%. De modo geral, o desempenho da produção industrial na região nesse terceiro trimestre está de acordo com o crescimento de 0,6% do PIB sinalizado pelos indicadores de confiança. No ano, a Zona do Euro deve crescer acima de 2%. **(Fonte: Informe Econômico – BRAM – 13.10.2017)**

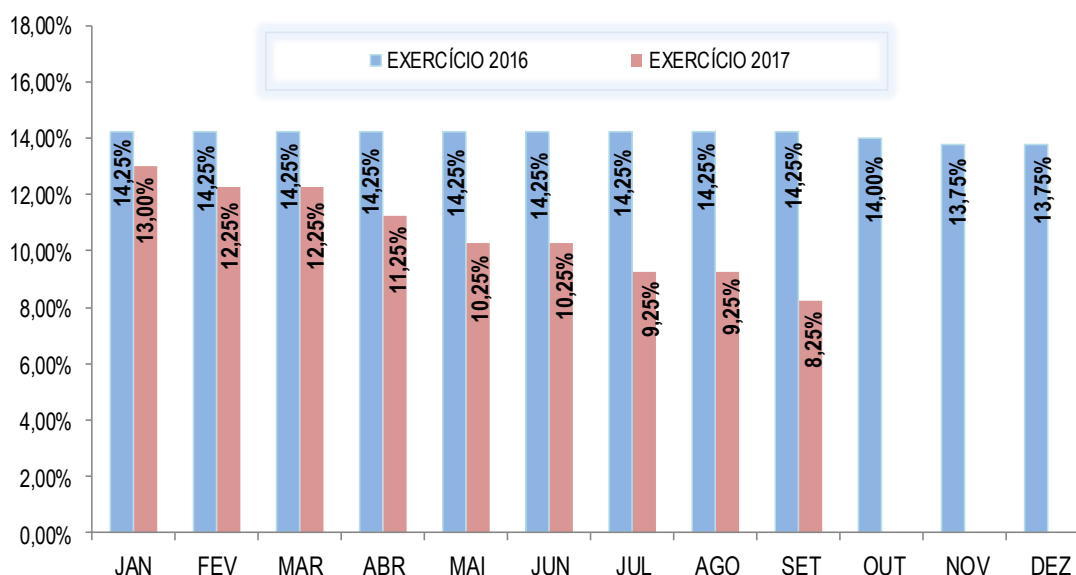
1.2 COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS:

1.2.1 Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC

O Comitê de Política Monetária - COPOM, em sua última reunião realizada no 3º Trimestre de 2017, nos dias 05 e 06 de setembro de 2017, a quinta do ano, sem surpresas, decidiu cortar a Selic em 1,00%, de 9,25% a.a. para 8,25% a.a., sem viés, dando continuidade à política de afrouxamento monetário do Banco Central, contra 13,75% a.a. em dezembro de 2016, isto é, uma queda de 4,00 p.p em nove meses.

Esta foi à sexta redução na Selic desde que o atual presidente Ilan Goldfajn assumiu o cargo. “No comunicado, os Diretores do BACEN sinalizaram a desaceleração moderada no ritmo de corte da Taxa Selic e começou a preparar o mercado para o fim do ciclo de distensão monetária. A Autoridade Monetária para os próximos meses indicou que o cenário mais provável é uma baixa de 0,75 ponto percentual, em vez dos cortes de 1 ponto percentual das últimas quatro reuniões. Também avisou que antevê um encerramento gradual do ciclo, ou seja, daqui por diante os juros tendem a cair com movimentos cada vez menores”.

GRÁFICO 4. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2016 X 2017

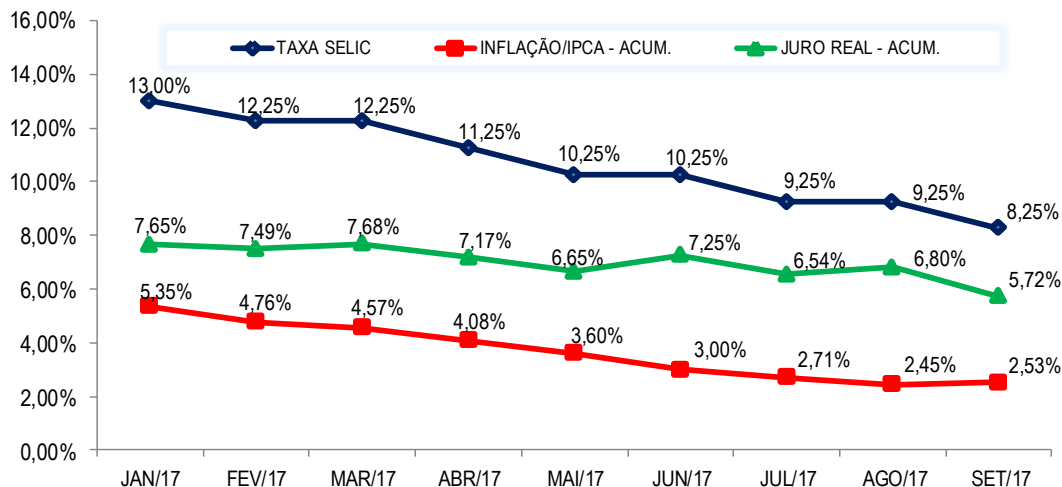


1.2.2 Taxa Real de Juro – 2017

Com a decisão do Comitê de Política Monetária - COPOM em sua última reunião realizada no 3º Trimestre de 2017, nos dias 05 e 06 de setembro de 2017, A Autoridade Monetária (BACEN) proporcionou um corte de 1,00% na Selic, reduzindo-a para 8,25% a.a. Mesmo com a redução, o Brasil continua sendo o país

com juros reais mais altos do mundo. Os juros reais (descontada a inflação) se situaram em 5,75%, contra 7,46% a.a. em dezembro de 2016.

GRÁFICO 5. TAXA DE JURO REAL

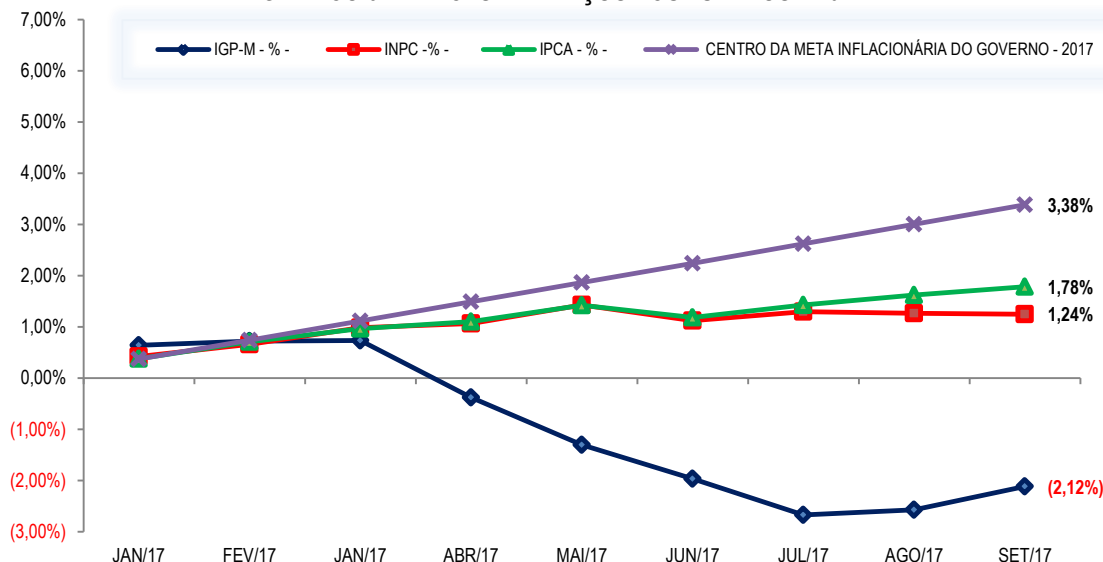


1.2.3 Taxas de Inflação

Segundo publicação do IBGE, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** (índice oficial de inflação do Governo Federal) foi positivo em 0,16% em setembro de 2017. Com o resultado deste mês, o IPCA acumulado no ano foi de 1,78%, menos do que os 5,51% registrados em igual período do ano passado. Considerando os últimos doze meses o índice acelerou 2,54, resultado inferior aos 2,46% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. A meta do governo é manter a inflação nos níveis de 4,50% ao ano, com uma tolerância de 1,5 pontos, ou seja, pode variar entre 3,00% e 6,00%.

De acordo com as previsões do BACEN (Focus - Relatório de Mercado - 29.09.2017), a inflação nos próximos meses continuará a perder força, já sinalizada no decorrer dos nove primeiros meses do ano, com expectativas de alta nos preços de 2,95%, abaixo, portanto, do centro da meta (4,50% a.a.) e do teto da meta (6,50% a.a.) estabelecido pelo Governo. Por outro lado, o mercado tem plena convicção de que, a queda observada no IPCA nos últimos meses não foi fruto de um ambiente interno organizado. A projeção da queda do índice de 6,29% em 2016 para 2,95% em 2017 deveu-se, ainda, pelo aprofundamento da recessão e do desemprego.

GRÁFICO 6. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2017



Observa-se que encerrado o primeiro semestre de 2017, ocorreu depois de dois anos e meio consecutivos a reversão do persistente descolamento entre as variações dos índices INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e o IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), em patamar acima dos historicamente observados até 2014. Como se observa no gráfico, as variações dos índices, no encerramento do 3º semestre de 2017, deixam visível a reversão do processo, quando o IPCA acumulou alta de 1,78% onde se encontram atrelados os Títulos Públicos do Plano, contra o INPC 1,24%, favorece os investimentos atrelados em IPCA em 0,54% acima da variação do INPC.

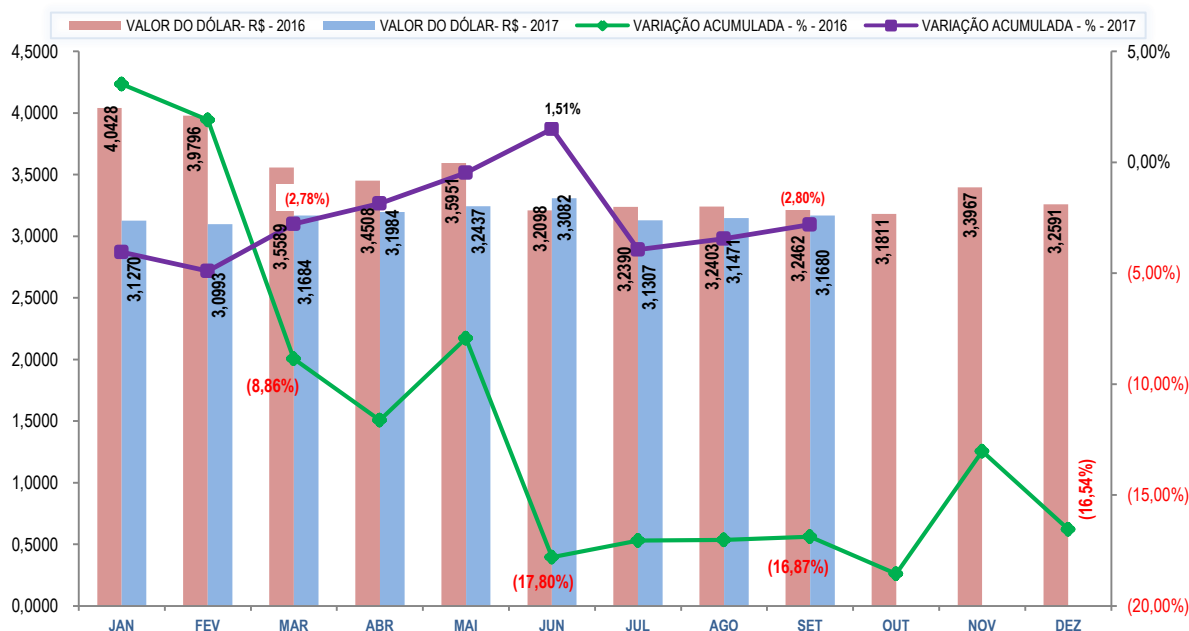
1.2.4 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 3º trimestre de 2017 valendo R\$ 3,1680 contra R\$ 3,3082 no 2º trimestre 2017, registrando uma baixa de 4,24% no trimestre. Com este resultado, a moeda americana registrou uma queda acumulada no ano de 2,80%, ante uma desvalorização de 16,87% no mesmo período de 2016, resultando numa pequena desvalorização do real no período considerado.

No decorrer do mês de julho de 2017, o dólar registrou uma queda de 5,37%, no entanto, no final do trimestre houve o anúncio do governo Donald Trump - “programa de corte de impostos para famílias e empresas, com perspectivas de maior crescimento do investimento e aumento do déficit e da dívida pública. Esses dois fatores fizeram os juros futuros americanos subirem, com a Treasury de 10 (dez) anos alcançando o patamar de 2,32% a.a.” (Fonte: SulAmérica-Carta Mensal – Setembro/17). Neste contexto, o dólar voltou a ganhar força contra outras moedas, recuperando parte das perdas inicialmente registradas no decorrer do trimestre considerado. Transcorridos os nove primeiros meses do ano, a moeda americana registrou uma baixa acumulada de 2,80%, contribuindo diretamente com a queda da inflação.

Assim, os índices de preços oficiais continuam a indicarem forte queda até o final do ano, motivados pela redução da atividade econômica, contribuindo com as decisões de redução da Selic, indicando, inclusive, novas reduções nas próximas reuniões do COPOM.

GRÁFICO 7. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2016 X 2017



1.2.5 Indicadores Econômicos Financeiros – 2017

TABELA 1. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – 2017

ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2016	VARIÇÕES NOMINAIS - 2017									NOMINAL NO ANO
		jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	
IBOVESPA	38,91%	7,38%	3,08%	(2,52%)	0,64%	(4,12%)	0,30%	4,80%	7,46%	4,88%	23,34%
IBrX-50	36,82%	7,12%	2,84%	(2,16%)	0,60%	(3,99%)	0,50%	4,76%	7,28%	4,95%	23,40%
US\$ (PTAX) %	(16,54%)	(4,05%)	(0,89%)	2,23%	0,95%	1,42%	1,99%	(5,37%)	0,52%	0,66%	(2,80%)
CDI	13,99%	1,08%	0,86%	1,05%	0,79%	0,93%	0,81%	0,80%	0,80%	0,64%	8,03%
TAXA SELIC	14,03%	1,09%	0,87%	1,05%	0,79%	0,93%	0,81%	0,80%	0,80%	0,64%	8,05%
POUPANÇA	8,30%	0,67%	0,53%	0,65%	0,50%	0,58%	0,55%	0,56%	0,55%	0,50%	5,22%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO		VARIÇÕES NOMINAIS - 2017									
IGP-M (FGV)	7,19%	0,64%	0,08%	0,01%	(1,10%)	(0,93%)	(0,67%)	(0,72%)	0,10%	0,47%	(2,12%)
IGP-DI (FGV)	7,15%	0,42%	0,06%	(0,38%)	(1,24%)	(0,51%)	(0,96%)	(0,30%)	0,24%	0,62%	(2,05%)
INPC (IBGE)	6,58%	0,42%	0,24%	0,32%	0,08%	0,36%	(0,30%)	0,17%	(0,03%)	(0,02%)	1,24%
IPC-SP (FIPE)	6,55%	0,32%	-0,08%	0,14%	0,61%	-0,05%	0,05%	(0,01%)	0,10%	0,02%	1,10%
IPCA (IBGE)	6,29%	0,38%	0,33%	0,25%	0,14%	0,31%	(0,23%)	0,24%	0,14%	0,16%	1,73%
META ATUARIAL (*)	13,30%	0,57%	0,85%	0,67%	0,75%	0,51%	0,79%	0,13%	0,60%	0,40%	5,38%
TAXA INDICATIVA (**)	10,31%	0,71%	0,53%	0,61%	0,37%	0,65%	(0,01%)	0,46%	0,26%	0,27%	3,89%
REFERÊNCIA (***)	12,44%	0,85%	0,67%	0,75%	0,51%	0,79%	0,13%	0,60%	0,40%	0,41%	5,21%
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	3,2591	3,1270	3,0993	3,1684	3,1984	3,2437	3,3082	3,1307	3,1471	3,1680	-

(*) INPC (com defasagem) + 5,26% a.a.

(**) INPC+3,5% a.a.

(***) INPC (sem defasagem) +5,26% a.a.

Na Tabela 1 acima, chama a atenção a retomada da alta do mercado acionário medido pelos índices IBOVESPA e IBrX-50, com alta acumulada de 23,34% e 23,40%, respectivamente, contra 4,43% e 4,62%, respectivamente no segundo trimestre, bem como o fenômeno inverso, a desvalorização do dólar ante o real, com a cotação da moeda acumulando baixa no ano de 2,80%, contra uma de 1,51% no segundo trimestre.

1.3 RETORNO BRUTO DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

GRÁFICO 8. RETORNO BRUTO ACUMULADO PGBL/VGBL – 48 MESES X CODEPREV - %

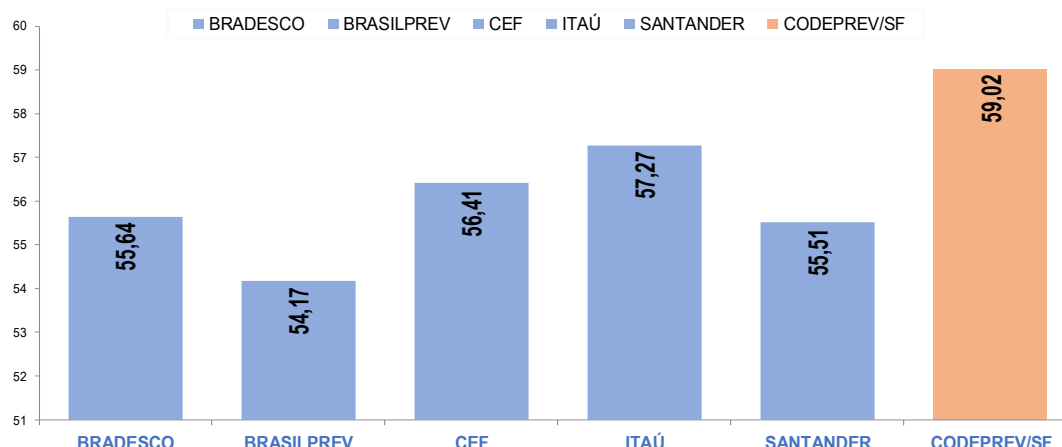


TABELA 2. RENTABILIDADE NOMINAL ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 48 MESES – PGBL/PGBL X CODEPREV

GESTORES	FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	RETORNO - %				PERFIL DE RISCO
		Bruto em 12 Meses	Bruto em 24 Meses	Bruto em 36 Meses	Bruto em 48 Meses	
BRDESCO	BradescoPgbl Vgbl Fix Plus	12,93	28,10	42,72	55,64	CONSERVADOR
BRASILPREV	Brasilprev Rt Fix VII Renda Fixa	12,43	27,45	41,64	54,17	CONSERVADOR
CEF	Previdenciário Caixa Renda Fixa 50	12,73	28,38	42,99	56,41	CONSERVADOR
ITAÚ	Itau Flexprev XV A Renda Fixa	12,96	28,58	43,59	57,27	CONSERVADOR
SANTANDER	Santander FI XVI RF CP	12,72	28,37	42,5	55,51	CONSERVADOR
CODEPREV/SF	CODEPREV	14,18	31,41	53,64	59,02	CONSERVADOR

Fonte: Blog Aposentadoria Programada - Posição: Junho de 2017.

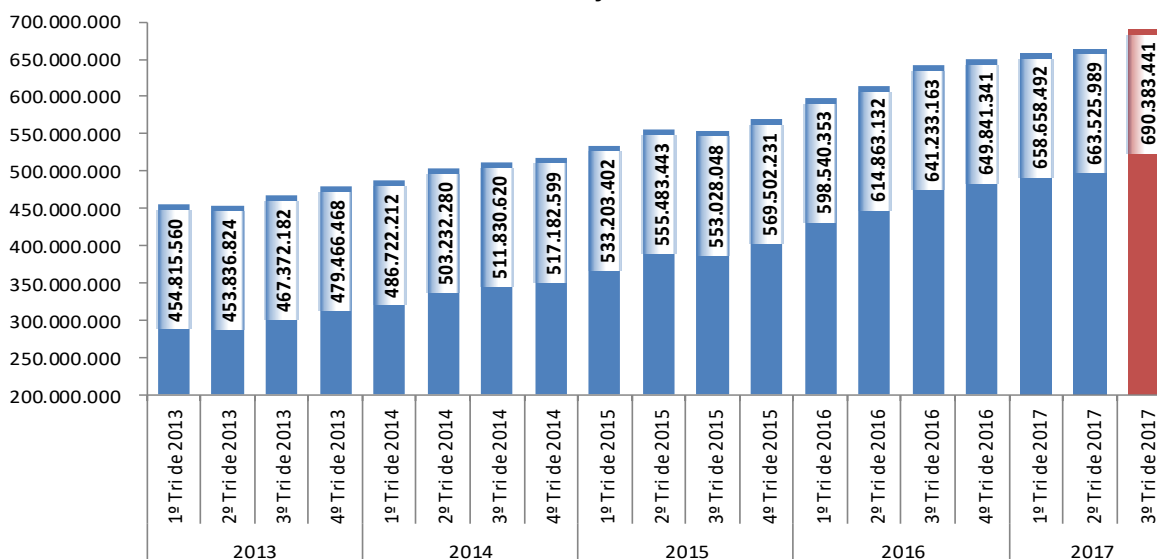
No Gráfico Nº 8 e na Tabela Nº 9 acima, destacamos a rentabilidade nominal dos últimos 48 (quarenta e oito) meses dos **Fundos de Previdência Privada - PGBL / VGBL** dos cinco maiores Gestores Privados (Bradesco; BrasilPrev; CEF; Itaú e Santander), publicadas pelo “**Blog Aposentadoria Programada**”, comparadas ao CODEPREV acumulado em 43 (quarenta e três) meses.

Considerando que as amostras dos Planos Privados remetem a rentabilidade nominal acumulada em 48 meses e tendo o CODEPREV *startado* a sua primeira rentabilidade em dezembro de 2013, portanto, comportando-se dentro do intervalo de 43 meses, apesar de acumular cinco meses a menos que a Indústria Privada de Fundos. Conclui-se que o CODEPREV, a despeito das condições conjunturais adversas registradas no mercado financeiro no período de 2013 a junho de 2017, os investimentos obtiveram desempenho nominal acima dos Fundos de Previdência Privada - PGBL / VGBL em todos os períodos considerado: 12 meses; 24 meses; 36 meses e 48 meses, logo, reflete a estratégia conservadora adotada pelo **Comitê estratégico de Investimentos - CEI** na alocação de recursos, com baixíssima exposição ao risco.

1.3.1 Ativo Total sob Gestão da SÃO FRANCISCO

1.3.1.1 Evolução do Ativo Total Consolidado

Encerrado o 3º trimestre de 2017, o Ativo Total Consolidado atingiu o montante de R\$ 690,4 milhões, contra R\$ 663,5 milhões ao fim do 2º trimestre de 2017, representando crescimento de 4,05%, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL


2 CONTÁBIL – ASPECTOS GERAIS

Compete observar que na apuração das Demonstrações Contábeis, foram observados todos os princípios contábeis, ou seja, todos os lançamentos contábeis foram registrados com base no Princípio da Competência, o qual determina que os efeitos das transações e outros eventos certos de sua ocorrência nos meses vindouros próximos, sejam reconhecidos nas demonstrações levantadas independentemente do recebimento ou pagamento das mesmas. Isto pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. As contribuições para o plano CODEPREV, por ser um plano com registro das reservas individuais, em cotas, têm os seus registros realizados pelo Regime de Caixa.

Os lançamentos contábeis primaram pela existência de documentos idôneos, claros, com identificação do fato contábil, além da utilização de complementos aos históricos padrões detalhando as características dos documentos que os originaram. Quando utilizada informações internas, estas estão identificadas pela cadeia de responsabilidade definida na estrutura orgânica da Entidade.

A Fundação São Francisco optou por empregar a segregação real. Entende a Entidade que assim agindo apresenta a necessária acuidade ao postulado que define conceitualmente uma Entidade contábil, respeitando a natureza e a finalidade das transações. É possível dessa forma, avaliar com distinção o conjunto de dados da Fundação São Francisco, consolidadamente em atendimento a exigência legal, como também os dados produzidos pela gestão de cada um dos Planos de Benefícios e da Gestão Administrativa, em separado:

2.1 Fundação São Francisco - Consolidado

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016	PASSIVO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016
DISPONÍVEL	43.396,01	67.819,95	EXIGÍVEL OPERACIONAL	57.826.685,07	32.256.220,72
REALIZÁVEL	687.298.530,08	638.037.488,58	Gestão Previdencial	57.119.777,32	31.255.883,36
Gestão Previdencial	7.711.243,07	8.505.806,83	Gestão Administrativa	654.672,42	734.585,86
Gestão Administrativa	3.871.831,54	3.568.198,39	Investimentos	52.235,33	265.751,50
Investimentos	675.715.455,47	625.963.483,36	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.971.067,54	5.507.913,79
Títulos Públicos	468.183.333,09	377.224.950,35	Gestão Previdencial	147.232,79	-
Créditos Privados e Depósitos	26.441.186,96	66.681.882,40	Gestão Administrativa	5.057.017,42	4.774.495,91
Fundos de Investimento	166.057.062,69	169.437.805,87	Investimentos	766.817,33	733.417,88
Investimentos Imobiliários	10.435.664,77	7.308.160,72	PATRIMÔNIO SOCIAL	626.585.688,54	603.469.028,73
Empréstimos e Financiamentos	4.084.583,06	4.830.458,57	Patrimônio de Cobertura do Plano	634.700.816,97	585.115.078,41
Depos. Jud. Recursais	513.624,90	480.225,45	Provisões Matemáticas	621.210.836,94	572.295.699,70
PERMANENTE	3.041.515,06	3.127.854,71	Benefícios Concedidos	343.275.077,93	337.079.023,67
Imobilizado	3.022.931,75	3.101.123,64	Benefícios a Conceder	277.935.759,01	235.216.676,03
Diferido	18.583,31	26.731,07	Equilíbrio Técnico	(13.489.980,03)	12.819.378,71
			Resultados Realizados	(13.489.980,03)	12.819.378,71
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	12.819.378,71
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(13.489.980,03)	-
			Fundos	18.864.831,63	18.353.950,32
			Fundos Previdenciais	4.600.387,10	3.165.516,85
			Fundos Administrativos	12.482.441,30	13.327.623,96
			Fundos dos Investimentos	1.782.003,23	1.860.809,51
TOTAL DO ATIVO	690.383.441,15	641.233.163,24	TOTAL DO PASSIVO	690.383.441,15	641.233.163,24

Brasília, 30 de Setembro de 2017

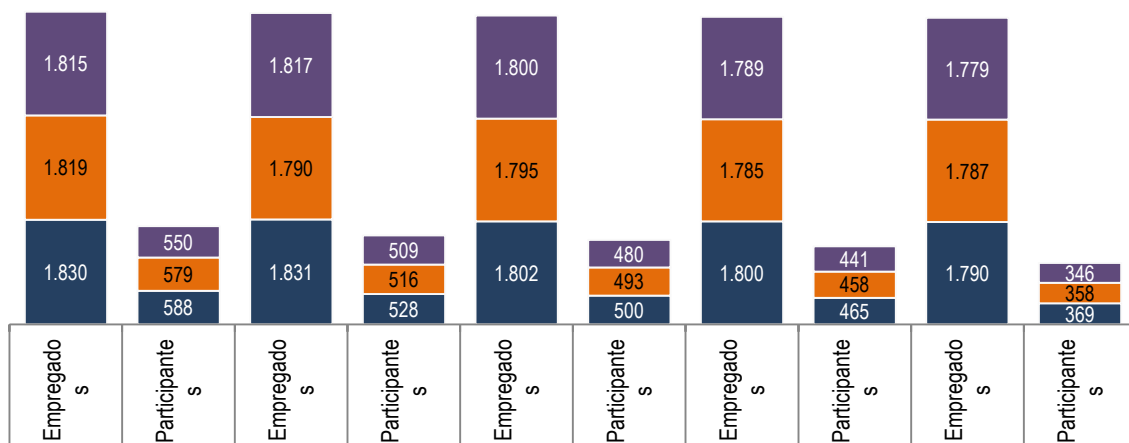
A consolidação do Balanço Patrimonial não se trata de uma simples soma de contas, pois, como prescreve o próprio postulado da Entidade contábil, a consolidação exige que sejam retirados os efeitos provocados pelas relações mútuas entre as Entidades contábeis, os Planos de Benefícios e o PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim é que no consolidado, o que um plano deve ao outro não aparecerá, bem como o “resultado da equivalência patrimonial” (registro do fundo administrativo) nos Planos de Benefícios.

Destaca-se que não se trata de transações entre planos, haja vista que a legislação a proíbe, mas, precipuamente, as relações de custeio dos planos com o PGA, bem assim, a formação dos fundos administrativos, respeitando a origem dos recursos e os gastos administrativos incorridos relativamente a cada plano, quando identificáveis diretamente, ou por aplicação de rateios nos demais casos.

3 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

3.1 PREVIDENCIAL

GRÁFICO 10. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES



Com relação ao 2º trimestre, 11 participantes ativos se desligaram do Plano e 1 se aposentou.

GRÁFICO 11. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES

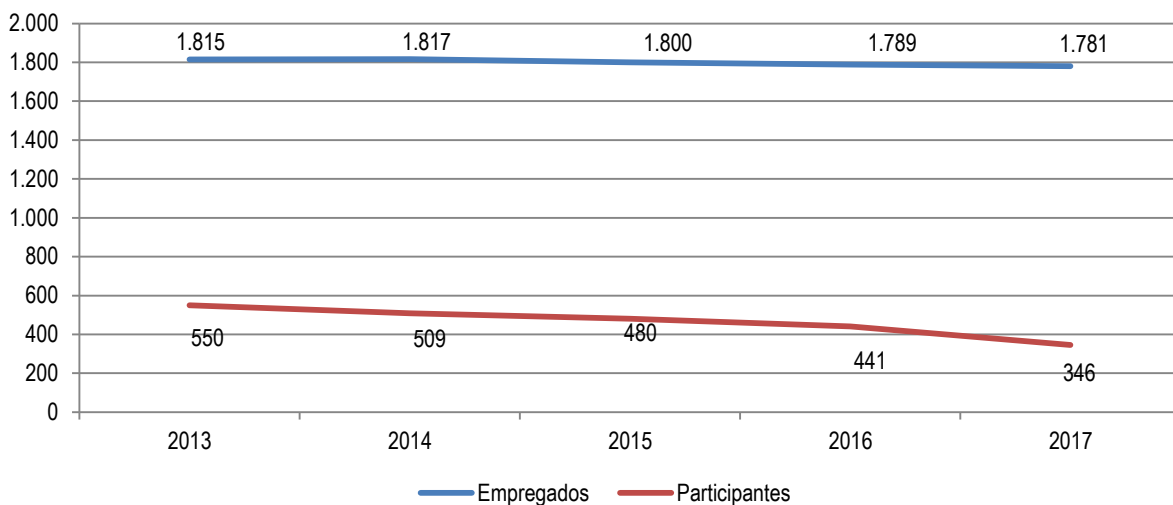


GRÁFICO 12. SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS

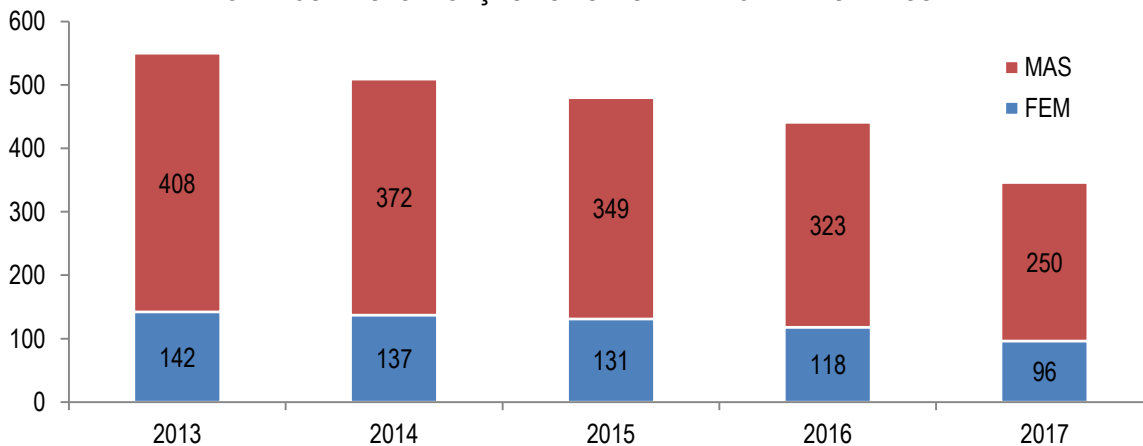
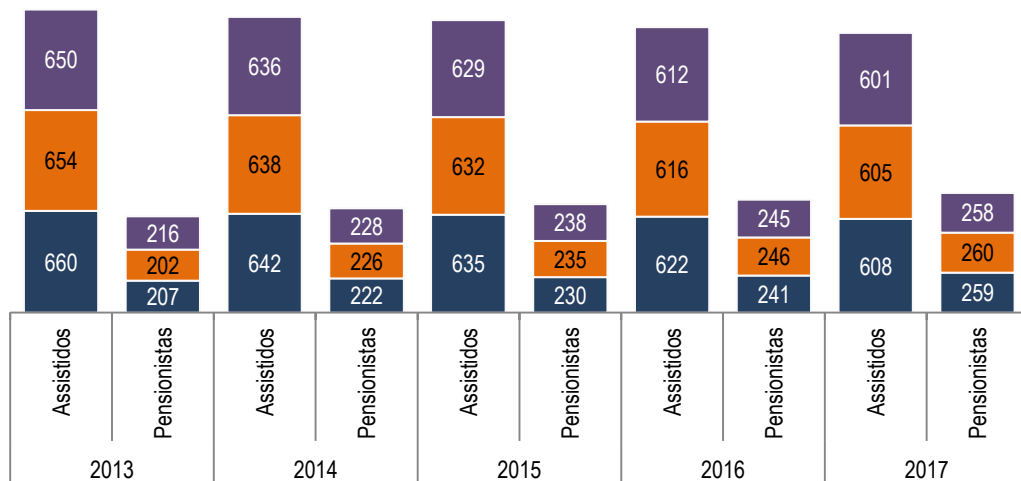


GRÁFICO 13. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS



Com relação ao 2º trimestre houve 1 concessão e 5 encerramentos de aposentadoria e 4 concessões e 6 encerramentos de pensão por morte.

GRÁFICO 14. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS

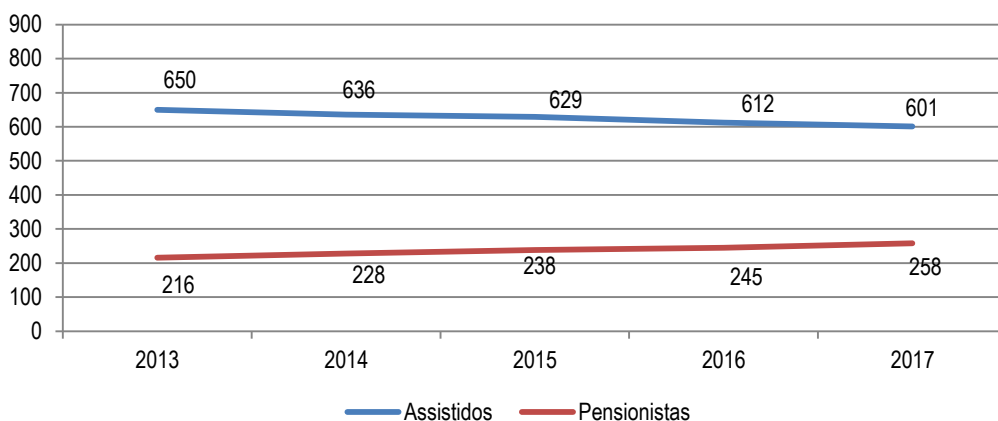


GRÁFICO 15. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA

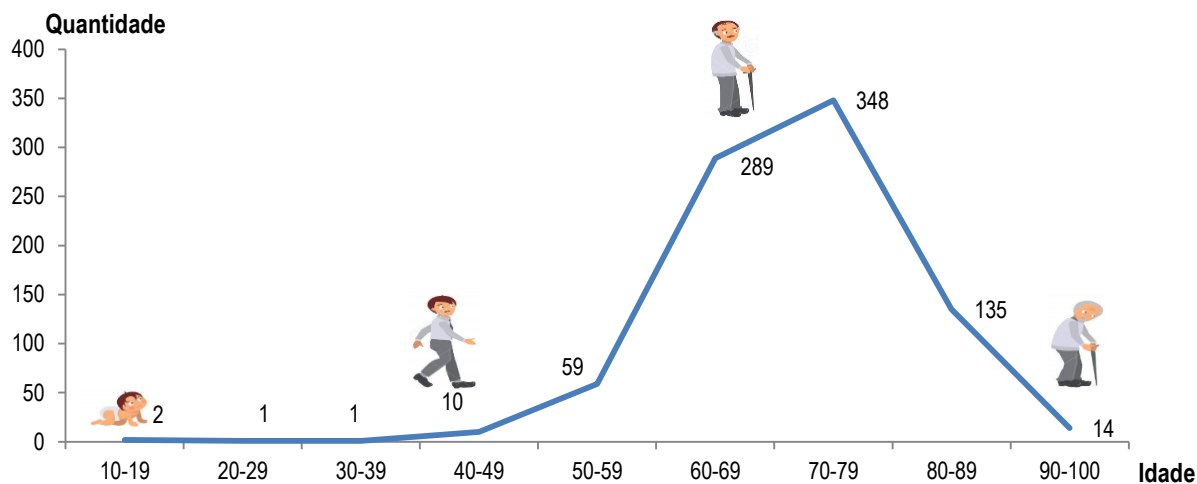


GRÁFICO 16. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE

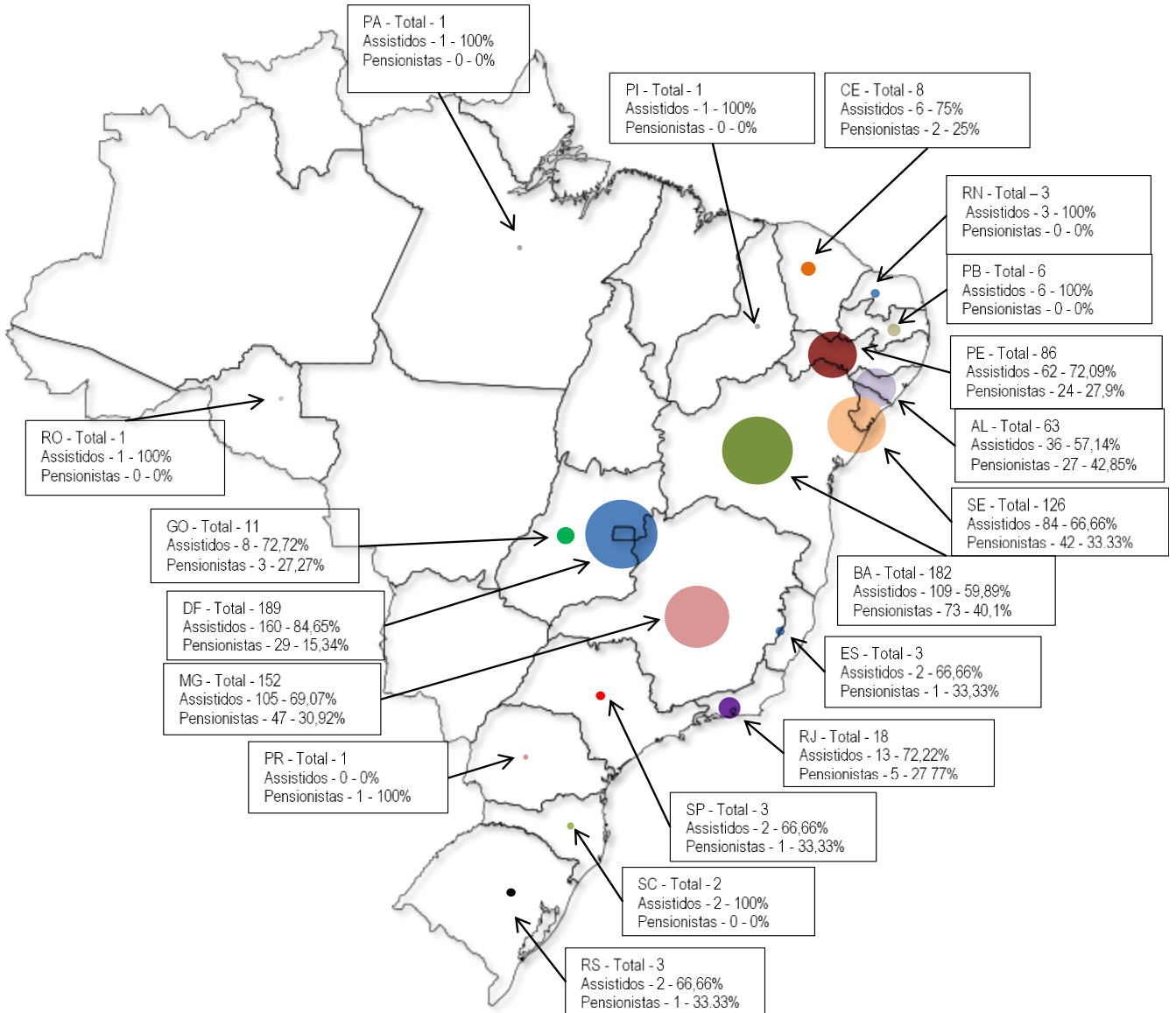
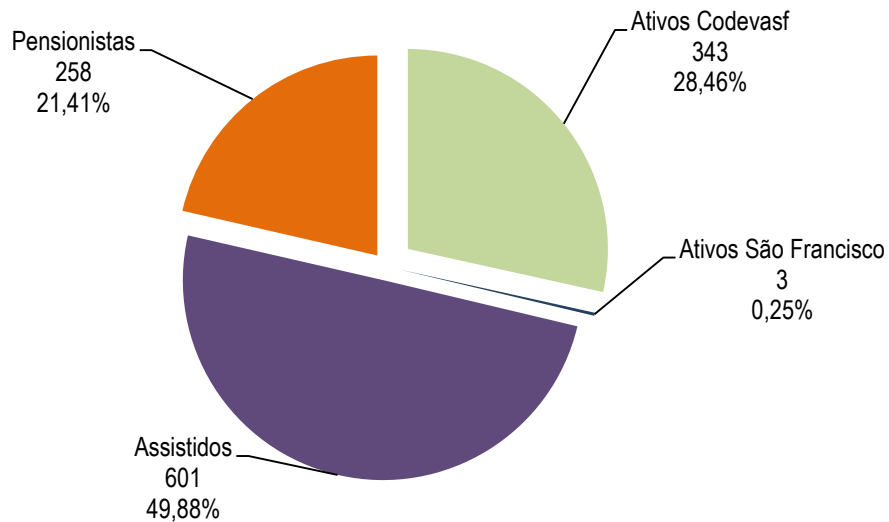
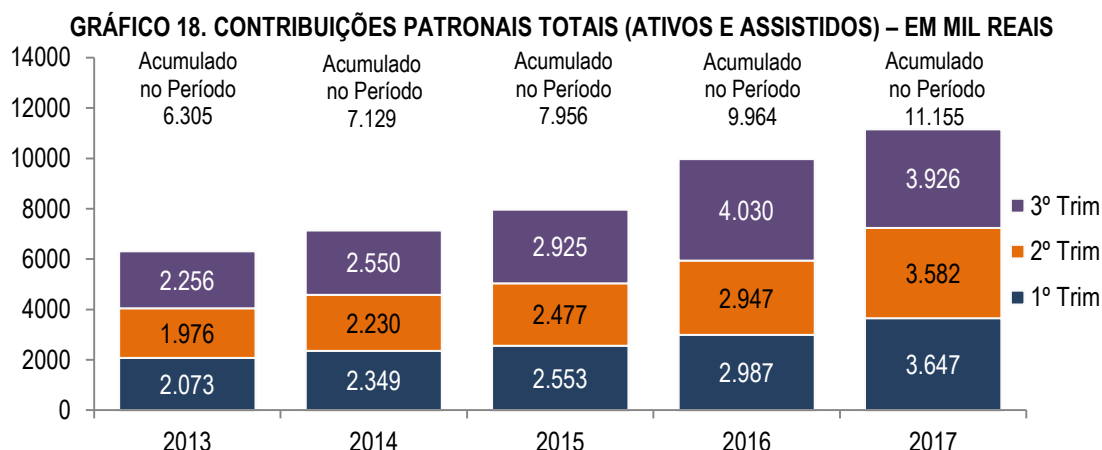


GRÁFICO 17. PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL



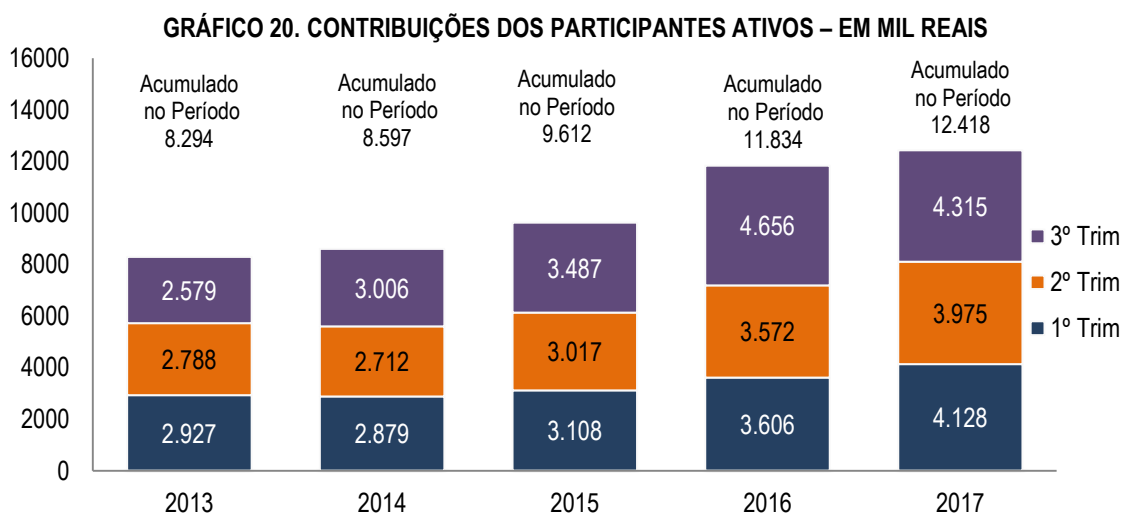
3.1.1 Receitas Previdenciárias



A diferença de contribuição a menor ocorrida em relação ao 3º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao cancelamento de inscrição de participantes no ano de 2017.

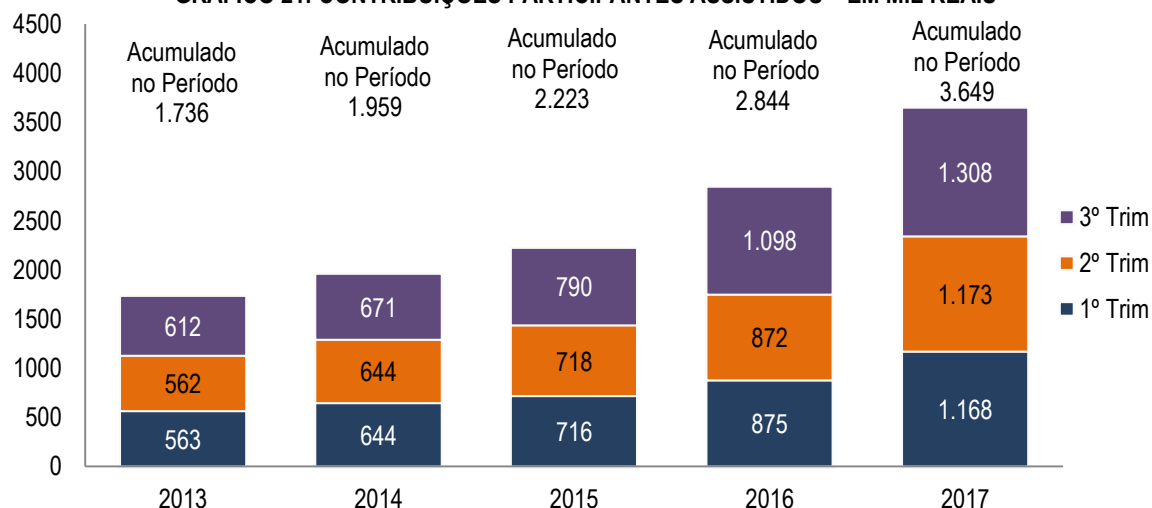


Em dezembro de 2013 foi paga a última parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.



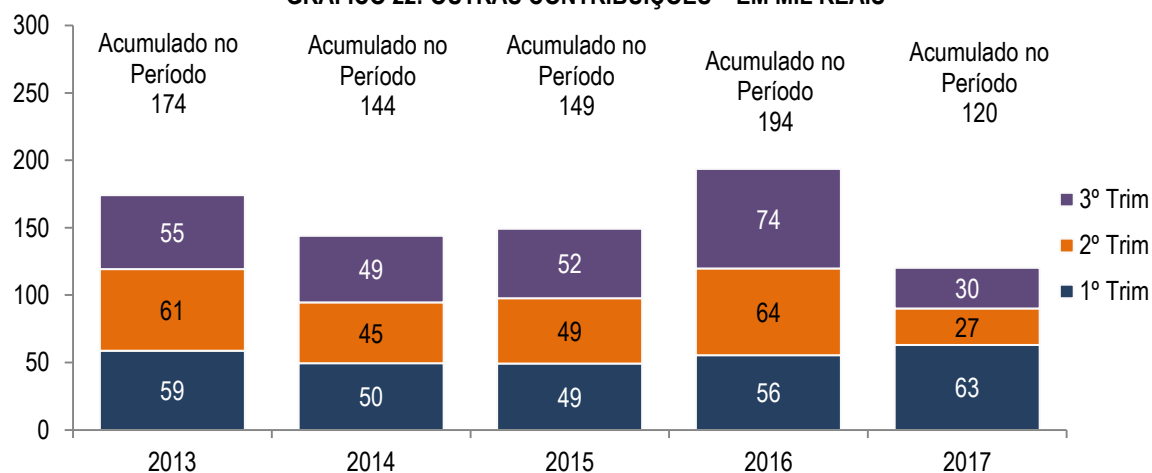
A diferença de contribuição a menor ocorrida em relação ao 3º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao cancelamento de inscrição de participantes no ano de 2017.

GRÁFICO 21. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS



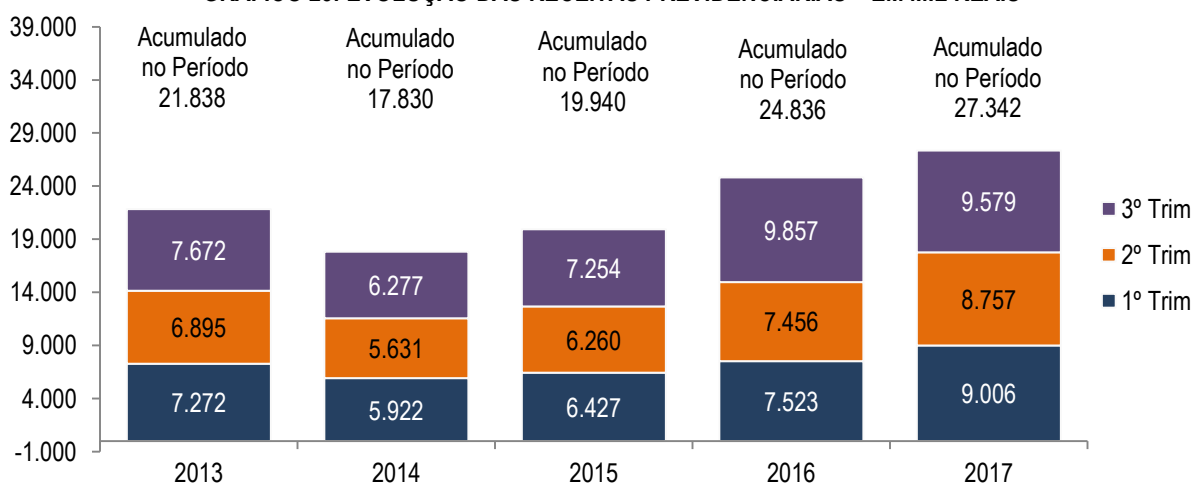
O aumento nas contribuições de assistidos em relação ao 2º trimestre do ano anterior deve-se ao reajuste nos benefícios e incremento no ajuste das contribuições normais.

GRÁFICO 22. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS



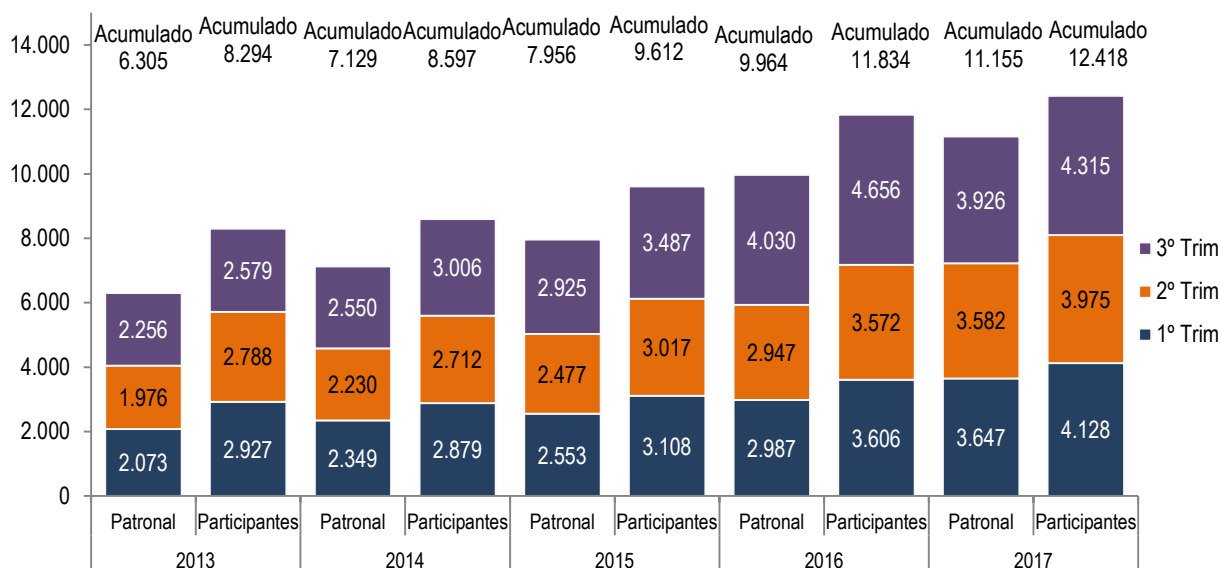
Os valores de outras contribuições correspondem às parcelas de joia atuarial e autopatrocinados.

GRÁFICO 23. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



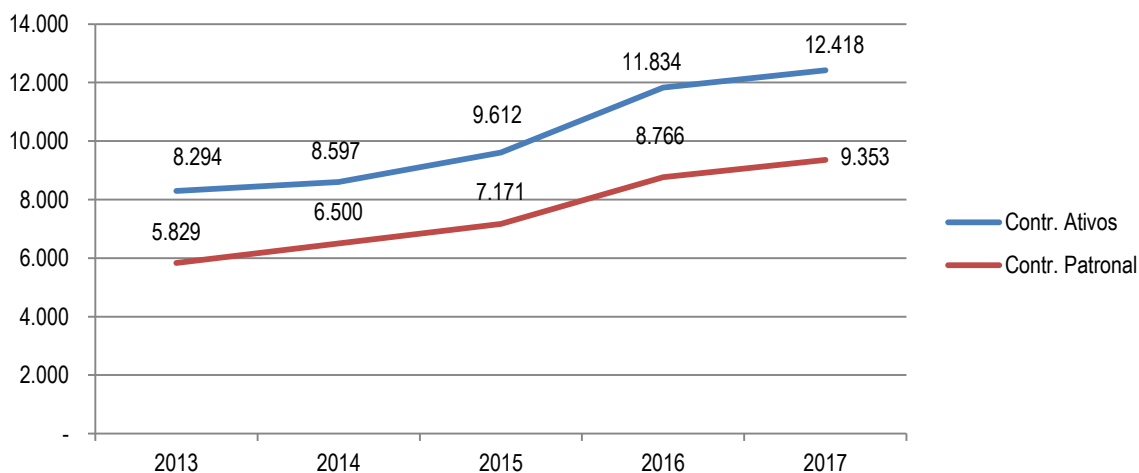
A partir de 2014 não há a parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO. A diferença de contribuição a menor ocorrida em relação ao 3º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao cancelamento de inscrição de participantes no ano de 2017.

GRÁFICO 24. COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS



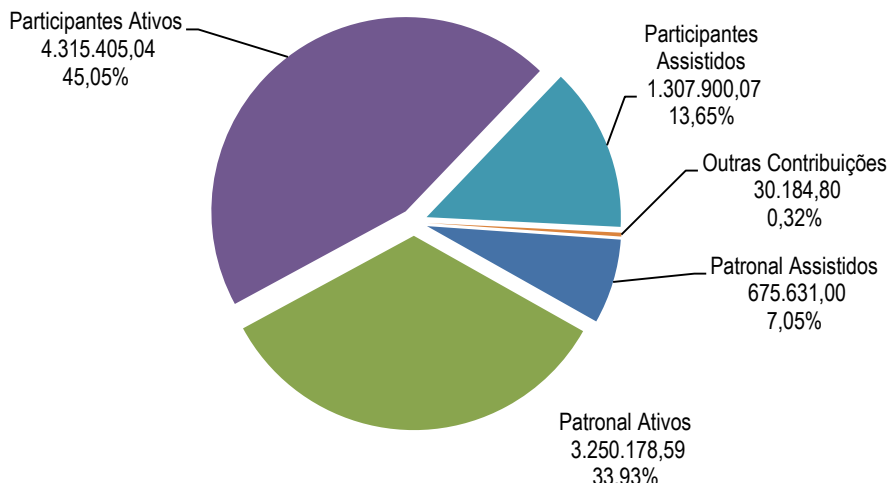
A diferença de contribuição a menor ocorrida em relação ao 3º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao cancelamento de inscrição de participantes no ano de 2017.

GRÁFICO 25. COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTIC. ATIVOS X PATROCINADORA – EM MIL REAIS



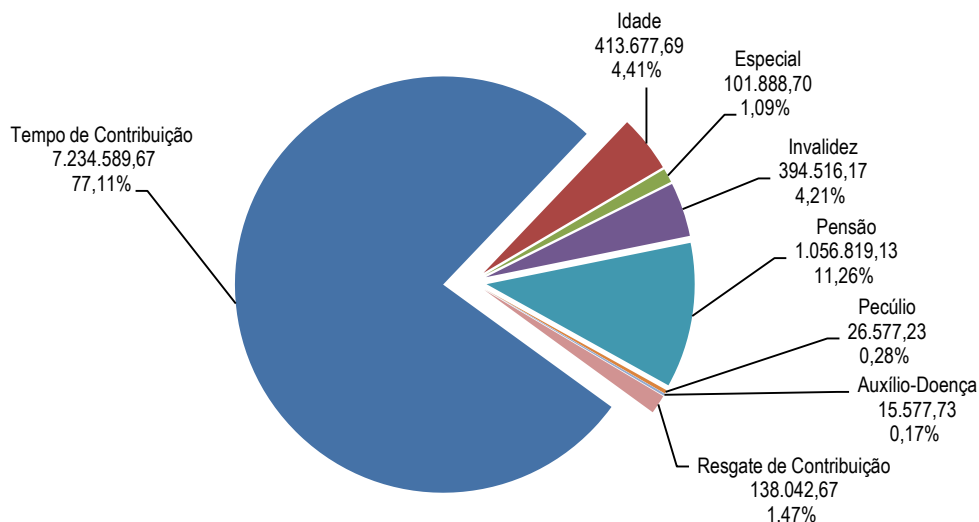
Em média, sobre a contribuição total, verifica-se que a contribuição patronal equivale a 42,96% e a contribuição do participante a 57,04%. Importante ressaltar que não foram utilizados os valores referentes às parcelas do ajuste da contribuição normal das patrocinadoras para os assistidos.

GRÁFICO 26. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS



3.1.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 27. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO



No 3º trimestre houve o pagamento de R\$ 111.508,32, referente ao instituto de resgate de contribuições de participantes já cancelados do Plano de Benefícios I.

GRÁFICO 28. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS

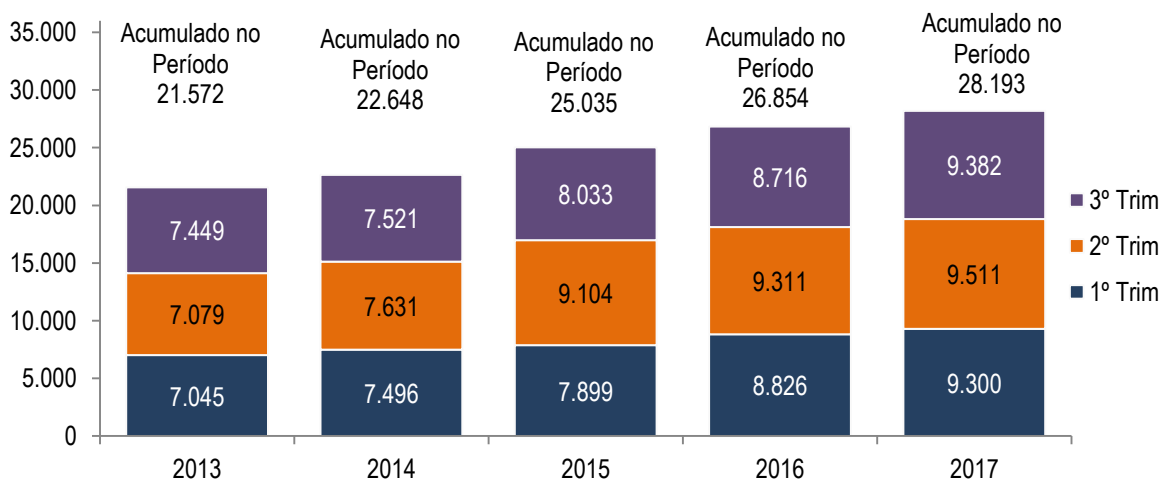
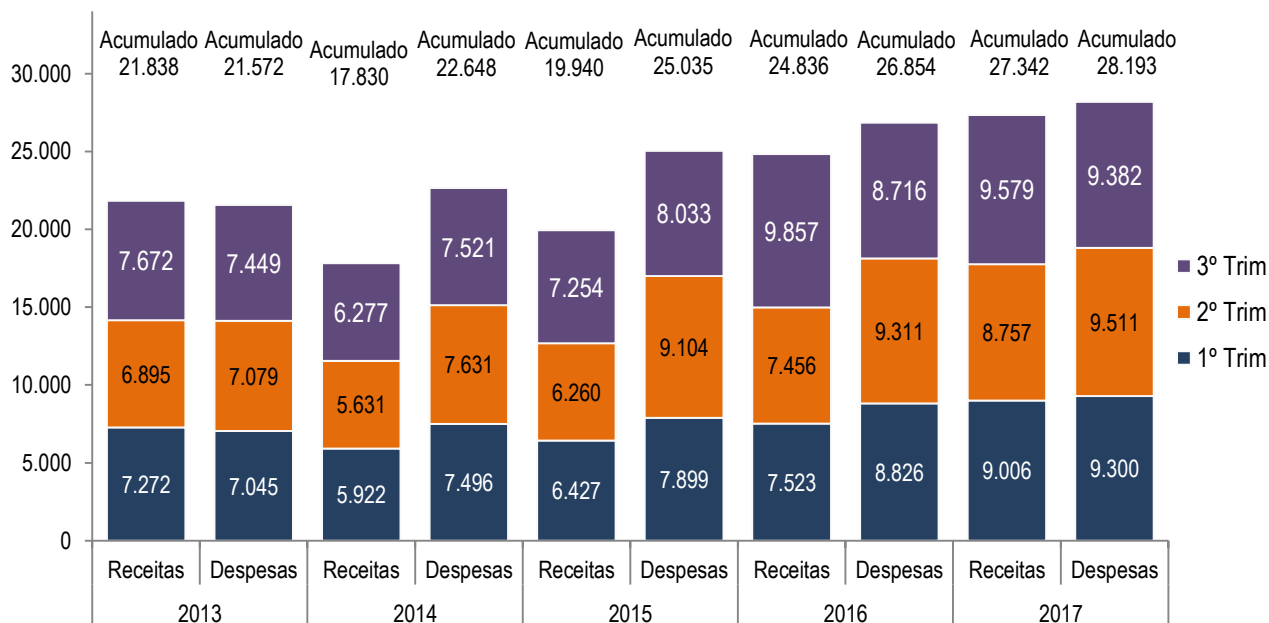


GRÁFICO 29. RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



3.2 ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

3.2.1 Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial – 1994 ao 3º Trimestre/2017

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 ao 3º Trimestre de 2017. **Fica evidente que nos últimos vinte e dois anos e nove meses a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.**

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. Já no 3º Trimestre de 2017, com a taxa superior a 50%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015. Assim sendo, pode-se afirmar em definitivo que, os problemas ainda existentes no Plano se devem, exclusivamente, às suas condições “Estruturais”. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas, seguiram guiados pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando a segurança antes da rentabilidade. Os resultados identificam os acertos na condução dos investimentos, e mais, o desempenho colado à média do setor demonstra que pouco mais seria possível conseguir, sem se saber, entretanto, qual seria o risco de tal busca.

GRÁFICO 30. DESEMPENHO ACUMULADO

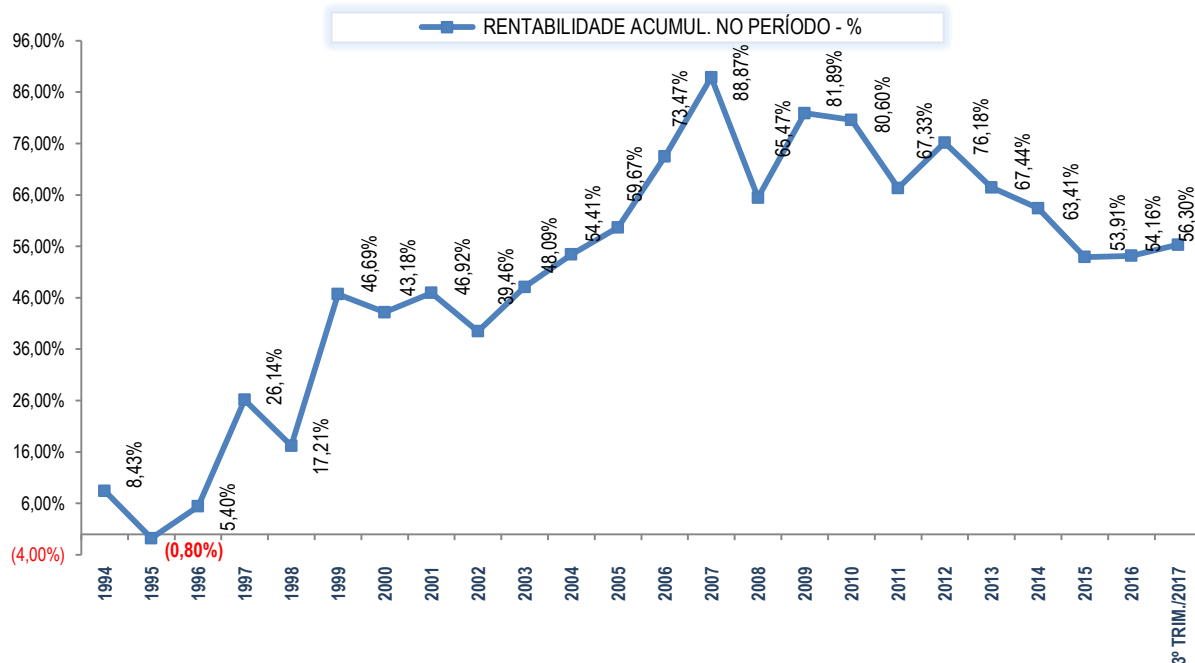


TABELA 3. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE DO PLANO I/BD - ACUMULADA

ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 5,26% a.a. (3)	RENTAB. REAL DO PLANO - % - (4)	RENTAB. ACIMA DA META - MÊS - (2/4) - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA META ACUM. NO PERÍODO - % - (6)
1993	14.565.818					
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	0,17%	54,16%
3º TRIM./2017	562.304.544	5,36%	3,92%	5,36%	1,39%	56,30%

3.2.2 Enquadramento - Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes**, encontrava-se, no encerramento do **3º Trimestre de 2017**, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Sendo que em 30.09.2017 o volume total de recursos de R\$ 618.661.075,81 contra R\$ 592.970.516,90 em 31.12.2016, registra um crescimento nominal no período de 4,33%. Antes de se pensar ter o crescimento uma taxa pequena, importante apontar que nesse período ingressaram R\$ 27,342 milhões em contribuições e, saíram para pagamento de benefícios R\$ 41,446 milhões, ou seja, uma saída líquida de R\$ 14,104 milhões. A saída foi suportada pela geração de rendimento de investimento de R\$ 29,561 milhões. Como se pode perceber, a estrutura financeira do plano assegura a todos os participantes a tranquilidade quanto à manutenção de seus benefícios presentes e futuros sendo pagos em conformidade com o cronograma disponibilizado na página da Fundação na *internet*.

GRÁFICO 31. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

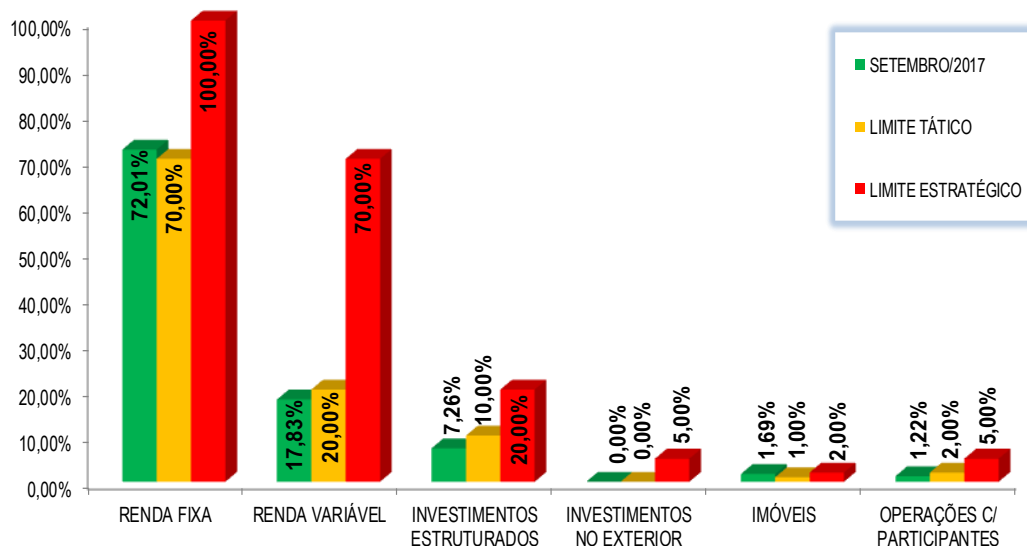


TABELA 4. ENQUADRAMENTO LEGAL – 2016 X 2017

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2016		SETEMBRO/2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO
RENDA FIXA	422.675.447,94	71,28%	445.467.830,28	72,01%	70,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	92.606.516,13	15,62%	110.280.073,68	17,83%	20,00%	70,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	62.597.321,82	10,56%	44.911.324,72	7,26%	10,00%	20,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	5,00%
IMÓVEIS	7.268.300,02	1,23%	10.435.664,77	1,69%	1,00%	2,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	7.822.930,99	1,32%	7.566.182,36	1,22%	2,00%	5,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	592.970.516,90	100%	618.661.075,81	100%		
(+) Disponível - Conta 11	4.522,54	CRESCIMENTO NOMINAL	23.020,76			
(-) Exigível de Investimentos	-270.577,54		-239.121,28			
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	592.704.461,90	↑ 4,33%	618.444.975,29			

3.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do 3º trimestre de 2017 foi de 3,71%, contra 0,65% registrada no 2º trimestre de 2017, acumulando no ano um desempenho positivo de 5,36%. Descontada a Meta Atuarial registrada nos nove primeiros meses do ano - (INPC+5,26% a.a.), que atingiu **5,38%**, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial de 0,02%, motivada pelo baixo desempenho dos **Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis**, cuja síntese das explicações é exposta adiante, quando do relato dos principais pontos de cada Segmento.

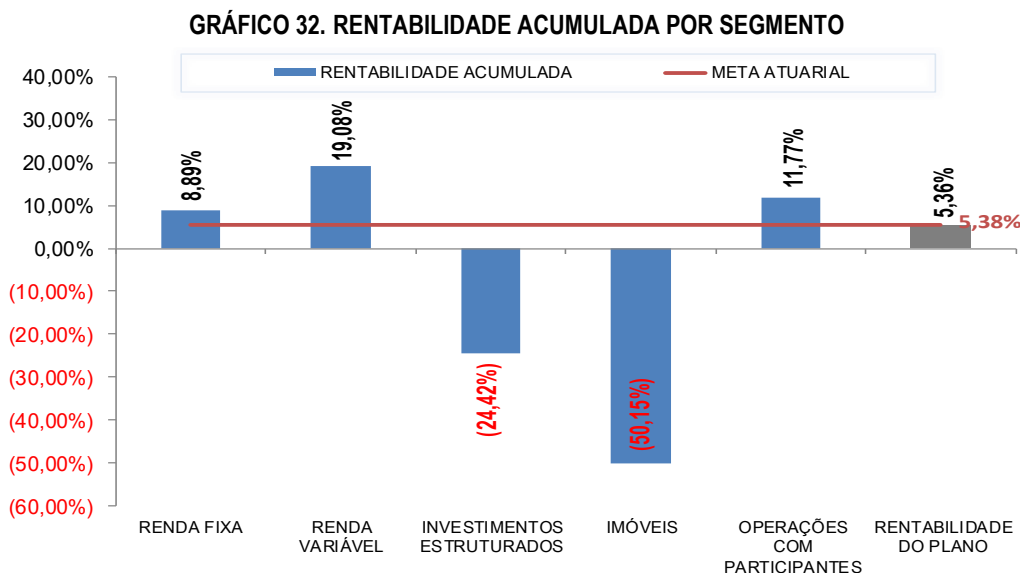


TABELA 5. RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	3º TRIMESTRE DE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,48%	1,82%	8,89%	11,07%
RENDA VARIÁVEL	4,10%	15,46%	19,08%	17,16%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(0,03%)	(0,38%)	(24,42%)	(24,73%)
IMÓVEIS	(5,05%)	(5,80%)	(50,15%)	(50,46%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,27%	3,62%	11,77%	16,31%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,98%	3,71%	5,36%	6,59%
META ATUARIAL	0,40%	1,13%	5,38%	7,14%
DIVERGÊNCIA	0,58%	2,59%	(0,02%)	(0,56%)

3.2.3.1 Segmento de Renda Fixa

No 3º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 1,82%, contra 3,28% registrada no 2º trimestre, acumulando no ano alta de 8,89%, frente meta atuarial de 5,38%, superando a meta acumulada em 3,51%. Apesar do ganho elevado no período, não é prudente contar com esse mesmo comportamento ao longo dos próximos trimestres. Na realidade, a alta nas taxas de juros verificada nas cotações indicativas dos títulos públicos federais - NTN/B se acentuaram no decorrer do trimestre, afetando diretamente os títulos precificados a mercado existentes em carteira e consequentemente a rentabilidade nominal do período.

Os índices de preços INPC e IPCA continuaram a registrar elevada constrição, demonstrando a queda vertiginosa da inflação, contribuindo diretamente para a queda nominal da Selic. Como a Diretoria de Finanças já havia identificado há algum tempo, o comportamento dos índices voltou ao intervalo de confiança que havia sido descortinado, logo, as defasagens entre eles verificadas no passado, não deverá ser problema doravante. Assim, as taxas de juros da carteira de NTN's não serão consumidas por descasamento considerável dos índices, ao menos é o que a estatística demonstra. O IPCA acumulou no ano variação de 1,78% e o INPC 1,28%, gerando uma diferença de 0,50% favorável às taxas praticadas pelo mercado nas negociações dos Títulos Públicos Federais-NTN's.



3.2.3.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (**Saga SF e Mapfre SF**), registrou no 3º trimestre de 2017 rentabilidade positiva de 15,46%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 17,95% medida pelo Índice IBrX-50 (*Benchmark*). Com este resultado, a Carteira de Renda Variável acumulou no ano alta de 19,08%, contra alta de 23,39% do *Benchmark* no mesmo período, imputando divergência negativa de 4,31%. Apesar da divergência desfavorável ao patrimônio, o mercado de capitais demonstrou no encerramento do terceiro trimestre de 2017, fortes sinais de manter-se no canal de alta, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações.

Ressalte-se que a alta registrada no mercado acionário nos primeiros nove meses do ano, esteve diretamente relacionada às apostas dos investidores na retomada da economia, relacionada ao processo de celeridade do governo na aprovação das Reformas Trabalhista, Fiscal e Previdenciária (a primeira já aprovada). No entanto, o mercado foi mais uma vez surpreendido com a segunda denúncia da **Procuradoria Geral da República – PGR** na tentativa de obter autorização da Câmara dos Deputados para processar o Presidente por crimes que vão de corrupção passiva até a organização criminosa com atuação dentro do Congresso Nacional. Fato que poderá impactar negativamente no comportamento do mercado acionário no último trimestre do ano, elevando sistematicamente a volatilidade do mercado acionário, imputando perdas nas carteiras dos potenciais investidores institucionais, retardando o crescimento da economia e um lento processo de recuperação das empresas de capital aberto. No entanto, o atual ciclo de corte na Selic, podendo encerrar nos níveis de 7% a.a. ao final de 2017, poderá surpreender com baixos índices de inflação e possível reversão do mercado bursátil.

3.2.3.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 3º trimestre de 2017 queda de 0,38%, contra variação negativa de 0,06% no 2º trimestre de 2017. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano queda de 24,42%, contra meta atuarial 5,38% no mesmo período, imputando divergência negativa de 29,80%. Ressalte-se que, a Diretoria de Finanças encontra-se acompanhando o processo do ENERGIA PCH/FIP (principal ativo do Segmento) frente ao Administrador, após o mesmo utilizar-se de sua prerrogativa, utilizando-se do laudo de avaliação solicitado pela JURUENA PARTICIPAÇÕES para ajustar o valor da Cota do Fundo em 31.03.2017, causando distorções de preços entre os ativos que compõe do Segmento de Investimentos Estruturados do Plano. A São Francisco em conjunto com os demais Cotistas iniciaram o processo de parceria com objetivo de avaliar possíveis janelas de saída do ativo.

3.2.3.4 Segmento de Imóveis

Apresentou no 3º trimestre, rentabilidade negativa de 5,38%, contra uma queda de 44,89% registrada no 2º trimestre. Com este resultado o segmento acumulou no ano queda de 50,46%, contra meta atuarial acumulada de 5,38%, gerando nos primeiros nove meses divergência negativa de 55,53% abaixo da meta. A acentuada queda acumulada no período foi motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo plano com a vacância das salas, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear, bem como o lançamento de parte das garantidas imobiliárias da M. Brasil constituídas por Imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

3.2.3.5 Segmento de Operações C/Participantes

Apresentou rentabilidade no 3º trimestre de 3,62% contra 4,00% alcançada no 2º trimestre, acumulando no ano alta de 11,77%, superando a meta em 6,39%.



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

3.2.4 Detalhamento por Segmento

3.2.4.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 72,01% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LÍMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE						ANO	
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO			jul/17	ago/17	set/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 18	RENDA FIXA	445.467.830,28	100,00%	72,01%	40%	100%	60%	10,69		1,09%	0,24%	0,48%	1,82%	8,89%	11,07%	0,86%	3,51%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	413.346.274,03	92,79%	66,81%	40,00%	100,00%	60,00%	11,13		1,22%	1,07%	0,68%	3,00%	7,99%	10,13%	-0,04%	2,61%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-B	384.656.586,46	86,35%	62,18%	-	-	-	11,89	Soberano	1,12%	1,07%	0,70%	2,92%	7,71%	9,84%	-0,32%	2,33%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-F (*)	0,00	0,00%	0,00%					Soberano	3,51%	0,86%	-0,61%	3,76%	12,64%	19,11%	4,61%	7,26%
	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOUREO - LFT	28.689.687,57	6,44%					0,92				0,61%	0,61%	0,61%	0,61%	-0,03%	0,21%
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	6.977.204,27	1,57%	1,13%	80,00%	80,00%	80,00%	-		0,42%	0,96%	0,55%	1,94%	6,75%	9,49%	-1,28%	1,37%
	LF	6.977.204,27	1,57%	1,13%	-	-	-	0,21		0,42%	0,96%	0,55%	1,94%	6,75%	9,04%	-1,28%	1,37%
	Risco de Crédito Especulativo (1)																
	BDMG	6.977.204,27	1,57%	1,13%				0,21	Baa3- (Moody's)	0,42%	0,96%	0,55%	1,94%	6,75%	9,03%	-1,28%	1,37%
V	Emissão de Companhias Abertas	7.360.931,15	1,65%	1,19%	-	-	-	3,02		0,01%	-7,31%	-5,19%	-12,11%	-17,07%	-15,15%	-25,10%	-22,45%
	DEBENTURES	7.360.931,15	1,65%	1,19%	-	-	-	3,02		0,01%	-7,31%	-5,19%	-12,11%	-17,07%	-15,15%	-25,10%	-22,45%
	Alto Risco de Crédito (2)												0,00%	0,00%			
	CEMIG - GT	7.360.931,15	1,65%	1,19%	-	-	-	3,02	A-(bra) (Fitch)	0,40%	0,96%	0,50%	1,87%	6,49%	8,69%	-1,54%	1,11%
	Risco de Crédito Especulativo (3)																
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE (**)	0,00	0,00%	0,00%					Caa1/B3.br(Moody's)	-0,31%	-14,28%	-11,26%	-24,17%	-33,63%	-31,98%	-41,66%	-39,01%
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadora	12.103.051,54	2,72%	1,96%	0,00%	20,00%	20,00%	3,91		-0,11%	-2,96%	0,60%	-2,49%	2,15%	4,33%	-5,87%	-3,23%
	CRI	12.103.051,54	2,72%	1,96%	0,00%	20,00%	20,00%	3,91		-0,11%	-2,96%	0,60%	-2,49%	2,15%	4,33%	-5,87%	-3,23%
	Baixo Risco de Crédito (4)																
	BRC SECURITIZADORA	2.456.659,56	0,55%	0,40%	-	-	-	2,53	AA+ (Fitch)	-0,02%	0,46%	0,93%	1,37%	3,73%	6,29%	-4,30%	-1,65%
	Alto Risco de Crédito (5)																
	INFRASEC SECURITIZADORA	9.646.391,98	2,17%	1,56%	-	-	-	4,26	AA (LFRating)	-0,14%	-3,78%	0,51%	-3,42%	1,77%	3,86%	-6,26%	-3,61%
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	5.680.369,29	1,28%	0,92%	25,00%	25,00%	25,00%			-0,73%	-23,66%	0,26%	-24,02%	-27,38%	-30,08%	-35,40%	-32,76%
	EM COTA	5.680.369,29	1,28%	0,92%	-	-	-			-0,73%	-23,66%	0,26%	-24,02%	-27,38%	-30,08%	-35,40%	-32,76%
	Alto Risco de Crédito (6)																
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	5.680.369,29	1,28%	0,92%	-	-	-			-0,73%	-23,66%	0,26%	-24,02%	-27,38%	-30,08%	-35,40%	-32,76%
§ 1º - IV	Cédula de Produto Rural	0,00	0,00%	0,00%						0,62%	1,20%	0,35%	2,18%	8,18%	11,13%	0,15%	2,80%
	CPR-F	0,00	0,00%	0,00%	25,00%	25,00%	25,00%			0,62%	1,20%	0,35%	2,18%	8,18%	11,13%	0,15%	2,80%
	Risco de Crédito Especulativo																
	USINAS ITAMARATI (***)	0,00	0,00%	0,00%	-	-	-			0,62%	1,20%	0,35%	2,18%	8,18%	11,13%	0,15%	2,80%

(*) Posição zerada em 04/09/2017

(**) Alienado em 06/09/2017

(***) Vencimento final em 18/09/2017

Monitoramento:

(1) Reclassificação em 01/07/2016

(2) Reclassificação em 13/07/2016

(3) Reclassificação em 29/05/2017

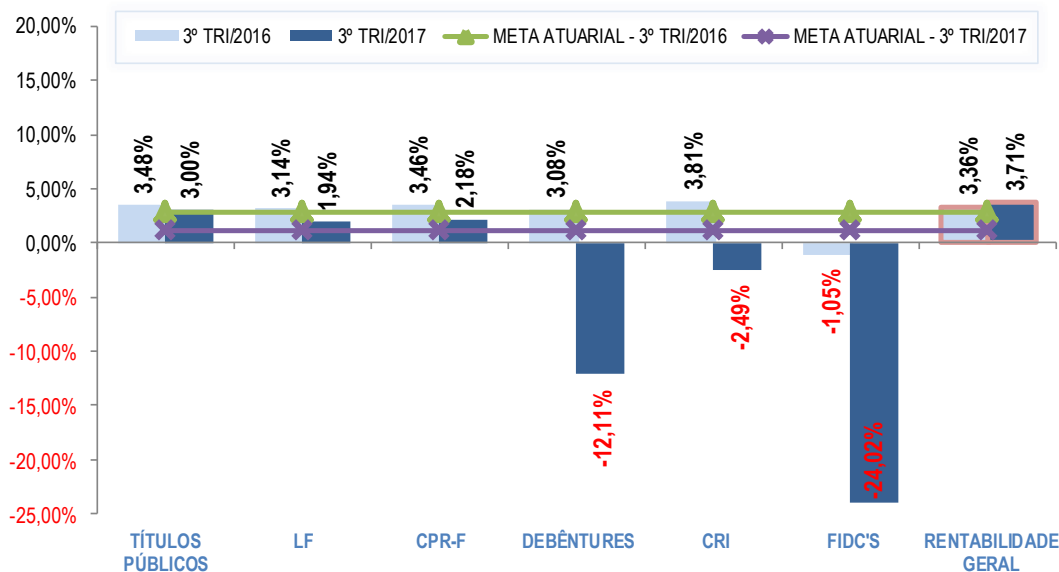
(4) Nota revisada em 21/02/2017 - não houve alteração

(5) Nota revisada em 24/08/2016 - não houve alteração

(6) Resultado da Reclassificação, com base no modelo de avaliação de "Risco de Crédito" desenvolvido internamente pela Diretoria de Finanças, tomando-se por base os modelos utilizados pelas Agências Estrangeiras.

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

GRÁFICO 33. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIV. - SEGMENTO DE RENDA FIXA



Em que pese os ativos de Renda Fixa apresentarem rendimento superior quando comparado com o mesmo período do ano anterior (3,36% contra 3,71%) motivada pela elevada volatilidade nas precificações marcadas a mercado dos Títulos Públicos Federais, o 3º trimestre de 2017 foi extremamente pressionado pelos resultados negativos dos ativos (Debêntures e FIDC's). No entanto, no acumulado do trimestre ficaram acima da meta.

Dois aspectos devem destaques e, dizem respeito às carteiras de **FIDC's** e **Debêntures**.

- i) **No primeiro** as finalizações dos tratos jurídicos em andamento em fase de conclusão, o prédio, garantia da operação, foi entregue na forma preconizada, devendo fazer com que o fundo mude sua classificação (FIDC para FII) e reverta as provisões para perda. Outra situação benéfica é a relativa aos pretensos interessados, uma vez que mostram apetite para considerar o preço justo do bem em patamares próximo da avaliação mais alta;
- ii) **No segundo**, a reclassificação de risco para as **Debêntures da Concessionária Rodovia Tietê**, acompanhada pela Agência Moody's, rebaixando a menção de risco, aponta aspectos preocupantes: No relatório de 8/11/2016 da Agência de Classificação de Risco citava:

O rebaixamento reflete a deterioração da qualidade de crédito da Rodovias do Tietê em consequência do fraco desempenho de tráfego em 2015/2016, que tem impactado significativamente as receitas, combinado com o aumento dos custos financeiros. A Rodovias do Tietê tem alavancagem elevada de R\$ 1,4 bilhão de dívida total e o cronograma de amortização que começa em 2017 exercerá pressão adicional sobre as métricas da empresa. Além disso, a companhia precisa cumprir com um elevado programa de investimento entre R\$ 400-500 milhões nos próximos seis anos. As notificações e multas enviadas pela agência reguladora do Estado de São Paulo (Artesp) relativas a atrasos em projetos e manutenções, bem como questões ambientais, também pesaram no rebaixamento. Ainda, os covenants financeiros das debêntures de dívida sobre capital e índice de cobertura do serviço de dívida também pressionaram os ratings uma vez que vemos potencial de violação de covenants a partir de 2017.

De posse das novas informações da empresa e a convocação da companhia de uma Assembleia Geral com os titulares das Debêntures para 12 de junho de 2017, com pauta de autorização prévia para a companhia esteja dispensada de cumprir os índices financeiros, conforme definido na Escritura de emissão para o período findo em 30 de junho de 2017, a Agência Classificadora de Riscos Moody's, em 19 de maio de 2017 rebaixou os "Ratings Seniores" com garantia da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. para "Caa1/B3.br (fraca condição) de B2/Ba2.br (carece de características de um investimento desejável)" nas escalas global e nacional brasileira, respectivamente, com perspectiva negativa.



Assim, em 08 de agosto de 2017, chancelada pelo **Comitê Estratégico de Investimentos – CEI** (Ata N° 36ª), dada as condições de “Perda do Grau de Investimento da Companhia” e a pouca chance de recuperação e a melhora da situação da empresa e, em ocorrendo nos próximos relatórios o provável agravamento na sua situação financeira, a Diretoria de Finanças em 06 de setembro de 2017, alienou com sucesso toda a posição do ativo existente na carteira do Plano BD no mercado secundário, observando o contido na RESOLUÇÃO CGPC N° 04, DE 30 DE JANEIRO DE 2002:

Art. 5º Para o caso de título e valor mobiliário classificado na categoria títulos mantidos até o vencimento é facultada à entidade fechada de previdência complementar, desde que previamente autorizada pela Secretaria de Previdência Complementar, o registro contábil da diferença auferida entre o seu valor presente apurado conforme art. 3º, e o seu valor presente considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial.

II - Caso seja verificada pela entidade fechada de previdência complementar, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, alteração no risco do título e valor mobiliário de baixo risco para médio ou alto risco de crédito, deverá ocorrer imediata transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação, e respectivo estorno do procedimento contábil previsto no caput deste artigo;

Art. 6º A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, de acordo com os critérios previstos no art. 1º desta Resolução, somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais.

§ 2º A transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação, de modo a não descaracterizar a intenção evidenciada pela entidade fechada de previdência complementar quando da classificação nesta categoria.



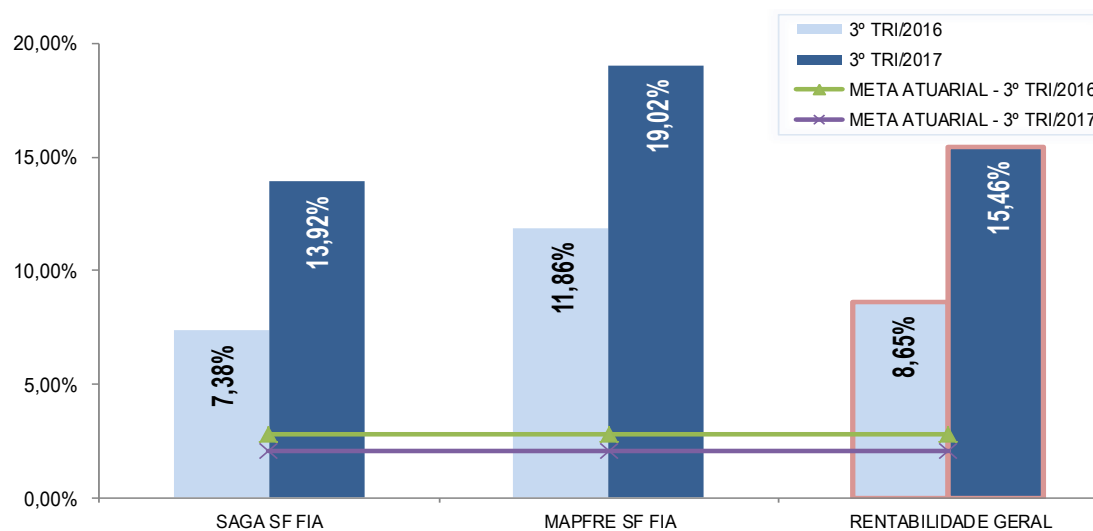
3.2.4.2 Renda Variável

Encerrou o 3º trimestre de 2017 com 17,83% dos recursos, contra 15,98% em junho de 2017, alta de 1,85%, motivado pela alta do mercado acionário, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira de Renda Variável da Fundação. O segmento registrou variação positiva de 15,46% no 3º trimestre, contra o desempenho positivo do *Benchmark* (IBrX-50) de 17,95% no trimestre.

TABELA 7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			jul/17	ago/17	set/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	110.280.073,68	100,00%	17,83%	0%	70%	40%	-		4,10%	6,54%	4,10%	15,46%	19,08%	17,16%	-4,33%	13,70%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	110.280.073,68	100,00%	17,83%	0,00%	35,00%	35,00%	-		4,10%	6,54%	4,10%	15,46%	19,08%	17,16%	-4,33%	13,70%
	FUNDOS	110.280.073,68	100,00%	17,83%	0,00%	35,00%	35,00%	-		4,10%	6,54%	4,10%	15,46%	19,08%	17,16%	-4,33%	13,70%
	SAGA SF FIA	75.913.563,42	68,84%	12,27%	-	-	-	-		3,92%	4,77%	4,63%	13,92%	16,52%	14,22%	-6,88%	11,14%
	MAPFRE SF	34.366.510,26	31,16%	5,55%	0,00%	10,00%	10,00%	-		4,50%	10,62%	2,96%	19,02%	25,16%	24,31%	1,76%	19,78%

GRÁFICO 34. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL





O Segmento encerrou o 3º trimestre de 2017 com 17,83% dos recursos, contra 15,98% em junho de 2017 - alta de 1,85 ponto percentual, motivado pela alta de 17,95% do mercado acionário no trimestre, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira de Renda Variável da Fundação. Apesar de o resultado estar acima do índice de referência nos nove primeiros meses do ano de 2017, deve-se afirmar que há eficiência na gestão dos recursos alocados nos fundos, mas a indústria como um todo não conseguiu ainda alçar rentabilidade acima do índice, motivado, diretamente, pelo cenário político e econômico bastante instável.

Além do que, todo o processo de alta registrada no decorrer do 3º trimestre não é garantia de alta futura para os investidores e gestores. Findo o terceiro trimestre, especificamente no dia 21 de setembro, descortinou-se pela segunda vez pela **Procuradoria Geral da República - PGR** a tentativa de obter autorização da Câmara dos Deputados para processar o Presidente por crimes que vão de corrupção passiva até a organização criminosa com atuação dentro do Congresso Nacional. Verdade ou mentira, o desfecho de mais um processo, contra o chefe do Governo brasileiro, só se vislumbra no último trimestre do ano, consequências desastrosas para o processo de recuperação da economia e a retomada da confiança do mercado, vis-à-vis as reformas Fiscal e Previdenciária que poderão ser prejudicadas, refletindo negativamente no mercado bursátil, acentuando sobremaneira a volatilidade e reduzindo a liquidez do mercado acionário.

Na tabela abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos Fundos que constituem o Segmento de Renda Variável do Plano, tomado desde o início das gestões, desenvolvido pela SAGA-Capital e Mapfre (05/2014 a 09/2017). A primeira manteve o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do *benchmark*. É exatamente o *mix* das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição da carteira.

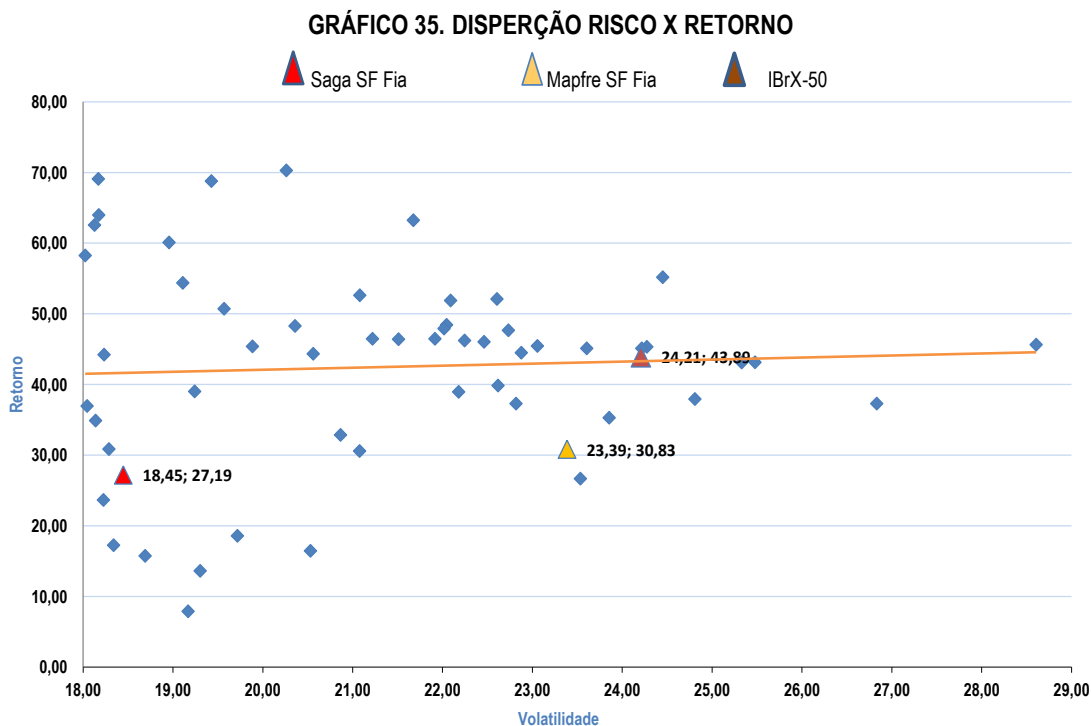
3.2.4.3 Fundos de Investimentos em Ações - FIA's

TABELA 8. RENTABILIDADES NOMINAIS OBTIDAS:

DESEMPENHO - FIA's		
DESCRIÇÃO	3º TRIM/2017	3º TRIM/2016
SEGMENTO RV	15,46%	8,65%
SAGA SF FIA	13,92%	7,38%
MAPFRE SF	19,02%	11,86%
IBrX-50	17,95%	12,94%
META	1,13%	2,79%

Para a avaliação mais acurada dos resultados das gestões dos fundos, foram utilizadas as rentabilidades coletadas de 30/04/2014 à 29/09/2017 e também a aplicação dos seguintes filtros: (i) o valor de patrimônio entre R\$ 20,0 e R\$ 70,0 milhões; (ii) constar do regulamento atendimento à Resolução N° 3.792; (iii) volatilidade superior a 18%; (iv) classificação ANBIMA como FIA's e (v) Correlação de no mínimo 80% com o *IBrx-50*. Procedido ao levantamento foi possível selecionar 56 Fundos de características semelhantes, submetidos a partir daí as mesmas métricas, ou seja, avaliando a amostra por aplicação de indicadores de desempenho mais empregados no mercado.

Importante manter-se em mente que na amostra não há a observação de que os Gestores, Administradores e Custodiante estejam fora do mesmo grupo econômico, como determinou a PREVIC em fiscalização realizada na Fundação. Parte considerável do desempenho é consumido pelo custo mais elevado que a segregação impõe, aliás, informação essa já dada ao órgão. O custo maior implica necessariamente numa redução dos retornos, diante disso, é normal que os fundos investidos apresentem retornos inferiores ao *benchmark*, tendo em vista que o referencial não possui qualquer custo envolvido.



Nesse indicador a importância relativa à volatilidade é identificar os maiores riscos frente às melhores performances, assim, como conceito natural, os ativos de maiores riscos devem possuir maiores retornos, e em caso contrário, há deficiência na captura de oportunidades apresentadas pelo mercado, ou ainda, custos do instrumento que interferem significativamente nas performances. Nitidamente o **Saga SF FIA** apresenta risco menor do que o referencial, ainda que o retorno tenha ficado aquém. Os resultados do Saga SF são 27,19% de retorno e volatilidade de 18,44%; o **Mapfre SF** com rentabilidade de 30,83% e volatilidade de 23,39%; o **IBRX-50** desempenho de 43,89% e volatilidade de 24,21%. Dividindo o retorno pelo risco, os resultados são: 1,47; 1,32 e 1,81, respectivamente. O que se retira dessa informação é a de que o primeiro possui o indicador próximo ao do *benchmark*, nesse caso, confirma ser o fundo gerido pela Saga aquele de melhor desempenho, até mesmo que o IBX-50, devido ao menor risco.

De toda a amostra o de melhor desempenho atingiu rentabilidade de 70,28% com volatilidade de 20,26%, ou seja, o indicador é de 3,47; o pior, rentabilidade 7,88% com volatilidade de 19,17%.

A toda a amostra apresentou desempenho positivo como pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 36. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES OBTIDAS



A proporção de Fundos acima e abaixo da performance do *Benchmark* é a constante do gráfico a seguir:

GRÁFICO 37. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL

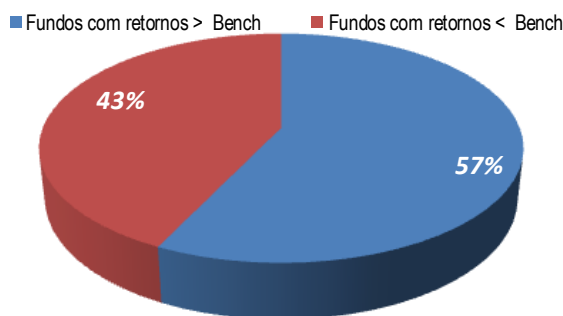
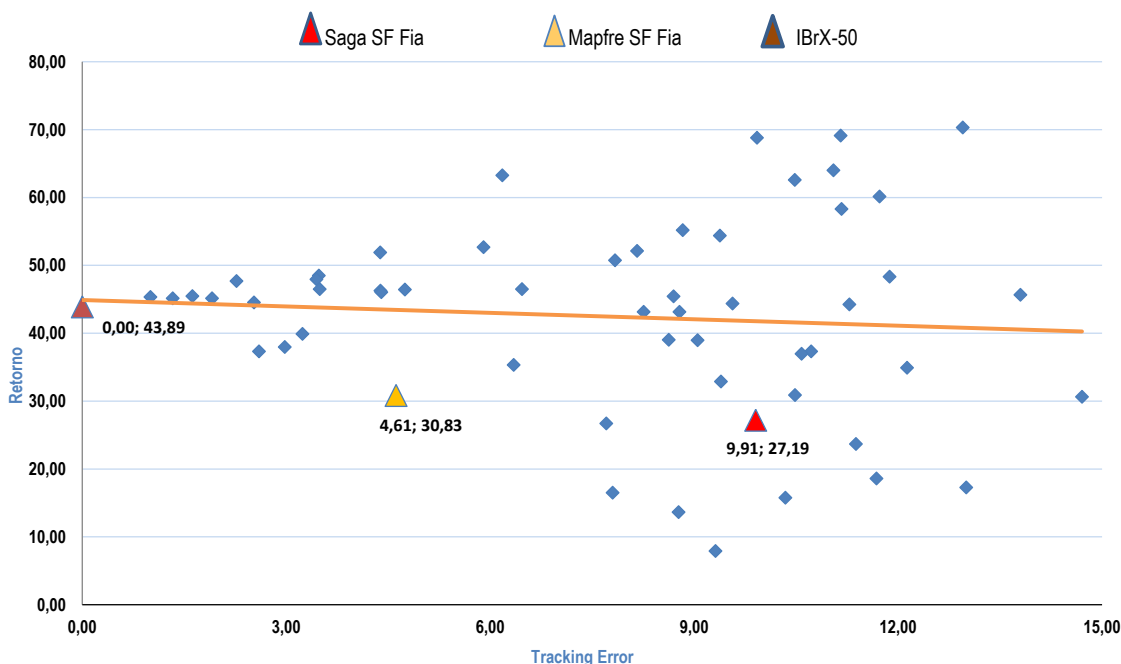


GRÁFICO 38. TRACKING ERROR X RETORNO – MAIO/2014 A SETEMBRO/2017



O *Tracking Error* é a medida dos desvios dos retornos dos fundos em função dos retornos da referência. Dito isso se pode afirmar que um fundo que se destine a replicar o desempenho de determinado índice teria erro de rastreamento perto de zero, enquanto a carteira gerida ativamente, objetivando superar o retorno do índice de referência, normalmente apresentaria erro mais elevado.

Após os esclarecimentos acima se observa que os Fundos, Saga SF e Mapfre SF, apresentaram *Tracking Error* bastante distintos. O Mapfre SF localizado em um quadrante onde os resultados dos indicadores são os menores, tem a indústria rentabilidade semelhante ao referencial, e o fundo possui rentabilidade abaixo do que poderia significar o padrão. Na região aonde se insere o Saga SF o que se observa é uma grande multiplicidade de retornos, ou seja, não há a formação de padrão, há alta dispersão.

Sinteticamente, o gestor **Saga SF** tem confirmada a estratégia de adoção de postura mais defensiva frente a um cenário volátil e incerto. O gestor **Mapfre SF**, ao contrário, vem adotando uma estratégia de apostas de gestão mais agressiva frente ao índice.

GRÁFICO 39. DESEMPENHO FIA SAGA SF – MAIO/2014 A SETEMBRO/2017

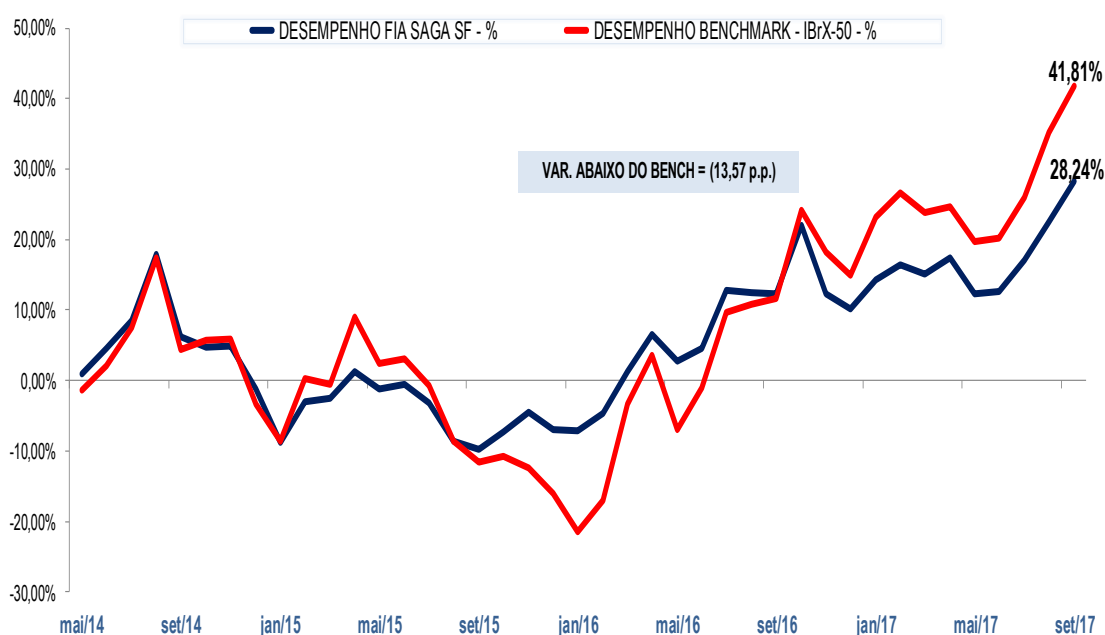
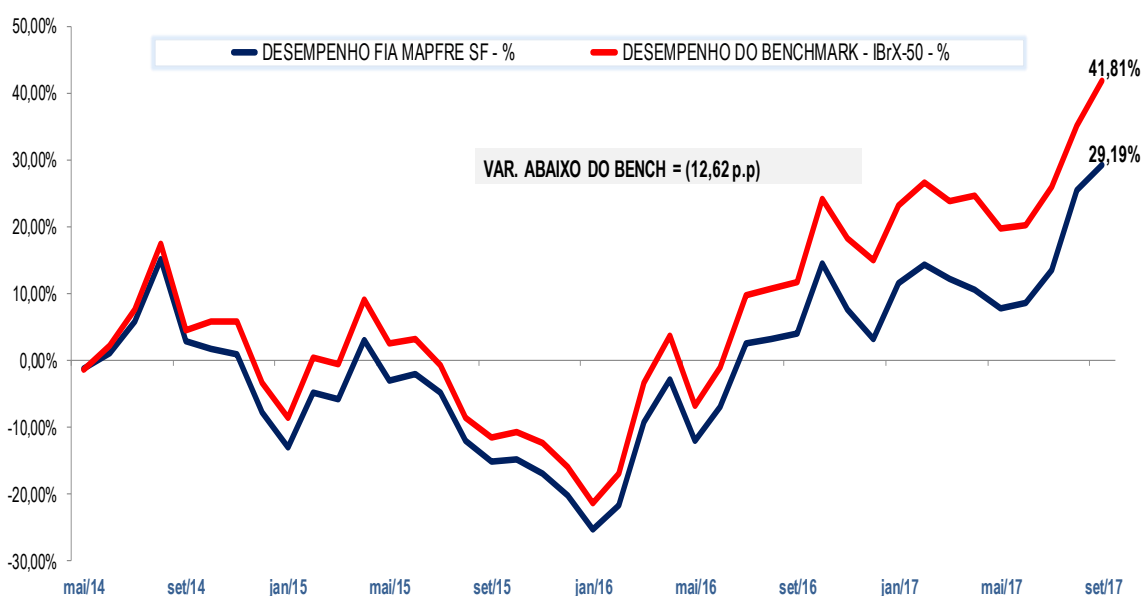


GRÁFICO 40. DESEMPENHO MAPFRE SF – MAIO/2014 A SETEMBRO/2017



Encerrado o 3º trimestre de 2017, o cenário político interno continua extremamente desfavorável ao governo Michel Temer, motivado pela 2ª denúncia pela Procuradoria Geral da República - PGR a tentativa de obter autorização da Câmara dos Deputados para processar o Presidente por crimes que vão de corrupção passiva até a organização criminosa com atuação dentro do Congresso Nacional, abrindo mais uma vez, uma nova e grande crise política para o governo no decorrer do quarto trimestre de 2017, dificultando sobremaneira o executivo manter a base aliada unida para aprovação das reformas. Entende-se que as posições ainda de cautela devem ser mantidas, ou seja, betas menores que 1 e Tracking Error dentro dos apresentados, para isso a Diretoria de Finanças mantém contato dinâmico com os gestores.

TABELA 9. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA

Classificação por Desempenho					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Set/17	Volatilidade Anual Mai/14 a Set/17 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Set/17	Patrimônio Set/17
1	Leblon Acoes Master FIA	70,28	20,26	12,95	53.506
2	Claritas Valor FIA	69,06	18,17	11,15	61.816
3	Pacifico Rv Master FIA	68,77	19,43	9,93	41.501
4	Celos Claritas Valor FIA	63,96	18,17	11,05	69.759
5	FIA Sabesprev Bahia Valuation	63,22	21,68	6,18	38.478
6	Grou Valor Master FIA	62,55	18,13	10,48	27.196
7	Long Term Instit FIA	60,09	18,96	11,73	29.475
8	Claritas Valor Feeder FIA	58,25	18,02	11,17	29.214
9	Meta Valor FIA	55,16	24,45	8,83	43.735
10	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	54,35	19,11	9,38	45.380
11	FIA Gap Valor Pernambuco	52,62	21,08	5,90	40.096
12	Mirae Asset Discovery Acoes Divid FI	52,08	22,61	8,16	21.458
13	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	51,87	22,09	4,38	58.464
14	Gerdau Previdencia FIA 04	50,70	19,57	7,84	50.448
15	Bosch Brasil VIII FIA Previ	48,43	22,05	3,48	39.434
16	Canepa Master FIA	48,28	20,36	11,87	28.389
17	Ft FEF Cd FIA	47,90	22,02	3,44	57.508
18	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	47,65	22,73	2,27	66.078
19	Frg FIA Ativo	46,45	21,22	6,47	55.054
20	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	46,45	21,92	3,49	30.391
21	BNP Paribas Master Ibrx FIA	46,38	21,51	4,75	55.307
22	FIA Meaipe Ibx Ativo	46,22	22,25	4,39	20.463
23	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	46,01	22,46	4,40	45.712
24	Fachesf Dividendos FIA	45,61	28,61	13,80	29.576
25	Citiprevi Inst FIA	45,43	23,06	1,62	31.986
26	Fprv Quest Gaivota FIA	45,38	19,89	8,70	67.720
27	Bradesco FIA Ibovespa Plus	45,31	24,28	1,00	38.180
28	Bram H FIA Ibovespa Gestao	45,10	24,22	1,33	32.118
29	Texas FIA	45,10	23,61	1,91	26.997
30	Itau Previdencia Ibrx FIA	44,50	22,88	2,53	26.891
31	Fprv ARX Melro FIA Prev	44,33	20,56	9,57	63.646
32	Squadra Institucional FIA	44,20	18,23	11,28	39.654
33	Ibrx 50	43,89	24,21	0,00	-
34	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	43,12	25,48	8,79	24.509
35	Caixa FIA Brasil Ibovespa	43,11	25,33	8,26	25.788
36	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	39,84	22,62	3,24	32.210
37	Suvinil FIA	38,99	19,24	8,63	25.189
38	Safra Dividendos FIA	38,93	22,18	9,05	58.712
39	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	37,92	24,81	2,98	29.338
40	Bradesco FIA Salubre	37,28	22,82	2,60	44.418
41	Safra Setorial Bancos FIA	37,27	26,83	10,72	20.792
42	FIA Western Asset Dividendos Ceara	36,94	18,05	10,58	43.030
43	Brad H FIA Ibovespa Valuation	35,29	23,86	6,35	43.542
44	BNP Paribas Mirante FIA	34,88	18,14	12,13	35.022
45	ARX FIA	32,85	20,87	9,40	35.639
46	Wa Dividend Yield FIA	30,84	18,29	10,49	34.613
47	Mapfre Sf FIA	30,83	23,39	4,61	30.687
48	Concordia Set FIA	30,58	21,08	14,71	23.164
49	Saga Sf FIA	27,19	18,45	9,91	68.158
50	Santander FI Dividendos Top Acoes	26,67	23,54	7,71	31.510
51	Vinci Kayapo FIA	23,65	18,23	11,38	22.902
52	Itau Acoes Infra Estrutura FI	18,57	19,72	11,68	45.263
53	Serpros FIA Kenobi	17,25	18,34	13,00	61.719
54	Az Legan Brasil FIA	16,45	20,53	7,80	68.597
55	Jbi Focus Master FIA	15,73	18,69	10,34	57.812
56	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	13,60	19,30	8,77	29.134
57	Santander FI Ethical II Acoes	7,88	19,17	9,31	59.697

TABELA 10. CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE

Classificação por Volatilidade					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Set/17	Volatilidade Anual Mai/14 a Set/17 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Set/17	Patrimônio Set/17
1	Claritas Valor Feeder FIA	58,25	18,02	11,17	29.214
2	FIA Western Asset Dividendos Ceara	36,94	18,05	10,58	43.030
3	Grou Valor Master FIA	62,55	18,13	10,48	27.196
4	BNP Paribas Mirante FIA	34,88	18,14	12,13	35.022
5	Claritas Valor FIA	69,06	18,17	11,15	61.816
6	Celos Claritas Valor FIA	63,96	18,17	11,05	69.759
7	Vinci Kayapo FIA	23,65	18,23	11,38	22.902
8	Squadra Institucional FIA	44,20	18,23	11,28	39.654
9	Wa Dividend Yield FIA	30,84	18,29	10,49	34.613
10	Serpros FIA Kenobi	17,25	18,34	13,00	61.719
11	Saga Sf FIA	27,19	18,45	9,91	68.158
12	Jbi Focus Master FIA	15,73	18,69	10,34	57.812
13	Long Term Instit FIA	60,09	18,96	11,73	29.475
14	Western Asset Institucional 50 Acoes FIA	54,35	19,11	9,38	45.380
15	Santander FI Ethical II Acoes	7,88	19,17	9,31	59.697
16	Suvinil FIA	38,99	19,24	8,63	25.189
17	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	13,60	19,30	8,77	29.134
18	Pacifico Rv Master FIA	68,77	19,43	9,93	41.501
19	Gerdau Previdencia FIA 04	50,70	19,57	7,84	50.448
20	Itau Acoes Infra Estrutura FI	18,57	19,72	11,68	45.263
21	Fprv Quest Gaivota FIA	45,38	19,89	8,70	67.720
22	Leblon Acoes Master FIA	70,28	20,26	12,95	53.506
23	Canepa Master FIA	48,28	20,36	11,87	28.389
24	Az Legan Brasil FIA	16,45	20,53	7,80	68.597
25	Fprv ARX Melro FIA Prev	44,33	20,56	9,57	63.646
26	ARX FIA	32,85	20,87	9,40	35.639
27	Concordia Set FIA	30,58	21,08	14,71	23.164
28	FIA Gap Valor Pernambuco	52,62	21,08	5,90	40.096
29	Frg FIA Ativo	46,45	21,22	6,47	55.054
30	BNP Paribas Master Ibrx FIA	46,38	21,51	4,75	55.307
31	FIA Sabesprev Bahia Valuation	63,22	21,68	6,18	38.478
32	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	46,45	21,92	3,49	30.391
33	Ft FEF Cd FIA	47,90	22,02	3,44	57.508
34	Bosch Brasil VIII FIA Previ	48,43	22,05	3,48	39.434
35	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	51,87	22,09	4,38	58.464
36	Safra Dividendos FIA	38,93	22,18	9,05	58.712
37	FIA Meaipe Ibx Ativo	46,22	22,25	4,39	20.463
38	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	46,01	22,46	4,40	45.712
39	Mirae Asset Discovery Acoes Divid FI	52,08	22,61	8,16	21.458
40	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	39,84	22,62	3,24	32.210
41	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	47,65	22,73	2,27	66.078
42	Bradesco FIA Salubre	37,28	22,82	2,60	44.418
43	Itau Previdencia Ibrx FIA	44,50	22,88	2,53	26.891
44	Citiprevi Inst FIA	45,43	23,06	1,62	31.986
45	Mapfre Sf FIA	30,83	23,39	4,61	30.687
46	Santander FI Dividendos Top Acoes	26,67	23,54	7,71	31.510
47	Texas FIA	45,10	23,61	1,91	26.997
48	Brad H FIA Ibovespa Valuation	35,29	23,86	6,35	43.542
49	Ibrx 50	43,89	24,21	0,00	-
50	Bram H FIA Ibovespa Gestao	45,10	24,22	1,33	32.118
51	Bradesco FIA Ibovespa Plus	45,31	24,28	1,00	38.180
52	Meta Valor FIA	55,16	24,45	8,83	43.735
53	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	37,92	24,81	2,98	29.338
54	Caixa FIA Brasil Ibovespa	43,11	25,33	8,26	25.788
55	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	43,12	25,48	8,79	24.509
56	Safra Setorial Bancos FIA	37,27	26,83	10,72	20.792
57	Fachesf Dividendos FIA	45,61	28,61	13,80	29.576

TABELA 11. CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR

Classificação por Tracking Error					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Set/17	Volatilidade Anual Mai/14 a Set/17 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Set/17	Patrimônio Set/17
1	Ibrx 50	43,89	24,21	0,00	-
2	Bradesco FIA Ibovespa Plus	45,31	24,28	1,00	38.180
3	Bram H FIA Ibovespa Gestao	45,10	24,22	1,33	32.118
4	Citiprevi Inst FIA	45,43	23,06	1,62	31.986
5	Texas FIA	45,10	23,61	1,91	26.997
6	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	47,65	22,73	2,27	66.078
7	Itau Previdencia Ibrx FIA	44,50	22,88	2,53	26.891
8	Bradesco FIA Salubre	37,28	22,82	2,60	44.418
9	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	37,92	24,81	2,98	29.338
10	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	39,84	22,62	3,24	32.210
11	Ft FEF Cd FIA	47,90	22,02	3,44	57.508
12	Bosch Brasil VIII FIA Previ	48,43	22,05	3,48	39.434
13	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	46,45	21,92	3,49	30.391
14	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	51,87	22,09	4,38	58.464
15	FIA Meaipe Ibx Ativo	46,22	22,25	4,39	20.463
16	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	46,01	22,46	4,40	45.712
17	Mapfre Sf FIA	30,83	23,39	4,61	30.687
18	BNP Paribas Master Ibrx FIA	46,38	21,51	4,75	55.307
19	FIA Gap Valor Pernambuco	52,62	21,08	5,90	40.096
20	FIA Sabesprev Bahia Valuation	63,22	21,68	6,18	38.478
21	Brad H FIA Ibovespa Valuation	35,29	23,86	6,35	43.542
22	Frg FIA Ativo	46,45	21,22	6,47	55.054
23	Santander FI Dividendos Top Acoes	26,67	23,54	7,71	31.510
24	Az Legan Brasil FIA	16,45	20,53	7,80	68.597
25	Gerdau Previdencia FIA 04	50,70	19,57	7,84	50.448
26	Mirae Asset Discovery Acoes Divid FI	52,08	22,61	8,16	21.458
27	Caixa FIA Brasil Ibovespa	43,11	25,33	8,26	25.788
28	Suvinil FIA	38,99	19,24	8,63	25.189
29	Fprv Quest Gaivota FIA	45,38	19,89	8,70	67.720
30	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	13,60	19,30	8,77	29.134
31	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	43,12	25,48	8,79	24.509
32	Meta Valor FIA	55,16	24,45	8,83	43.735
33	Safra Dividendos FIA	38,93	22,18	9,05	58.712
34	Santander FI Ethical II Acoes	7,88	19,17	9,31	59.697
35	Western Asset Institucional 50 Acoes FIA	54,35	19,11	9,38	45.380
36	ARX FIA	32,85	20,87	9,40	35.639
37	Fprv ARX Melro FIA Prev	44,33	20,56	9,57	63.646
38	Saga Sf FIA	27,19	18,45	9,91	68.158
39	Pacifico Rv Master FIA	68,77	19,43	9,93	41.501
40	Jbi Focus Master FIA	15,73	18,69	10,34	57.812
41	Grou Valor Master FIA	62,55	18,13	10,48	27.196
42	Wa Dividend Yield FIA	30,84	18,29	10,49	34.613
43	FIA Western Asset Dividendos Ceara	36,94	18,05	10,58	43.030
44	Safra Setorial Bancos FIA	37,27	26,83	10,72	20.792
45	Celos Claritas Valor FIA	63,96	18,17	11,05	69.759
46	Claritas Valor FIA	69,06	18,17	11,15	61.816
47	Claritas Valor Feeder FIA	58,25	18,02	11,17	29.214
48	Squadra Institucional FIA	44,20	18,23	11,28	39.654
49	Vinci Kayapo FIA	23,65	18,23	11,38	22.902
50	Itau Acoes Infra Estrutura FI	18,57	19,72	11,68	45.263
51	Long Term Instit FIA	60,09	18,96	11,73	29.475
52	Canepa Master FIA	48,28	20,36	11,87	28.389
53	BNP Paribas Mirante FIA	34,88	18,14	12,13	35.022
54	Leblon Acoes Master FIA	70,28	20,26	12,95	53.506
55	Serpros FIA Kenobi	17,25	18,34	13,00	61.719
56	Fachesf Dividendos FIA	45,61	28,61	13,80	29.576
57	Concordia Set FIA	30,58	21,08	14,71	23.164



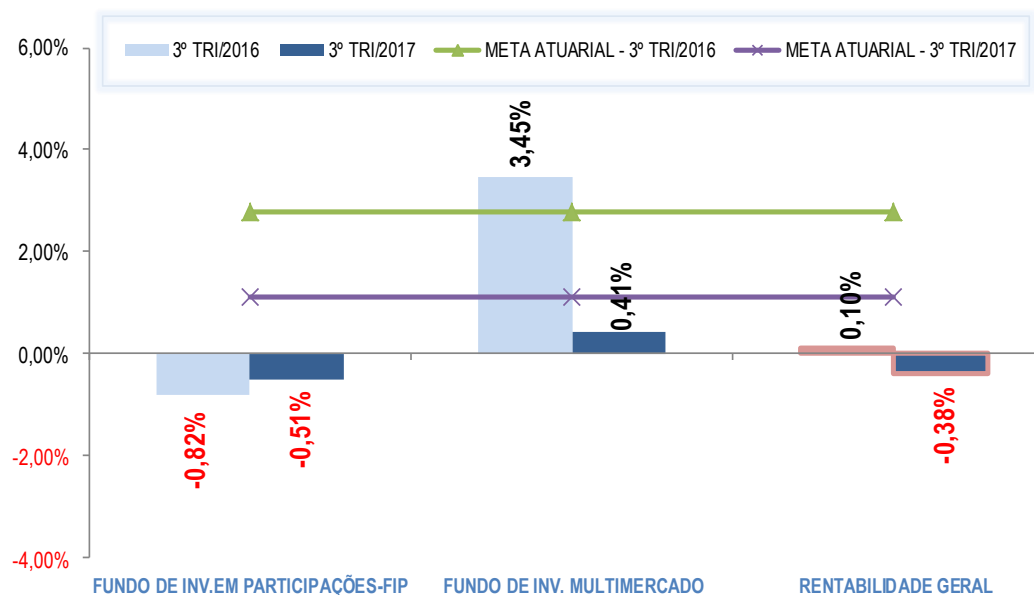
3.2.4.4 Investimentos Estruturados

Nesse segmento estão alocados 7,26% do total dos Ativos de Investimentos:

TABELA 12. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			jul/17	ago/17	set/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	44.911.324,72	100,00%	7,26%	0%	20%	20%	-		-0,05%	-0,30%	-0,03%	-0,38%	-24,42%	-24,73%	-32,44%	-29,80%
I	Fundos de Investimento em Participações	43.694.078,25	97,29%	7,06%	0,00%	20,00%	20,00%	-		-0,08%	-0,35%	-0,08%	-0,51%	-25,88%	-26,01%	-33,91%	-31,26%
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	29.552.318,96	65,80%	4,78%	-	-	-	-		-0,06%	-0,46%	-0,05%	-0,57%	-33,81%	-33,89%	-41,83%	-39,19%
	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP - (GESTOR: ÁTICO ASSET MANAGEMENT)	14.141.759,29	31,49%	2,29%	-	-	-	-		-0,13%	-0,14%	-0,12%	-0,39%	-1,14%	-1,52%	-9,17%	-6,53%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	1.217.246,47	2,71%	0,20%	0,00%	10,00%	10,00%	-		0,59%	-0,77%	0,60%	0,41%	6,05%	9,60%	-1,97%	0,67%
	SAGA SNAKE FIM	1.217.246,47	2,71%	0,20%				-		0,59%	-0,77%	0,60%	0,41%	6,05%	9,60%	-1,97%	0,67%

GRÁFICO 41. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS



FIP Energia PCH / Projeto Juruena:

GRÁFICO 42. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO – PCH/FIP

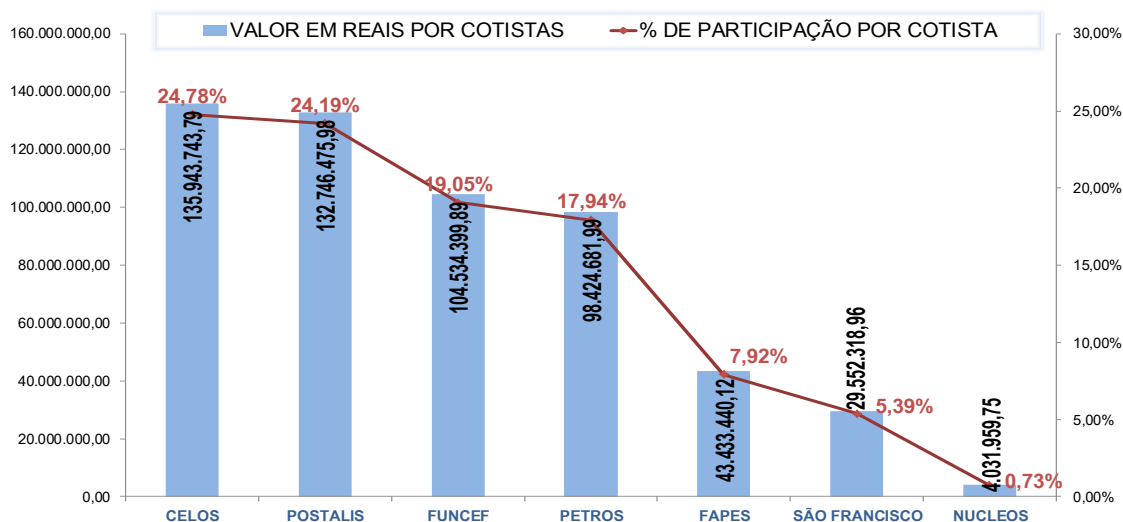


TABELA 13. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO – PCH/FIP

ITENS	COTISTAS	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR - R\$ -	%
1	CELOS	1.078,70	135.943.743,79	24,78%
2	POSTALIS	1.053,33	132.746.475,98	24,19%
3	FUNCEF	829,47	104.534.399,89	19,05%
4	PETROS	780,99	98.424.681,99	17,94%
5	FAPES	344,64	43.433.440,12	7,92%
6	SÃO FRANCISCO	234,49	29.552.318,96	5,39%
7	NUCLEOS	32,00	4.031.959,75	0,73%
TOTAL GERAL		4.353,62	548.667.020,48	100%

ADMINISTRADOR: Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.
GESTOR: "VINCI PARTNERS"

Encerrado o 3º trimestre de 2017, encontrava-se alocado no Energia PCH - FIP/Juruena o valor de R\$ 29.552.318,96 - contra R\$ 44.646.274,50 em dezembro de 2016, registrando uma queda de 33,81%.

A elevada redução observada no período considerado deveu-se ao ajuste de precificação realizada pelo administrador do Fundo. A renovação da outorga para as usinas, como constante das condições contratuais, encontra-se prevista para 2032. O retorno aos cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a. se houver a renovação da outorga, caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a. Essas estimativas encontram-se delineadas por ocasião da última avaliação, ainda na gestão da Infra Asset.

Findo o 3º trimestre de 2017, os dados relevantes do projeto estão nas práticas empregadas pelo novo gestor (Vinci Partners), seja pela realização das ações imediatas, ou pelo processo de informações aos cotistas. É opinião da Diretoria de Finanças que a implementação dos processos de governança em implantação pela nova gestão, poderá representar, no médio prazo, importantes alterações com vista à melhoria da confiança dos investidores acerca dos resultados operacionais das empresas investidas, incluindo-se aí, propostas de investidores interessados em uma possível aquisição dos ativos do Fundo, remetendo-se a uma possível janela de saída do Fundo.

FIP - Ático - Geração de Energia:

- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.



- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
- **Rentabilidade Alvo:** IPCA + 10,50% ao ano. O prazo de existência programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento, não sofreu alteração. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento deve ser finalizado em 2018. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, ou seja, ainda não há geração líquida de caixa para distribuição, nem mesmo era essa a expectativa do projeto.

Encerrado o 3º trimestre de 2017 encontrava-se alocado no **FIP – Ático Geração de Energia** o valor de R\$ 14.141.759,29 ou 2,29% do total dos ativos de investimentos do Plano. O Fundo registrou no 3º trimestre, rentabilidade negativa de 0,39%, acumulando no ano rentabilidade negativa de 1,14%, isto é, 6,53% abaixo da meta atuarial.

Os gastos com a estrutura do fundo impactam na formação da cota do fundo, logo, são os geradores da rentabilidade negativa. Assim que houver nova avaliação das unidades investidas ou elas entrarem em operação, a rentabilidade se dará pelo resultado das empresas componentes do portfólio.

Em 21 de junho de 2017, em Assembleia Geral dos Cotistas, realizada no Rio de Janeiro-RJ, na sede do Administrador (BNY Mellon Serviços Financeiros - DTVM S.A.), foi deliberado: (i) O Gestor deverá proceder a seleção de empresa a ser contratada pelo Fundo para conduzir o “Plano de Desinvestimento” dos ativos constituídos no portfólio do Fundo, com aprovação do Comitê de Investimento previsto no Regulamento e (ii) No prazo de 6 (seis) meses com base no plano apresentado, o Gestor deverá iniciar o processo de desinvestimento proposto.

O prazo de investimento do fundo encerrou em **19 de setembro de 2017**. Em **21 de junho de 2017, por meio da Assembleia Geral dos Cotistas – AGC**, foi aprovado pelos Cotistas conceder ao Gestor o prazo de 6 (seis) meses para colocar em prática, de forma efetiva, o Plano de desinvestimento do Fundo, o qual vencerá em 31.12.2017.

Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake:

Trata-se de um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

As aplicações no Fundo registraram rentabilidade positiva de 0,41% no 3º trimestre de 2017, acumulando no ano rentabilidade de 6,05%, contra uma meta de 5,38%, isto é, 0,67% acima da meta. Entretanto esse desempenho deve ser avaliado dentro de outra ótica. Cabe lembrar que em muitas oportunidades o valor investido no veículo foi de R\$ 0,0 (zero) por vários e muitos dias. Assim, para se identificar a desempenho do fundo mister é que se observe a variação de sua cota, e nesse quesito, no 3º trimestre de 2017 ela variou 2,28%, acumulando no ano 8,09%, contra 8,03% do CDI. Em 30.09.2017 encontrava-se alocado no ativo 0,20% do total dos ativos de investimentos.

3.2.4.5 Imóveis

Neste Segmento estão alocados 1,69% do total dos Ativos de Investimentos, contra 1,23% registrado no encerramento do exercício de 2016. O incremento de 0,46% observado na alocação do ativo prendeu-se exclusivamente ao processado da primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis do Plano, como parte das “Garantias Provisonadas” do ativo “**Cédula de Crédito Imobiliário - CCI**” da **M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda**, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. Ademais, a administração da carteira imobiliária até o momento prendia-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam. O Segmento registrou variação negativa de 5,80% no 3º trimestre, contra 44,89% no 2º trimestre, acumulando no ano variação negativa de 50,15% contra meta atuarial de 5,38%, apresentando no ano uma variação de 55,53% abaixo da meta.

TABELA 14. ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO			jul/17	ago/17	set/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 22	IMÓVEIS	10.435.664,77	100,00%	1,69%	0%	8%	0%	-		-0,40%	-0,39%	-5,05%	-5,80%	-50,15%	-50,46%	-58,18%	-55,53%
II	Imóveis para Aluguel e Renda	10.435.664,77	100,00%	1,69%	0%	8%	0%	-		-0,40%	-0,39%	-5,05%	-5,80%	-50,15%	-50,46%	-58,18%	-55,53%
	FERNANDEZ PLAZA	7.018.393,54	67,25%	1,13%	-	-	-	-		-0,56%	-0,59%	-2,09%	-3,21%	-8,47%	-9,03%	-16,49%	-13,85%
	SÃO CRISTÓVÃO	3.417.271,23	32,75%	0,55%	-	-	-	-		-0,08%	0,00%	-11,14%	-11,21%	-70,32%	-70,32%	-73,40%	-72,24%

GRÁFICO 43. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS

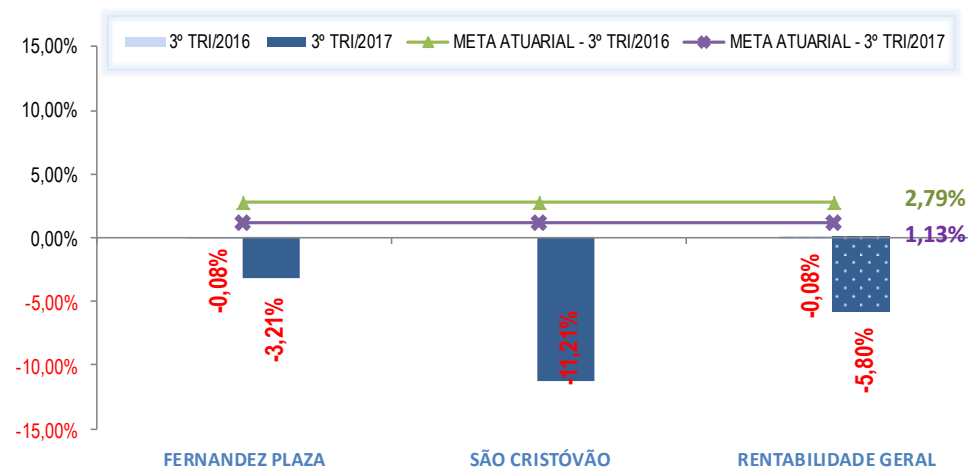


GRÁFICO 44. ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS - IMÓVEIS

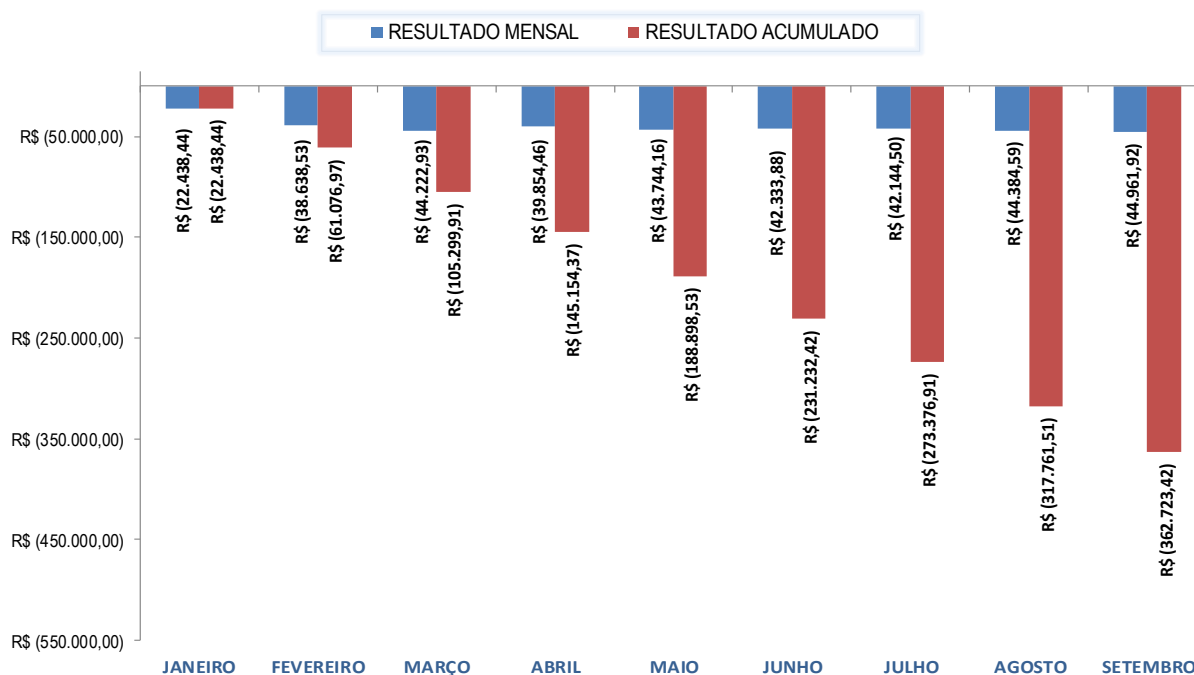


TABELA 15. TAXA DE OCUPAÇÃO E OCORRÊNCIAS

QUANTIDADE SALAS OCUPADAS	TAXA DE OCUPAÇÃO	ALUGUEL - R\$ -		IPTU - R\$ -		CONDOMÍNIO - R\$ -		TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
		RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	
16	28,57%	32.659,20	0,00	15.966,32	248,68	32.217,93	0,00	3.606,50

QUANTIDADE SALAS DESOCUPADAS	TAXA DE DESOCUPAÇÃO	IPTU - R\$ -	CONDOMÍNIO - R\$ -
40	71,43%	33.209,31	67.738,53

Segundo a administradora (**José Alberto Imóveis Ltda.**), ainda alimentada pelo processo recessivo na economia do país, a retração da demanda continua acentuada para a região, motivada diretamente pela concorrência de novos empreendimentos, com espaços físicos modernos, novos e atrativos para os ocupantes, agravando acentuadamente a falta de interessados pelo espaço físico do imóvel. Importante identificar que o administrador continua em busca de novos interessados nos espaços disponíveis (40 salas), atendendo as condições previstas no Contrato de Intermediação de Locação e Administração de Imóveis firmados com a Fundação São Francisco.

Quanto à situação relativa ao firmamento do competente registro para que se possa iniciar as vendas das unidades, conforme já ficou definido e consignado na Política de Investimento 2017/2021, encerrado o 3º trimestre de 2017, ainda não ocorreu.



3.2.4.6 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 1,22% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 16. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO			jul/17	ago/17	set/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.566.182,36	100,00%	1,22%	0%	15%	5%	-		1,44%	0,87%	1,27%	3,62%	11,77%	16,31%	3,74%	6,39%
I	Empréstimos	7.566.182,36	100,00%	1,22%	0%	15%	5%	-		1,44%	0,87%	1,27%	3,62%	11,77%	16,31%	3,74%	6,39%

TABELA 17. CONCESSÕES

MÊS	SIMPLES		EMERGÊNCIA		TOTAL
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
JULHO	0	0,00	1	75.000,00	75.000,00
AGOSTO	7	160.800,00	1	40.000,00	200.800,00
SETEMBRO	7	195.875,00	0	0,00	195.875,00
TOTAL	14	356.675,00	2	115.000,00	471.675,00

O valor de concessão no 3º trimestre de 2017 alçou o valor de R\$ 471.675,00 contra R\$ 553.630,00 do 2º trimestre de 2017, o que representou uma queda de 14,80% na demanda. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, nesse último trimestre, tiveram os valores contratados menores que no trimestre anterior. Apesar da redução, o Segmento é de grande importância para seus participantes. Vale ressaltar, que as concessões estão sendo realizadas apenas para os aposentados, ante a impossibilidade de se consignar as prestações de empréstimos pós-fixados junto à folha de pagamentos dos participantes ativos rodadas pelo SERPRO.

TABELA 18. SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

CONTRATOS FIRMADOS		QTD. MUTUÁRIOS		QTD. MUTUÁRIOS C/+3 PREST. VENCIDAS		QTD. NEGOCIAÇÕES ADM		MONTANTE INADIMPLIDO		
Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Var. %
Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	
348	319	300	289	27	30	28	28	R\$ 2.595.482,58	R\$ 3.088.375,66	18,99%

TABELA 19. COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DOS EMPRÉSTIMOS

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO FECHAMENTO DO		
	Anterior	Atual	%
SALDO ANTERIOR	7.693.739,55	7.464.097,84	-2,98%
LIQ. ACRES. DO TRIM.	-114.497,57	-107.209,04	-
VAL. CARTEIRA	7.579.241,98	7.356.888,80	-2,93%
PROV. PERDA	-3.043.312,38	-3.481.599,30	14,40%
VAL.LIQ. CART	4.535.929,60	3.875.289,50	-14,56%

Encerrado o 3º trimestre de 2017, mantém-se a observação quanto à definição de que a “Provisão para Perda” está relacionada à exigência determinada pela Resolução Nº 8 do CNPC de 2011, mas, é mais que pouco provável a sua efetiva ocorrência, haja vista que o recebimento só ocorrerá em algum momento mais a frente: (i) ou por saída do participante com o pedido de resgate de sua reserva e (ii) ou pela sua entrada em benefício. No primeiro caso há cláusula contratual em que o participante consignou a sua reserva como garantia do mútuo; no segundo, devido ao consequente lançamento em Folha de Benefício dos valores mensais das prestações, devidamente atualizadas. A base de cálculo do montante a provisionar consiste dos valores vencidos e a vencer, e sobre eles incide percentual definido de acordo com o tempo de inadimplência, entre a primeira ocorrência e o momento atual de seu cálculo.

GRÁFICO 45. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO

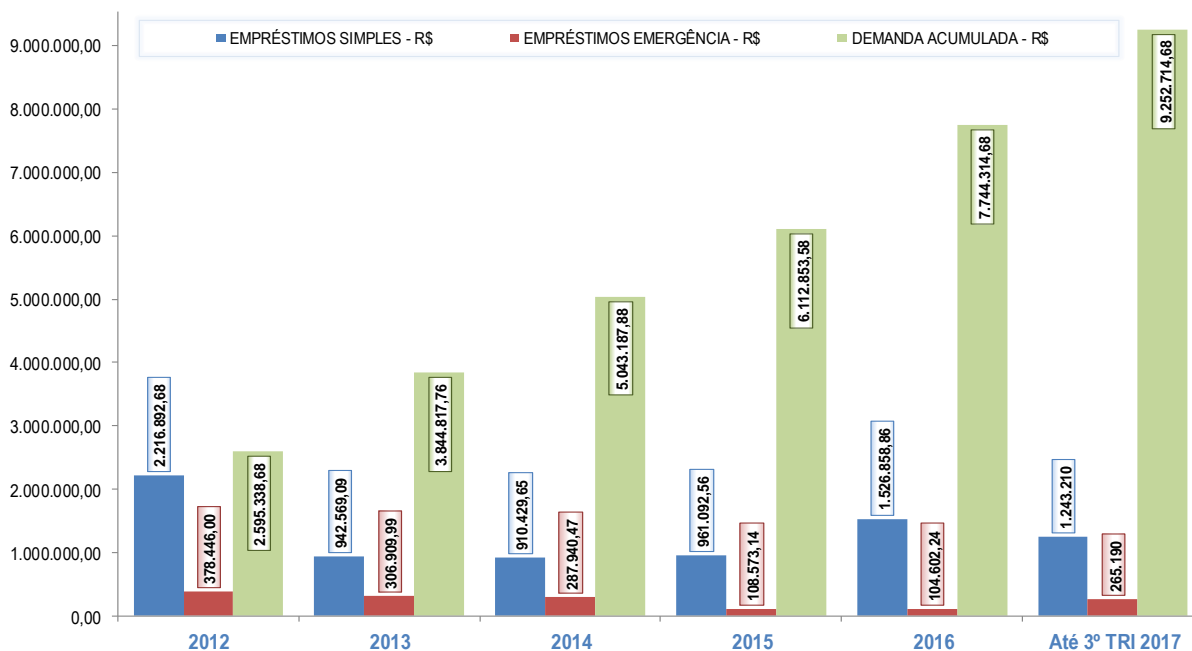


TABELA 20. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO

MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
2016	87	1.526.858,86	14	104.602,24	101	1.631.461,10	7.744.314,68
Até 3º TRI 2017	49	1.243.210	21	265.190	70	1.508.400,00	9.252.714,68

GRÁFICO 46. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE

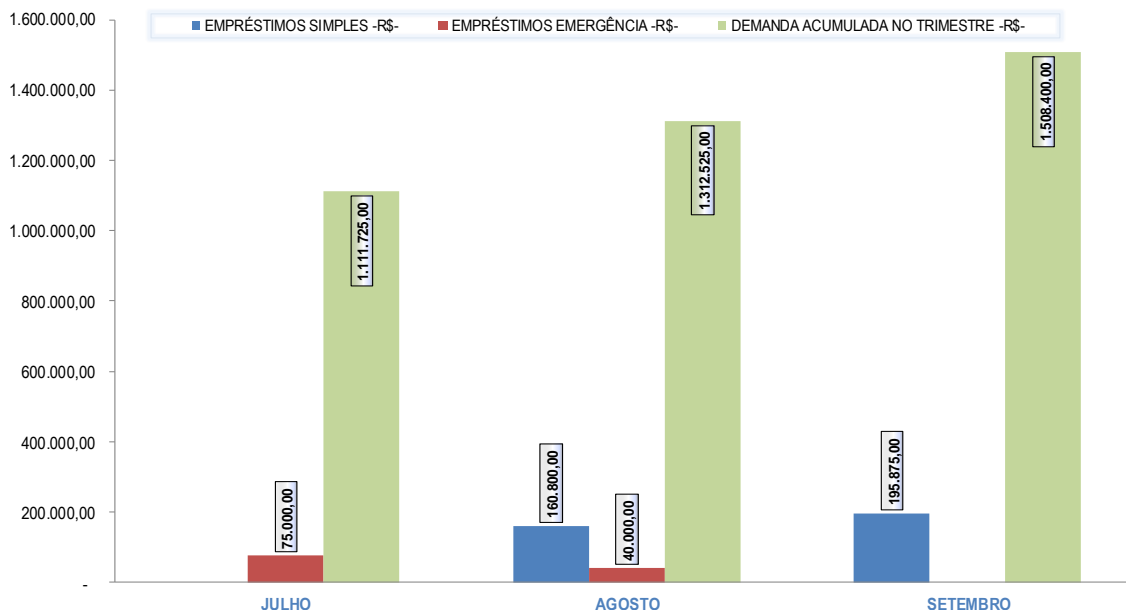
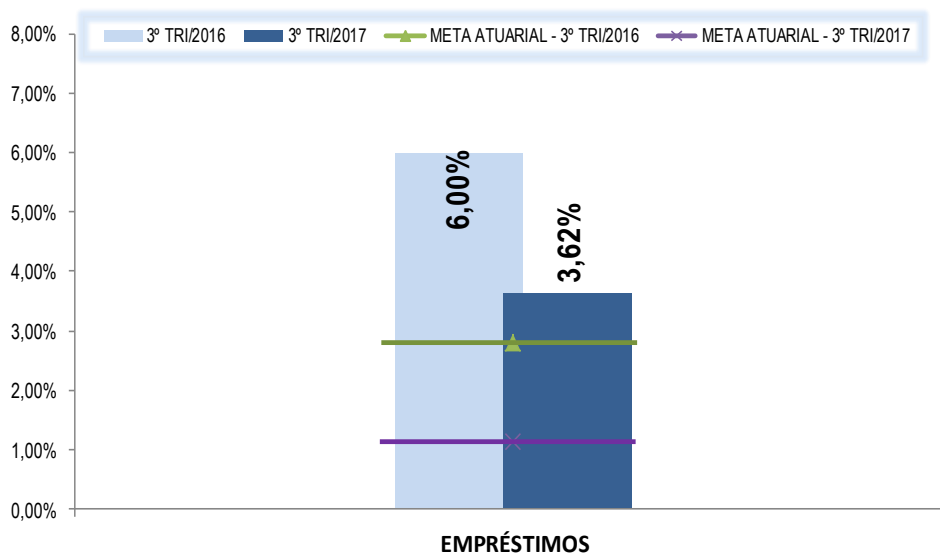


GRÁFICO 47. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES



O 3º trimestre apresentou rentabilidade positiva de 3,62% contra meta atuarial de 1,13%. Esse resultado representa 2,49% acima da meta.

3.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010:

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.



Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

3.2.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano.

Foi verificado que no encerramento do mês de março de 2017 a DNP apresentou indicadores negativos para:

- Regra I: **Segmento de Imóveis e Investimentos Estruturados** - DNP Negativa, doze meses consecutivos;
- Regra II: **Segmentos de Renda Variável e Investimentos Estruturados** - DNP Negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses;

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

Antes das devidas explicações, cumpre esclarecer: - o processo de cálculos da DNP é realizado pelo Banco Custodiante (Itaú-Unibanco S/A), em atendimento a cláusula do contrato de prestação de serviços assinado com a Fundação São Francisco, porém, a entidade elabora minuciosa averiguação quanto a sua consistência, como continuidade do seu controle interno.

TABELA 21. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO I - BD													REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2017		
SEGMENTO	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17			
Renda Fixa	-0,02%	-0,29%	0,63%	0,62%	0,55%	0,25%	-0,36%	-0,23%	1,80%	0,96%	-0,36%	0,08%	3,65%	0,65%	2,89%
Renda Variável	8,54%	-8,04%	-3,08%	4,51%	1,13%	-1,96%	0,15%	-4,31%	-0,34%	3,97%	5,94%	3,70%	10,23%	4,74%	-11,65%
Estruturados	-0,60%	-0,97%	-0,51%	-0,54%	-0,83%	-24,79%	-0,78%	-0,53%	-0,80%	-0,18%	-0,90%	-0,43%	-31,84%	6,97%	-53,14%
Imóveis	-0,54%	-0,78%	-0,97%	-1,05%	-3,76%	-1,28%	-1,11%	-1,11%	-45,15%	-0,53%	-0,99%	-5,45%	-62,70%	12,66%	-42,65%
Empréstimos	0,90%	0,62%	0,82%	0,65%	0,39%	0,54%	0,60%	0,90%	0,40%	1,31%	0,27%	0,87%	8,29%	0,29%	28,13%
PLANO	1,30%	-1,69%	-0,10%	1,08%	0,45%	-2,65%	-0,31%	-0,92%	-0,17%	1,33%	0,63%	0,58%	-0,45%	1,22%	-7,83%

META ATUARIAL: INPC + 5,26% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos de Imóveis e Estruturados apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Renda Variável e Estruturados.

3.2.5.2 Justificativa Segmento de Imóveis

A Fundação São Francisco no processo de alocação de recursos no Segmento Imobiliário, à época presumia como constava dos estudos dos projetos apresentados, elevada consistência na rentabilidade, segurança, solvabilidade e liquidez futura, frente às condições do cenário macroeconômico vividas pelo país e, via com expectativas positivas, o crescimento na demanda das plantas de Escritórios e Projeções Comerciais (Shoppings, etc.). As expectativas e premissas de viabilidade econômico-financeira dos projetos adquiridos não se confirmaram ao longo do tempo, resultando, assim, em elevado custo financeiro de carregamento das posições imobiliárias para o Plano BD.



A Carteira de Aluguéis e Renda acumulou no período dos últimos doze meses, encerrada em setembro de 2017 - DNP Negativa, conforme quadro acima, devido ao aumento acentuado das ofertas físicas de novos empreendimentos e a queda observada na demanda por locação de imóveis na Cidade de Salvador-BA, onde se localizam os únicos imóveis que lastreiam a carteira imobiliária para renda.

- **Estratégia:** No período de vigência da Política de Investimento 2017/2021, além de não destinar recursos para o Segmento de Imóveis, manterá política visando diminuir a vacância das salas, busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico, e liberação da sua escritura.

3.2.5.3 *Justificativa Segmento de Renda Variável*

No período dos últimos trinta e seis meses, o mercado acionário apresentou desempenho abaixo da meta, motivado diretamente pelos aspectos conjunturais políticos e econômicos internos. Porém, apresentou elevado processo de recuperação no decorrer do exercício de 2016 e mantendo-se num canal de alta no decorrer do 3º trimestre de 2017, medido pelo IBrX-50, indicador do desempenho médio das cotações dos 50 (cinquenta) ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro e *benchmark* dos Fundos de Ações que compõem o Segmento de Renda Variável dos Planos. No encerramento 3º trimestre de 2017, a Bolsa de Valores medida pelo IBrX-50, registrou alta de 17,95%, contra queda de 2,94% no 2º trimestre, acumulando no ano alta de 23,39%, enquanto no mesmo período de 2016 atingiu alta de 32,99%.

O mercado de capitais demonstrou no encerramento dos nove primeiros meses de 2017, fortes sinais de alta, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações. Como se observa, já há expectativa de que em breve a apuração da **Divergência Não Planejada - DNP** de 36 meses se reverta, haja vista a reversão ocorrida no espaço temporal de 12 meses.

Ressalte-se que a alta registrada no ano de 2017 esteve diretamente relacionada às apostas dos investidores na retomada da economia, relacionada ao processo de celeridade do governo na aprovação das Reformas Trabalhista e Previdenciária. No entanto, o mercado foi mais uma vez surpreendido, findo o terceiro trimestre, especificamente no dia 21 de setembro, descortinou-se pela segunda vez pela **Procuradoria Geral da República - PGR** a tentativa de obter autorização da Câmara dos Deputados para processar o Presidente por crimes que vão de corrupção passiva até a organização criminosa com atuação dentro do Congresso Nacional. Verdade ou mentira, o desfecho de mais um processo, contra o chefe do Governo brasileiro, só se vislumbra no último trimestre do ano, consequências desastrosas para o processo de recuperação da economia e a retomada da confiança do mercado, vis-à-vis as reformas Fiscal e Previdenciária que poderão ser prejudicadas, refletindo negativamente no mercado bursátil, acentuando sobremaneira a volatilidade e reduzindo a liquidez do mercado acionário.

No mercado internacional, no 3º trimestre de 2017 os mercados bursáteis mantiveram-se atentos frente a vários fatores: **(i) O futuro das empresas no mercado da Inglaterra pós-Brexit:** O Reino Unido deseja discutir de modo paralelo o futuro do marco legal das relações com a União Europeia - UE, que poderia incluir um acordo de livre comércio, mas os europeus decartam falar sobre pós-Brexit antes de avançar em suas prioridades no processo de separação. O futuro vislumbra prioridade nas negociações para proteger os empregos e o crescimento econômico; **(ii) As preocupações com a economia dos Estados Unidos:** os próximos passos da política monetária confirmam a expectativa de uma nova alta dos juros ainda em 2017 ao mencionar que muitos membros do FOMC trabalham com essa hipótese, desde que o cenário atual se mantenha. A avaliação é de que a economia cresce em ritmo moderado e que o crescimento do emprego cresce em ritmo moderado, sugerindo que o mercado de trabalho está perdendo força; **(iii) As relações geopolíticas do Governo americano e a Coreia do Norte:** as relações das duas nações encontram-se estremecidas com o contínuo desafio de demonstração de fogo do líder coreano ao mundo e as ameaças aos territórios americanos, gerando apreensões ao mercado financeiro e de capitais, podendo



remeter a forte volatilidade e apreensões no decorrer do 4º trimestre de 2017, e (iv) As exportações chinesas cresceram 8,10% em setembro, acelerando em relação ao crescimento de 5,6% em agosto. O crescimento do PIB alçou 6,8% no terceiro trimestre, em comparação ao mesmo período de 2016, sinais positivos para o encerramento de 2017.

No mercado acionário brasileiro desde abril de 2014 os fundos investidos apresentam forte correlação ao *benchmark* (IBrX-50). Os impactos sofridos por eles ao longo dos últimos 36 meses deverão perder significado, haja vista que as gestoras estão focadas em produzir posições defensivas para os momentos de *stress* do mercado acionário. A volatilidade dos retornos apresentados neste relatório demonstra inequivocamente que os fundos veem trabalhando defensivamente, minimizando os riscos de mercado.

- **Estratégia:** Considerada adequada para os objetivos do Plano no longo prazo, a Fundação perseguirá a concentração definida por estudo de ALM. Os desempenhos gerados pelos aspectos conjunturais da economia estão impactando o resultado global da estratégia, no entanto, não há ação imediata a ser tomada. As gestões dos **Fundos Exclusivos - FIA's** estão devidamente ajustadas à Política de Investimento de 2017/2021 estabelecida nos seus respectivos Regulamentos, e mais, os retornos gerados, analisado na relação Risco x Retorno, apresentam em vários momentos indicadores melhores que àqueles obtidos pela indústria, conforme demonstrado no item próprio deste relatório.

3.2.5.4 Justificativa Segmento de Investimentos Estruturados

Energia PCH-FIP:

Detentor de 65,80% dos valores investidos no Segmento constitui-se assim, como o maior responsável pela geração de retorno. Os ativos existentes no fundo são principalmente cotas das usinas hidrelétricas (PCH's) de Juruena. A Diretoria de Finanças participa ativamente na busca de alternativas para possibilitar o desinvestimento, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações do gestor e do setor.

No 3º trimestre de 2017, o processo de reprecificação do Fundo consolidado no 1º trimestre de 2017 (já comentado no relatório anterior) continuou a refletir negativamente nos resultados do Fundo e diretamente nos resultados dos últimos 36 meses, dificultando uma possível reversão na rentabilidade do ativo no menor prazo possível. No entanto, a Diretoria Executiva continua atuando nas ações imediatas do novo Gestor quanto ao Planejamento Operacional, Políticas e o Gerenciamento de Risco das Hidrelétricas, com foco no desinvestimento do ativo.

- **Estratégia:** Por se tratar de investimentos com visão de longo prazo e os projetos já terem sido finalizados, estando produzindo e vendendo energia, a Política de Investimento de 2017/2021 previu a sua permanência no portfólio, uma vez que não se esperava no contexto econômico dos próximos anos, ao menos até final de 2018, alteração que permita a venda dos ativos do fundo com apropriação da mais valia de ordem adequada. Outro sim, a mudança do gestor para a Vinci Partners, com retomada de várias ações imediatas já observadas, pode ensejar algum interesse maior por parte de investidores externos. Seja como for, não se pode, objetivamente, prever a realização do desinvestimento do ativo no momento atual, restando assim, somente manter a posição existente até que se encontre interessados.

FIP Ático - Geração de Energia:

Representando 31,49% do Segmento, suas cotas refletem as reavaliações das ações da Bolt Energia S/A, principal ativo do Fundo. Seu desempenho acumulou no 3º trimestre de 2017 variação negativa de 0,39%, acumulando no ano variação negativa de 1,14%, contra a meta acumulada de 5,38%. Esse resultado representa 6,53% abaixo da meta.

Vale ressaltar que o seu desinvestimento, encontra-se previsto para **19.09.2017**. Conforme deliberação da Assembleia Geral dos Cotistas, realizada em 21.06.2017, no Rio de Janeiro-RJ, na sede do



Administrador (BNY Mellon Serviços Financeiros - DTVM S.A.), no formato a seguir: (i) O Gestor deverá proceder a seleção de empresa a ser contratada pelo Fundo para conduzir o “Plano de Desinvestimento” dos ativos constituídos no portfólio do Fundo, com aprovação do Comitê de Investimento previsto no Regulamento e (ii) No prazo de 6 (seis) com base no plano apresentado, o Gestor deverá iniciar o processo de desinvestimento proposto.

A percepção da Diretoria de Finanças é de que se a economia entrar em rota desenvolvimentista, o objetivo do processo de desinvestimento será cumprido e o resultado poderá ser bastante auspicioso. Caso contrário, sem definição clara quanto ao comportamento das contas públicas e os entraves nas Reformas Fiscal e Previdenciária propostas pelo atual governo, continuará presente com certa aversão a risco, como houve nos últimos anos, e com isso parco será o ingresso de recursos externos. Sem condições que sinalizem alterações nas perspectivas econômicas não se podem afastar a necessidade de dilação do prazo para o desfazimento dos ativos, ou seja, mantido o cenário tal como se encontra é possível haver adiamento nos resgates das cotas, dentro do horizonte atribuído ao desinvestimento.

- **Estratégia:** O projeto encontra-se em processo de estudos e formatação do “Plano de Desinvestimento” aprovado em Assembleia pelos Cotistas. Assim como o fundo anterior, não há mercado para a realização da venda do ativo com a celeridade desejada pelos potenciais investidores. Diante dos dados do fundo há que se esperarem as alterações de mercado para a realização da venda em momento mais propício. Estando ainda os gestores cumprindo rigorosamente os enunciados do mandato estabelecido no regulamento do fundo, então, o desinvestimento ainda virá a ocorrer no futuro, dito de outra forma, o período de desinvestimento ainda encontra-se preservado, imputando aí, os ditames pendentes de aprovação do “Plano de Desinvestimento” aliado às condições de mercado.

3.2.6 Operações Cursadas no Exercício de 2017:

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de Títulos Públicos. No decorrer do 3º trimestre de 2017, as operações de “Arbitragem” entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021.

As operações realizadas no decorrer do 3º trimestre consistiram mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais longo e médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo apresentarem prêmios em relação às primeiras.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Cursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B e NTN/F no decorrer do 1º, 2º e 3º Trimestre de 2017 as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”:

TABELA 22. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

VENDAS						
<i>Data</i>	<i>Título</i>	<i>Tx. Mínima</i>	<i>Tx. Indicativa</i>	<i>Tx. Máxima</i>	<i>Tx. Operação</i>	<i>Volume - R\$ -</i>
13/01/2017	NTN-B 2045	5,2100	5,5931	5,8968	5,6900	6.243.225,09
	NTN-B 2050	5,1800	5,5700	5,8638	5,6400	6.178.238,82
18/01/2017	NTN-B 2055	5,0876	5,5546	5,7738	5,5700	5.951.271,69
15/03/2017	NTN-B 2019	4,7038	5,0846	5,5199	5,2200	8.988.010,36
26/04/2017	NTN-F 2027	9,7300	10,3200	10,7200	10,3700	4.045.862,17
03/05/2017	NTN-F 2027	9,6400	10,2400	10,6300	10,2600	4.515.710,80
22/05/2017	NTN-F 2027	9,4400	11,7400	12,3900	11,6800	2.193.877,33
17/07/2017	NTN-F 2027	9,6700	10,2000	10,8300	10,3200	6.439.840,25
20/07/2017	NTN-F 2027	9,5100	10,0500	10,6700	10,1500	6.440.461,55
01/09/2017	NTN-B 2016	4,6700	4,9800	5,2800	5,0200	22.591.608,21
06/09/2017	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	4.015.259,06
	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	1.916.903,53
TOTAL.....						79.520.268,86
COMPRAS						
<i>Data</i>	<i>Título</i>	<i>Tx. Mínima</i>	<i>Tx. Indicativa</i>	<i>Tx. Máxima</i>	<i>Tx. Operação</i>	<i>Volume - R\$ -</i>
13/01/2017	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.241.212,72
	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.174.205,83
18/01/2017	NTN-B 2023	5,2752	5,6927	5,9830	5,5700	5.950.949,09
02/02/2017	NTN-B 2022	5,4881	5,8300	6,1814	5,7200	2.237.896,03
16/02/2017	NTN-F 2027	9,6926	10,4376	10,9469	10,2000	3.975.543,28
15/03/2017	NTN-B 2026	5,0118	5,3255	5,6828	5,3300	8.986.212,53
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	1.966.141,08
26/04/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4200	5,6500	5,3100	4.045.636,20
03/05/2017	NTN-B 2045	5,0700	5,3500	5,6000	5,2800	6.830.064,63
15/05/2017	NTN-B 2035	4,8933	5,0900	5,3921	5,0200	4.167.445,93
22/05/2017	NTN-B 2026	4,8400	6,1700	6,5000	5,7000	2.192.808,06
02/06/2017	NTN-B 2026	5,4500	5,7400	6,0600	5,6400	2.438.606,49
07/07/2017	NTN-B 2026	5,3600	5,6800	5,9700	5,5500	998.905,16
17/07/2017	NTN-B 2026	5,1200	5,3200	5,7300	5,2800	6.437.607,52
20/07/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4000	5,7500	5,3300	6.038.226,57
17/08/2017	NTN-B 2045	4,9500	5,3100	5,5700	5,2400	3.580.878,76
01/09/2017	LFT 2018	-	0,0073	0,0101	-	22.586.778,05
04/09/2017	NTN-B 2022	4,2900	4,5100	4,9300	4,4000	6.442.395,74
06/09/2017	LFT 2018	-	0,0074	0,0101	-	5.932.109,23
TOTAL.....						107.223.622,90

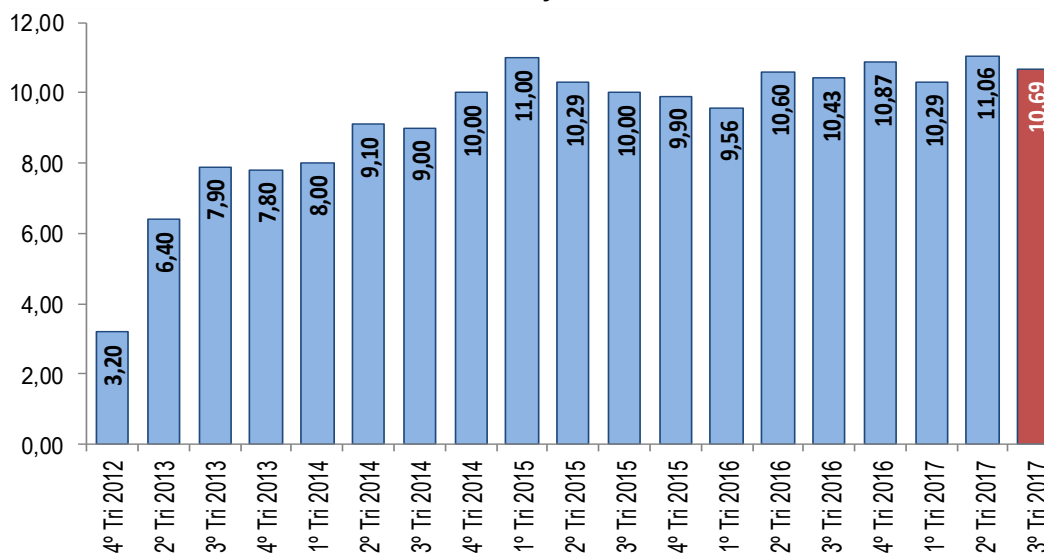
Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC N° 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

3.2.7 Duration do Plano

Vale lembrar, que o acompanhamento do indicador é apresentado pelo total dos ativos contidos no Segmento de Renda fixa, entretanto, quando da elaboração dos elementos obrigatórios definidos pela PREVIC, esta leva em consideração somente a carteira de NTN's precificadas na "Curva".

GRÁFICO 48. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 3º trimestre de 2017 o índice alcançou 10,69 anos contra 10,43 anos, no mesmo período de 2016. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo.

Duas observações importantes na estrutura do *duration*:

- I. O aumento observado no encerramento do 2º trimestre de 2017, foi promovido devido à aplicação em vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;
- II. A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando *duration* maior que a do passivo, fato natural, entretanto, a lógica da legislação obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo, devido a isso a Diretoria de Finanças aproveita o rol de NTN's que possibilite atender adequadamente a Norma, sempre buscando aproveitar à diferença de precificação provocada pela taxa de juros do passivo aplicada sobre o ativo para evidenciar a ausência de déficit no Plano. A distorção identificada na legislação produz a necessidade de acompanhamento da carteira visando a adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do plano, sempre focando em ações onde o investimento possa contribuir para reduzir as perspectivas de possíveis aumentos de encargos aos participantes.



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

3.2.8 Acompanhamento Orçamentário:

TABELA 23. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD

	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	2.111.271,70	3.820.227,97	55,27%	37.323.103,20	40.072.251,25	93,14%	37.323.103,20	53.063.118,75	70,34%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	2.778.836,20	3.394.600,30	81,86%	30.223.608,38	36.076.203,85	83,78%	30.223.608,38	47.748.718,18	63,30%
EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	38.052,63	67.470,66	56,40%	441.261,52	604.067,92	73,05%	441.261,52	812.592,35	54,30%
LF	38.052,63	67.470,66	56,40%	441.261,52	604.067,92	73,05%	441.261,52	812.592,35	54,30%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-793.700,25	182.839,68	É DESPESA	-2.913.910,71	1.682.008,67	É DESPESA	-2.913.910,71	2.256.297,91	É DESPESA
DEBENTURES	-793.700,25	182.839,68	É DESPESA	-2.913.910,71	1.682.008,67	É DESPESA	-2.913.910,71	2.256.297,91	É DESPESA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	71.850,80	136.229,60	52,74%	304.774,43	1.345.994,55	22,64%	304.774,43	1.778.426,47	17,14%
CRI	71.850,80	136.229,60	52,74%	304.774,43	1.345.994,55	22,64%	304.774,43	1.778.426,47	17,14%
COMPANHIAS FECHADAS	0,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA
CCI	0,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA
CÉDULA DE PRODUTOS RURAIS	1.711,81	5.020,53	34,10%	36.917,19	49.598,94	74,43%	36.917,19	49.598,94	74,43%
CPR	1.711,81	5.020,53	34,10%	36.917,19	49.598,94	74,43%	36.917,19	49.598,94	74,43%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	14.520,51	34.067,20	42,62%	-2.115.097,61	314.377,32	É DESPESA	-2.115.097,61	417.484,90	É DESPESA
FIDC - EM COTA	14.520,51	34.067,20	42,62%	-2.115.097,61	314.377,32	É DESPESA	-2.115.097,61	417.484,90	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	4.345.024,40	1.226.161,62	354,36%	17.673.557,55	10.993.651,85	160,76%	17.673.557,55	14.756.900,27	119,76%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	4.345.024,40	1.226.161,62	354,36%	17.673.557,55	10.993.651,85	160,76%	17.673.557,55	14.756.900,27	119,76%
FUNDOS DE AÇÕES	4.345.024,40	1.226.161,62	354,36%	17.673.557,55	10.993.651,85	160,76%	17.673.557,55	14.756.900,27	119,76%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-14.595,30	56.894,94	É DESPESA	-14.974.997,10	712.253,06	É DESPESA	-14.974.997,10	828.869,15	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-33.454,54	0,00	É DESPESA	-15.258.360,88	0,00	É DESPESA	-15.258.360,88	0,00	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	18.859,24	56.894,94	33,15%	283.363,78	712.253,06	39,78%	283.363,78	828.869,15	34,19%
IMÓVEIS	-525.632,09	0,00	É DESPESA	-9.059.191,50	0,00	É DESPESA	-9.059.191,50	0,00	É DESPESA
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-525.632,09	0,00	É DESPESA	-9.059.191,50	0,00	É DESPESA	-9.059.191,50	0,00	É DESPESA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-11.580,93	38.028,22	É DESPESA	350.339,94	342.253,98	102,36%	350.339,94	456.338,64	76,77%
EMPRÉSTIMOS	-11.580,93	38.028,22	É DESPESA	350.339,94	342.253,98	102,36%	350.339,94	456.338,64	76,77%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-202.938,13	-367.395,76	55,24%	-1.814.725,94	-3.306.561,84	54,88%	-1.814.725,94	-4.408.749,12	41,16%
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	43.157,48	0,00	NA	64.451,29	0,00	NA	64.451,29	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	5.744.163,94	4.773.916,99	120,32%	29.561.994,25	48.813.848,30	60,56%	29.561.994,25	64.696.477,69	45,69%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

GRÁFICO 49. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - REALIZADO X PROJETADO

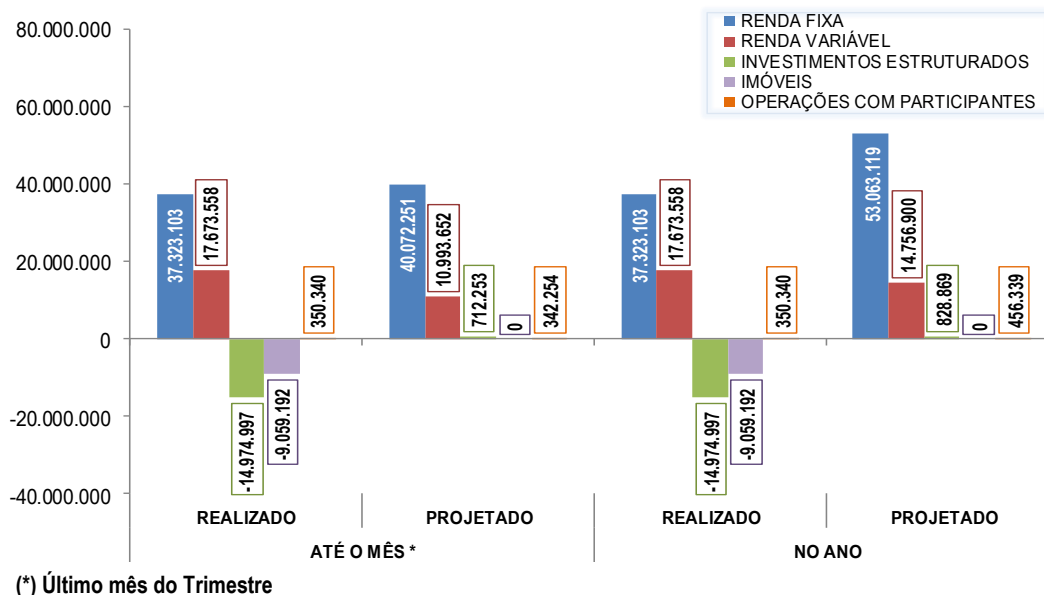
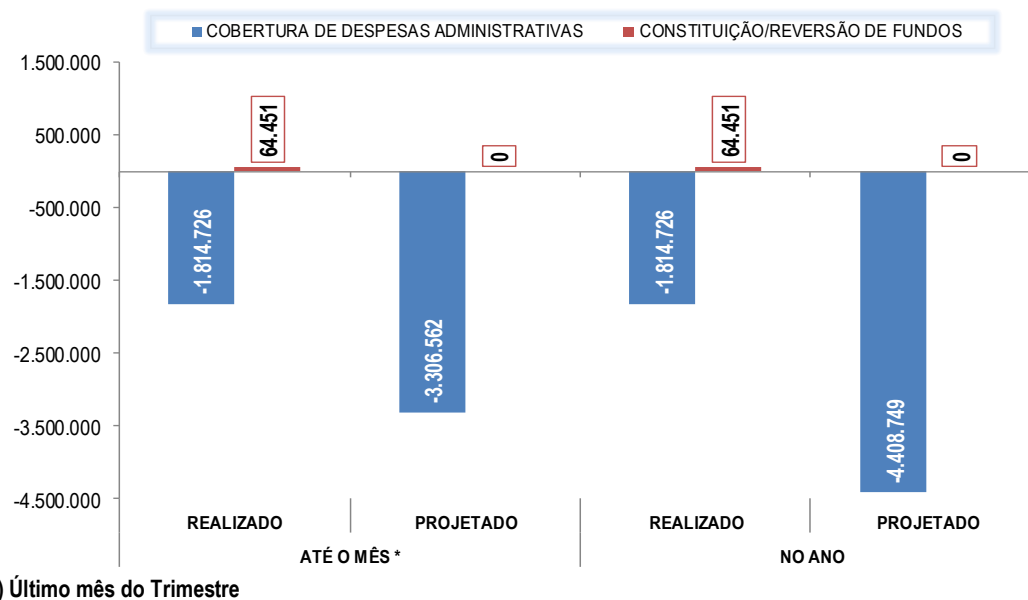


GRÁFICO 50. CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVEST. E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO



Comentários:

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no encerramento do 2º Trimestre de 2017 totalizou R\$ 29.561.994,25 contra o Valor Orçado de R\$ 48.813.848,30, ou seja, o realizado totaliza somente 60,56% daquele esperado no orçamento.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho inferior às previsões, sendo que se esperava R\$ 40,0 milhões de receitas, efetivamente apurada R\$ 37,3 milhões. Contribuiu para este resultado final, a alta dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a alta dos juros das NTN/B's, precificadas a “Mercado”. O valor de R\$ 37,3 milhões foi o resultado verificado, ou seja, variação de 93,14% do projetado acumulado no 3º trimestre de 2017.

O **Segmento de Renda Variável**, motivado pela alta de 17,95% do mercado acionário no trimestre, medida pelo IBRX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, dado que a reversão nas perspectivas de melhora da economia do país, com a aprovação das Reforma Trabalhista e boas perspectivas de aprovação da Reforma Previdenciária pelo Congresso Nacional, arrefeceu as

inconstâncias do longo processo político interno observado no 3º trimestre, assim, as expectativas dos investidores se reverteram, gerando resultado positivo de R\$ 17,6 contra R\$ 10,9 milhões projetados, ou seja, 160,76% do previsto até o mês de referência.

Os **Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis** foram os principais causadores dos desvios negativos. O primeiro, ao acumular resultado de R\$ 14,9 milhões de variação negativa, motivado pelo ajuste na precificação das Cotas do Fundo PCH Juruena, já descrito em seu item próprio deste relatório, quando no orçamento se esperava resultado próximo de “0” (zero) e o segundo, motivado pela primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis do Plano, como parte das “Garantias Provisionadas” do ativo **“Cédula de Crédito Imobiliário - CCI” da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda**, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. O *Modus Operandi* do lançamento contábil gerou a princípio valorização positiva da Carteira de Renda Fixa, a favor Plano. Porém, quando da transferência do “Crédito” para a Carteira de Imóveis sua reprecificação a valor de mercado, gerou variação negativa, com expectativa futura favorável ao Plano, por meio de nova avaliação, o que ocorrerá somente no encerramento do processo. Esperava-se resultado “0” (zero), porém, ao final do 3º trimestre acumulou resultado negativo de R\$ 9,0 milhões.

Com relação aos custeios não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se 41,16% do orçado, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos. A dinâmica da redução no custeio se fundou no fato de que o Saldamento não foi implantado nesse período, e assim, continuou a haver custeio incidente sobre as contribuições, reduzindo a necessidade de cobra-lo nos investimentos.

Já com relação à formação do fundo de investimento é preciso que se diga antes, que ele é destinado a cobertura dos falecimentos de participantes mutuários, relativamente aos valores por eles devidos à carteira de empréstimo. O número do resultado é inexpressivo e por isso mesmo sua projeção orçamentária era de “0” (zero).

3.3 CONTÁBIL – PLANO DE BENEFÍCIOS I

QUADRO 2. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016	PASSIVO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016
DISPONÍVEL	23.020,76	25.381,72	EXIGÍVEL OPERACIONAL	57.457.020,79	31.892.270,92
REALIZÁVEL	634.917.039,00	602.511.133,63	Gestão Previdencial	57.217.899,51	31.389.931,63
Gestão Previdencial	6.741.496,29	7.391.677,43	Investimentos	239.121,28	502.339,29
Gestão Administrativa	12.482.441,30	13.327.623,96	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	914.050,12	733.417,88
Investimentos	615.693.101,41	581.791.832,24	Gestão Previdencial	147.232,79	-
Títulos Públicos	413.346.274,03	334.827.430,10	Investimento	766.817,33	733.417,88
Créditos Privados e Depósitos	26.441.186,96	66.681.882,40	PATRIMÔNIO SOCIAL	576.568.988,85	569.910.826,55
Fundos de Investimento	160.871.767,69	167.663.675,00	Patrimônio de Cobertura do Plano	562.304.544,32	554.722.393,08
Investimentos Imobiliários	10.435.664,77	7.308.160,72	Provisões Matemáticas	575.794.524,35	541.903.014,37
Empréstimos e Financiamentos	4.084.583,06	4.830.458,57	Benefícios Concedidos	343.239.688,29	337.040.362,75
Depos. Jud. Recursais	513.624,90	480.225,45	Benefícios a Conceder	232.554.836,06	204.862.651,62
			Equilíbrio Técnico	(13.489.980,03)	12.819.378,71
			Resultados Realizados	(13.489.980,03)	12.819.378,71
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	12.819.378,71
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(13.489.980,03)	-
			Fundos	14.264.444,53	15.188.433,47
			Fundos Administrativos	12.482.441,30	13.327.623,96
			Fundos dos Investimentos	1.782.003,23	1.860.809,51
TOTAL DO ATIVO	634.940.059,76	602.536.515,35	TOTAL DO PASSIVO	634.940.059,76	602.536.515,35



QUADRO 3. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

REFERÊNCIA: Setembro/2017

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	548.050	504.816	8,56
1. ADIÇÕES	59.254	88.153	-32,78
(+) CONTRIBUIÇÕES	29.692	27.543	7,80
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	29.561	60.556	-51,18
(+) REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	53	-100,00
2. DESTINAÇÕES	-44.999	-38.246	17,66
(-) BENEFÍCIOS	-43.774	-37.044	18,17
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-147	0	100,00
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-1.078	-1.202	-10,32
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	14.254	49.906	-71,44
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.958	31.028	-87,24
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	10.296	18.877	-45,46
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	562.304	554.722	1,37
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	14.264	15.188	-6,08
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	-12.482	-13.327	-6,34
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-1.782	-1.860	-4,24

QUADRO 4. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

REFERÊNCIA: Setembro/2017

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
1. ATIVOS	634.940	602.536	5,38
DISPONÍVEL	23	25	-9,30
RECEBÍVEL	19.223	20.719	-7,22
INVESTIMENTO	615.693	581.791	5,83
TÍTULOS PÚBLICOS	413.346	334.827	23,45
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	26.441	66.681	-60,35
FUNDOS DE INVESTIMENTO	160.871	167.663	-4,05
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	10.435	7.308	42,79
EMPRÉSTIMOS	4.084	4.830	-15,44
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	513	480	6,95
2. OBRIGAÇÕES	58.371	32.625	78,91
OPERACIONAL	57.457	31.892	80,16
CONTINGENCIAL	914	733	24,63
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	14.264	15.188	-6,08
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	12.482	13.327	-6,34
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1.782	1.860	-4,24
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	-562.304	-554.722	1,37
PROVISÕES MATEMÁTICAS	575.794	541.903	6,25
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	-13.489	12.819	-205,23

QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

REFERÊNCIA: Setembro/2017

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1+2+3+4+5)	622.457	589.208	0,00
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	575.794	541.903	6,25
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	343.239	337.040	1,84
BENEFÍCIO DEFINIDO	343.239	337.040	1,84
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	232.554	204.862	13,52
BENEFÍCIO DEFINIDO	232.554	204.862	13,52
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	-13.489	12.819	-205,23
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	-13.489	12.819	-205,23
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0	12.819	-100,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	12.819	-100,00
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-13.489	0	100,00
3. FUNDOS	1.782	1.860	-4,23
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	1.782	1.860	-4,24
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	57.457	31.892	80,16
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	57.217	31.389	82,28
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	239	502	-52,40
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	914	733	24,63
5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	147	0	100,00
5.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	766	733	4,55

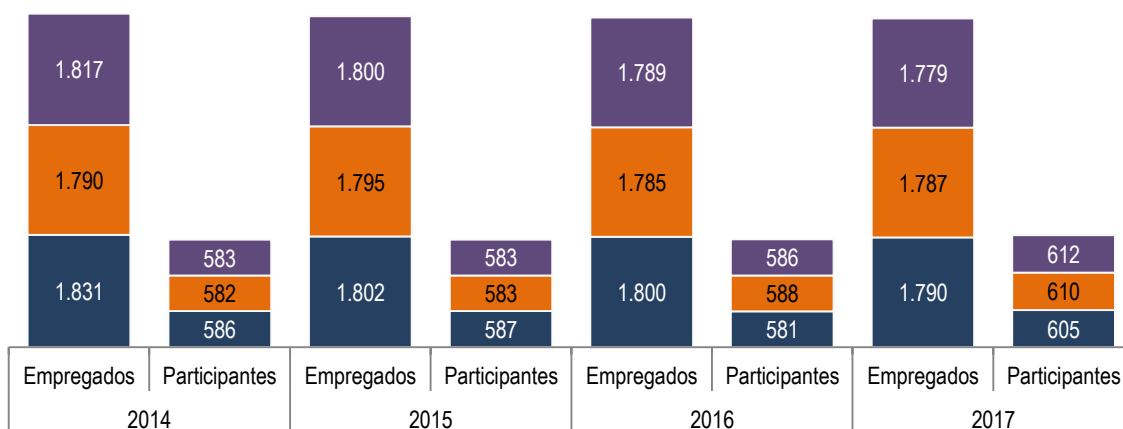
QUADRO 6. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEFINIÇÃO	set/17	set/16	%
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 23.785.990,09	- 6.058.466,40	292,6%
1- CONTRIBUIÇÕES	28.613.872,46	26.341.248,58	8,63%
(+) Patrocinadores	12.128.875,50	11.110.483,13	9,17%
(+) Participantes Ativos	13.593.085,32	13.327.877,63	1,99%
(+) Participantes Assistidos	3.970.121,32	3.105.184,38	27,85%
(-) Custeio	- 1.078.209,68	- 1.202.296,56	-10,32%
2- DESTINAÇÕES	- 43.774.457,53	- 37.044.548,90	18,17%
(-) Benefícios	- 43.774.457,53	- 37.044.548,90	18,17%
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	- 147.232,79	53.185,68	-376,83%
(+) Ações de Benefícios	- 147.232,79	53.185,68	-376,83%
4- INVESTIMENTOS	29.561.994,25	60.556.405,10	-51,18%
(+) Renda Fixa	39.437.657,62	44.601.629,80	-11,58%
(+) Renda Variável	583.462,84	17.994.763,11	-96,76%
(+) Imóveis	- 9.059.191,50	- 193.425,61	4583,55%
(+) Empréstimos (*)	414.791,23	275.321,89	50,66%
(-) Custeio	- 1.814.725,94	- 2.121.884,09	-14,48%
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	3.958.166,33	31.028.445,35	-87,24%
(+) Benefícios Concedidos	- 569.934,65	18.431.222,41	-103,09%
(+) Benefícios a Conceder	4.528.100,98	12.597.222,94	-64,05%
B) RESULTADO SUPERAVITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO		18.877.845,11	
C) RESULTADO DEFICITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	10.296.010,06		
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)	- 13.489.980,03	12.819.378,71	-205,23%

4 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

4.1 PREVIDENCIAL

GRÁFICO 51. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES



Com relação ao 2º trimestre houve 6 pedidos de inscrição no plano e 4 cancelamentos a pedido.

GRÁFICO 52. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES

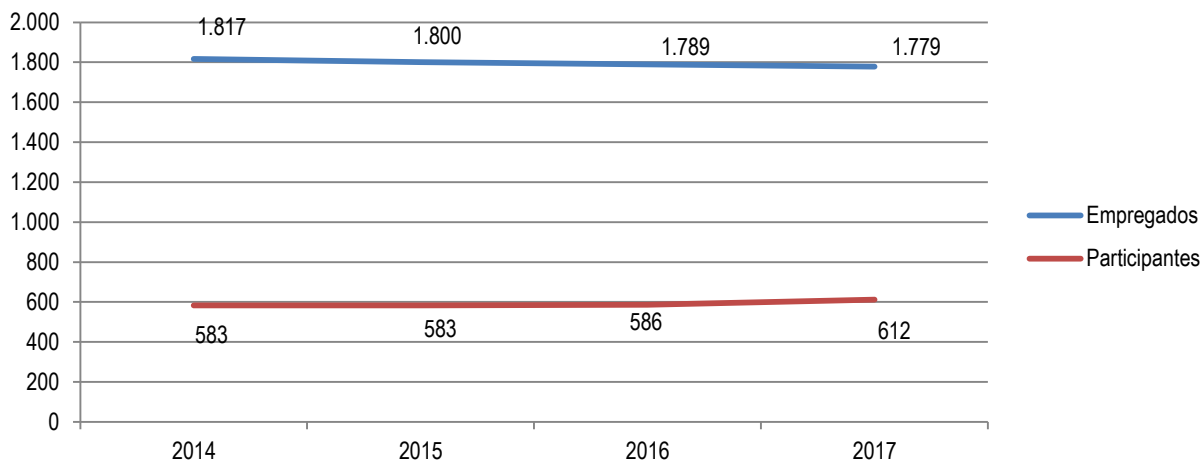
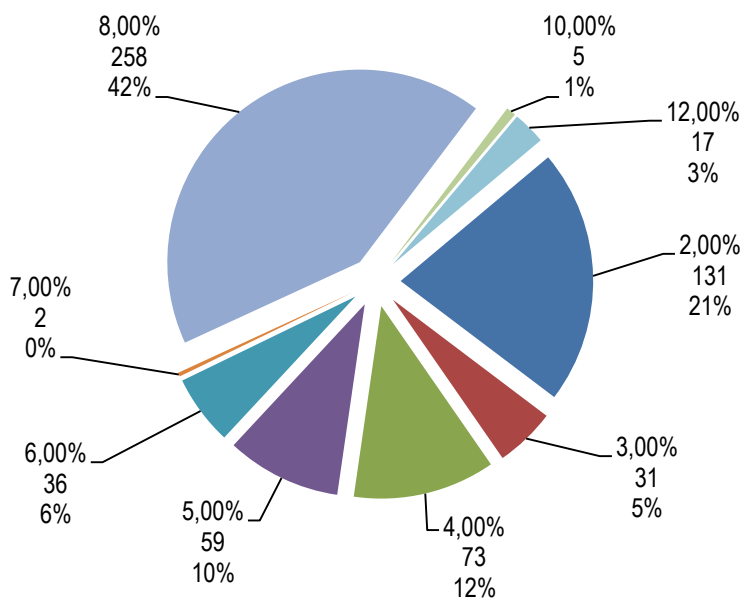
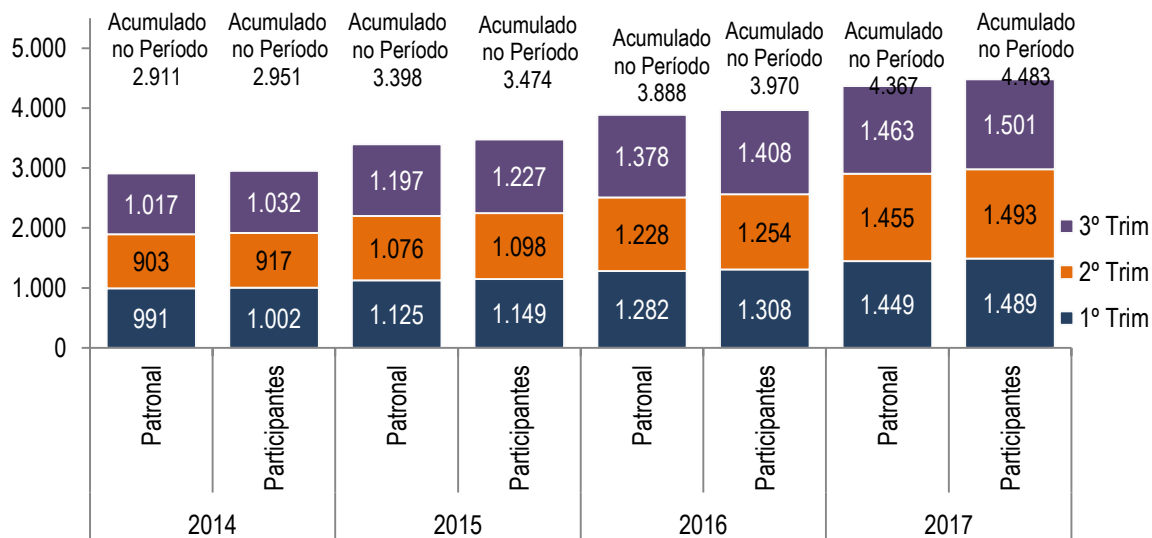


GRÁFICO 53. PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO – CODEPREV X PARTICIPANTES



A contribuição média dos participantes é de 5,70%.

GRÁFICO 54. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES X PATRONAIS – EM MIL REAIS



22 participantes do Codeprev contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora que é de 8%.

4.1.1 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS

No 2º trimestre de 2017 houve o pagamento de R\$ 1.610,25, referente ao benefício de Incapacidade para o Trabalho e R\$ 46.658,70 de Resgate de Contribuições.

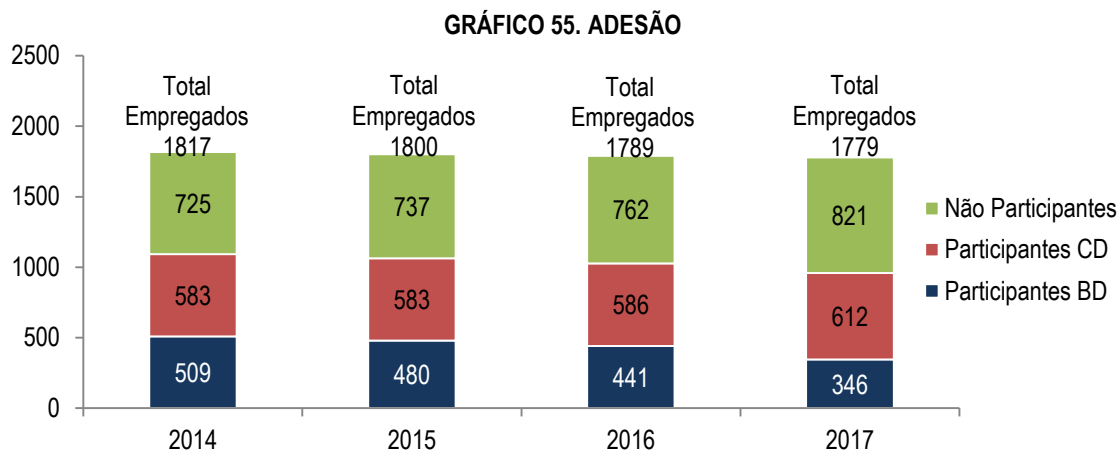
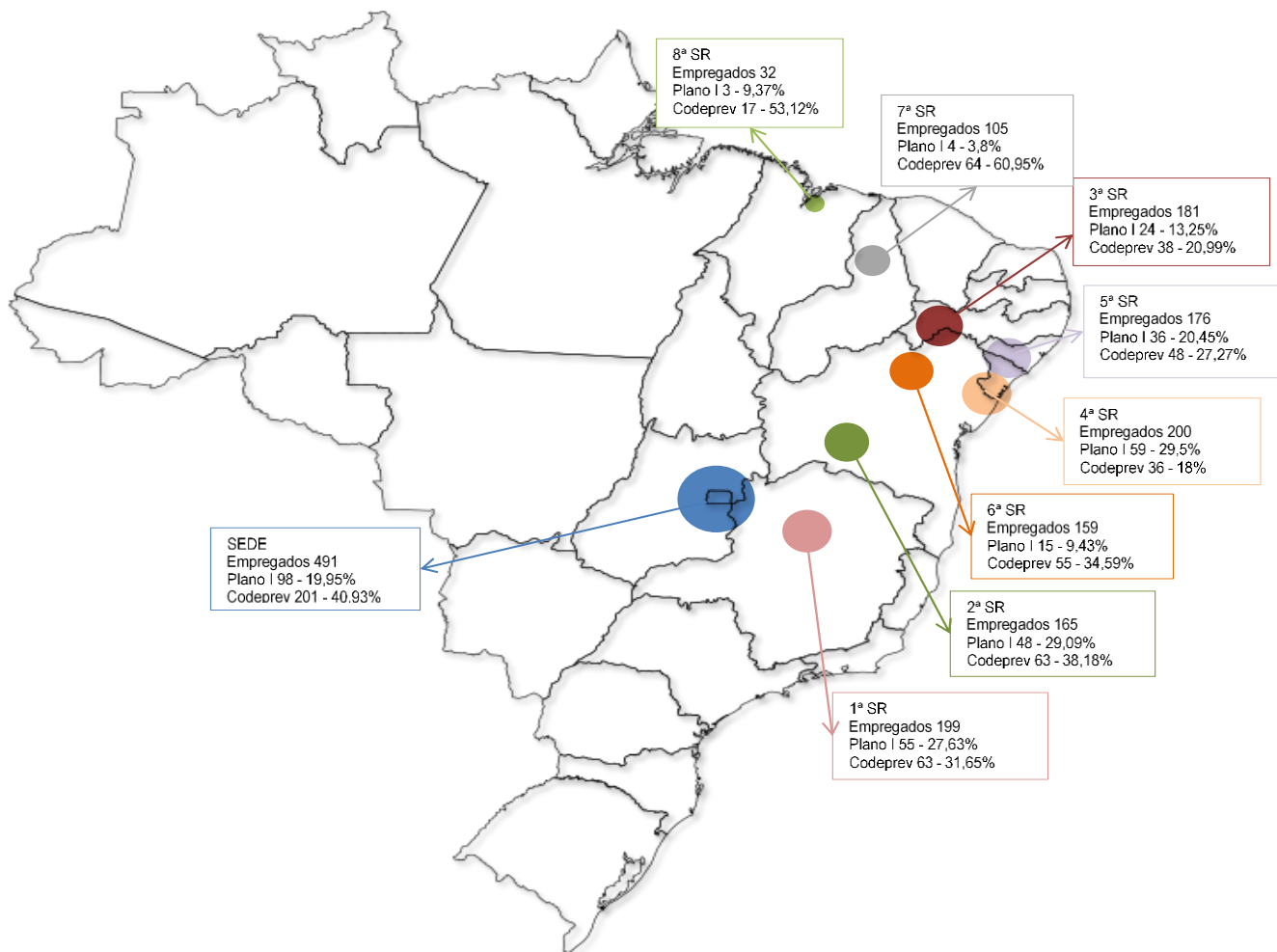


GRÁFICO 56. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE – EM MIL REAIS



4.2 ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos Segmentos de **Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, esse último somente com recursos em trânsito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do 3º Trimestre de 2017, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 30.09.2017 de R\$ 49.134.006,03 contra R\$ 36.781.896,73 em 31.12.2016, registra um crescimento nominal no período de 33,58%. Os ativos encontram-se ainda muito impactado pela entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada nos gráficos e tabelas a seguir:

4.2.1 Performance – Descontada da Taxa Indicativa – 2014 a Setembro de 2017

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da **Taxa Indicativa (INPC+3,30% a.a.)**. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 2014 ao 3º Trimestre de 2017. Fica evidente que nos últimos três anos e nove meses de existência do Plano a rentabilidade manteve-se acima da Taxa Indicativa. Os resultados favoráveis observados no período de 2014 a Setembro de 2017 são frutos da gestão proativa da Diretoria Executiva, aliada às operações estratégicas traçadas no âmbito do Comitê Estratégico de Investimentos - CEI.

Assim sendo, pode-se afirmar que, inexistência de problemas no Plano, aliada ao seu baixo tempo de existência, se deve, exclusivamente, às suas condições “Estruturais” robustas. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manterem os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 57. DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA

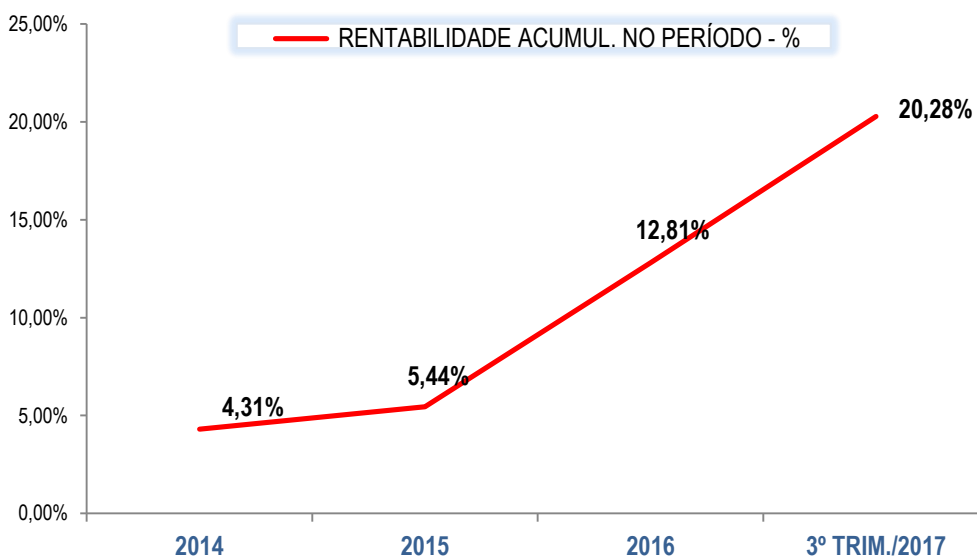


TABELA 24. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE CODEPREV - ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO CODEPREV - 2013 a SETEMBRO DE 2017 -								
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB. NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - %	TAXA INDICATIVA DO PLANO - ANUAL - %	RENTAB. REAL DO PLANO - %	JUROS REAIS INDICATIVA DO PLANO - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA - ACUM. ANO - (2/4) - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA ACUMULADA NO PERÍODO - %
2013	1.456.461	1,011179	1,13%	1,01%	0,41%	0,29%	0,12%	0,12%
2014	9.410.607	1,143162	14,55%	9,95%	7,83%	3,50%	4,18%	4,31%
2015	20.201.937	1,315641	16,42%	15,17%	4,62%	3,50%	1,09%	5,44%
2016	34.288.058	1,538242	18,02%	10,31%	10,73%	3,50%	6,99%	12,81%
3º TRIM./2017	45.416.313	1,673595	10,77%	3,89%	9,41%	2,61%	6,62%	20,28%
ACUMULADA NO PERÍODO			76,31%	46,58%	37,23%	14,10%	20,28%	
Obs:TAXA INDICATIVA DO PLANO = INPC + 3,50% a.a.						DESVIO PADRÃO	3,13%	

4.2.2 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, encontrava-se no encerramento do 3º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Sendo que em 30.09.2017 o volume total de recursos de R\$ 49.076.045,01 contra R\$ 36.781.896,73 de 2016 registra um crescimento nominal no período de 33,58%.

GRÁFICO 58. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

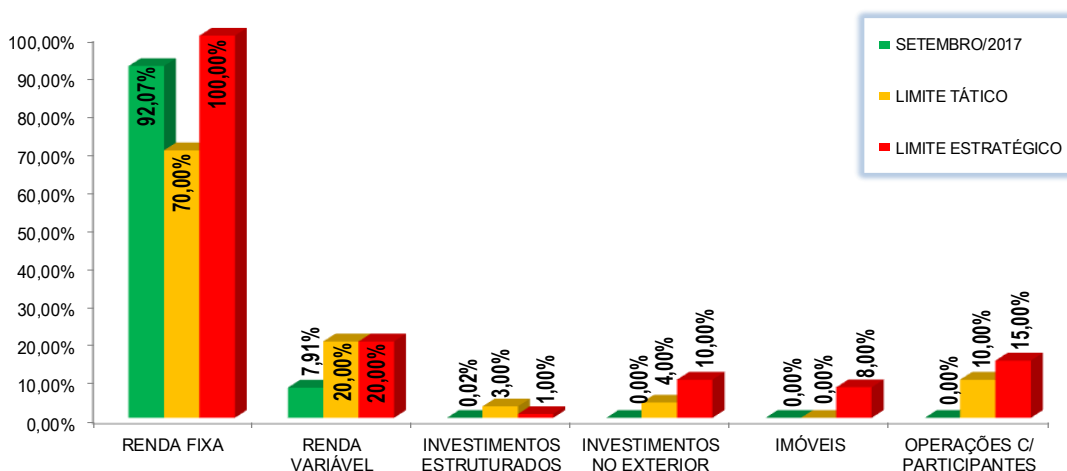


TABELA 25. ENQUADRAMENTO LEGAL

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2016		SETEMBRO/2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN
RENDA FIXA	35.082.575,88	95,38%	45.239.790,89	92,07%	70,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	1.482.246,10	4,03%	3.885.613,81	7,91%	20,00%	20,00%	70,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	217.074,75	0,59%	8.601,33	0,02%	3,00%	1,00%	20,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4,00%	10,00%	10,00%
IMÓVEIS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	8,00%	8,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00%	0,00	0,00%	10,00%	15,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	36.781.896,73	100%	49.134.006,03	100%			
(+) Disponível - Conta 11	1.253,29	CRESCIMENTO NOMINAL	3.388,59				
(-) Exigível de Investimentos	-37.888,82		-61.349,61				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	36.745.261,20	↑ 33,58%	49.076.045,01				



4.2.3 Detalhamento Por Segmento

TABELA 26. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			jul/17	ago/17	set/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI e IBrX-50	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	45.239.790,89	100,00%	92,07%	100%	100%	100%	8,37		2,53%	1,30%	0,78%	4,67%	10,08%	12,50%	2,05%	4,87%	6,19%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	45.239.790,89	100,00%	92,07%	100,00%	100,00%	100,00%	8,37		2,53%	1,30%	0,78%	4,67%	10,08%	12,50%	2,05%	4,87%	6,19%
	NOTAS DO TESOURE NACIONAL - NTN-B	32.632.748,53	72,13%	66,42%	-	-	-	10,93	Soberano	2,48%	1,32%	0,93%	4,80%	9,68%	12,01%	1,66%	4,47%	5,79%
	NOTAS DO TESOURE NACIONAL - NTN-F (*)	0,00	0,00%	0,00%						4,05%	0,86%	-0,61%	4,30%	14,55%	20,13%	6,52%	9,34%	10,66%
	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURE - LFT	12.607.042,36	27,87%	25,66%				0,92				0,61%	0,61%	0,61%	0,61%	-0,03%	0,20%	0,34%
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	3.885.613,81	100,00%	7,91%	0%	20%	15%			4,24%	7,96%	3,69%	16,69%	19,09%	16,74%	-4,31%	13,88%	15,20%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	3.885.613,81	100,00%	7,91%	0,00%	20,00%	15,00%			4,24%	7,96%	3,69%	16,69%	19,09%	16,74%	-4,31%	13,88%	15,20%
	FUNDOS	3.885.613,81	100,00%	7,91%	-	0,20	0,15			4,24%	7,96%	3,69%	16,69%	19,09%	16,74%	-4,31%	13,88%	15,20%
	SAGA SF FIA	1.727.122,40	44,45%	3,52%	-	-	-	-		3,92%	4,77%	4,63%	13,92%	16,52%	14,22%	-6,88%	11,31%	12,63%
	MAPFRE SF FIA	2.158.491,41	55,55%	4,39%	-	-	-	-		4,50%	10,62%	2,96%	19,02%	13,26%	13,26%	1,24%	9,63%	10,64%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	8.601,33	100,00%	0,02%	0%	20%	20%			0,67%	0,74%	0,57%	1,99%	7,79%	11,39%	-0,24%	2,57%	3,89%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	8.601,33	100,00%	0,02%	0,00%	10,00%	10,00%	-		0,67%	0,74%	0,57%	1,99%	7,79%	11,39%	-0,24%	2,57%	3,89%
	SAGA SNAKE FIM	8.601,33	100,00%	0,02%				-		0,67%	0,74%	0,57%	1,99%	7,79%	11,39%	-0,24%	2,57%	3,89%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		49.134.006,03		100,00%				8,37		2,65%	1,80%	1,01%	5,55%	10,77%	13,02%	2,74%	5,56%	6,88%

4.2.4 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do CODEPREV no 3º trimestre de 2017 foi de 5,55% em uma variação negativa de 0,02%, registrada no 2º trimestre de 2017, acumulando no ano um desempenho positivo de 10,77%. Descontada a Taxa Indicativa registrada no decorrer do ano - (INPC+3,50% a.a.), que atingiu 3,89%, o desempenho dos investimentos ficou acima da Taxa Indicativa em 6,88%.

4.2.4.1 Segmento de Renda Fixa

No 3º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 4,67%, contra 0,17% registrada no 2º trimestre, acumulando no ano alta de 10,08%, frente à Taxa Indicativa de 2,89%, superando-a em 6,19%.

4.2.4.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelas cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (Saga e Mapfre), registrou no 3º trimestre de 2017 rentabilidade de 16,69%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 17,95% medida pelo Índice IBrX-50 (*Benchmark*). Com este resultado, a Carteira de Renda Variável acumulou no ano alta de 19,09%, contra alta de 23,40% do *Benchmark* no mesmo período

4.2.4.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 3º trimestre de 2017 alta de 1,99%, contra variação positiva de 2,55% no 2º trimestre de 2017. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 7,79%, contra Taxa Indicativa de 3,89% no mesmo período. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e do Custeio do Plano. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

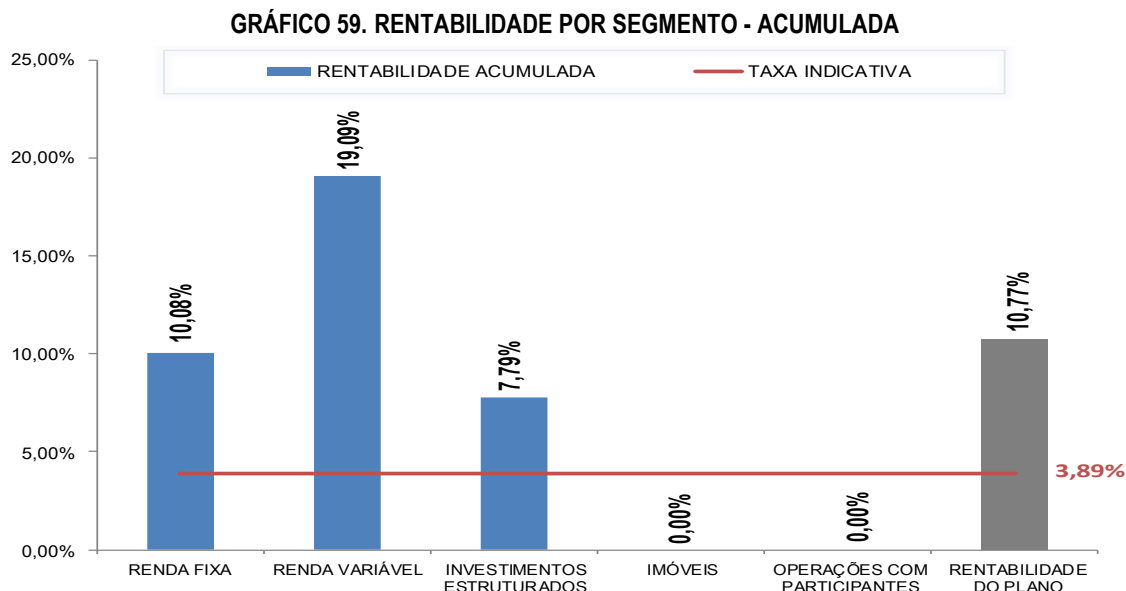


TABELA 27. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	3º TRIMESTRE DE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,78%	4,67%	10,08%	12,50%
RENDA VARIÁVEL	3,69%	16,69%	19,09%	16,74%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,57%	1,99%	7,79%	11,39%
IMÓVEIS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,01%	5,55%	10,77%	13,02%
TAXA INDICATIVA	0,27%	0,98%	3,89%	5,19%
DIVERGÊNCIA	0,74%	4,57%	6,88%	7,83%

4.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

4.2.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano. Tratando-se de um Plano CD, não há uma meta atuarial a ser alcançada. Existe a **Taxa Indicativa** pré-estabelecida e aprovada pelo Conselho Deliberativo: INPC + 3,50% a.a.

Não foi verificado no encerramento do 3º trimestre de 2017 no Plano Codeprev, DNP de Segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos, tampouco DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

TABELA 28. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO - CD													REFERÊNCIA : SETEMBRO/2017		
SEGMENTO	Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17			
Renda Fixa	-0,09%	-0,27%	0,82%	0,67%	1,51%	0,88%	-0,22%	-1,06%	0,44%	2,07%	1,04%	0,51%	6,33%	0,85%	9,34%
Renda Variável	8,00%	-8,49%	-2,53%	3,14%	1,24%	-2,03%	0,29%	-3,88%	0,57%	3,78%	7,70%	3,42%	11,24%	4,75%	8,86%
Estruturado	0,45%	0,58%	0,55%	0,39%	0,34%	0,44%	0,42%	0,30%	0,80%	0,21%	0,48%	0,30%	5,29%	0,16%	1,18%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PLANO:	0,28%	-0,66%	0,67%	0,77%	1,50%	0,77%	-0,19%	-1,30%	0,46%	2,19%	1,54%	0,74%	6,80%	0,96%	9,42%

REFERÊNCIA: INPC + 3,50% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos.

Regra II:..... DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

Obs:..... No Segmento de RV, para o período de 36 meses não se aplica, dado que não havia recursos alocados nesse período no respectivo ativo.

4.2.6 Operações Coursadas

A tabela abaixo explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a **Compra e Venda de Títulos Públicos**. As operações de arbitragem no decorrer do 1º, 2º e 3º trimestre de 2017 agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021. As operações realizadas no decorrer do ano consistiram em dar continuidade concentração em investimentos de papéis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras. Porém, especificamente no decorrer do 3º trimestre as operações realizadas foram mantido os recursos em LFT para garantir a liquidez após a cisão do Plano.

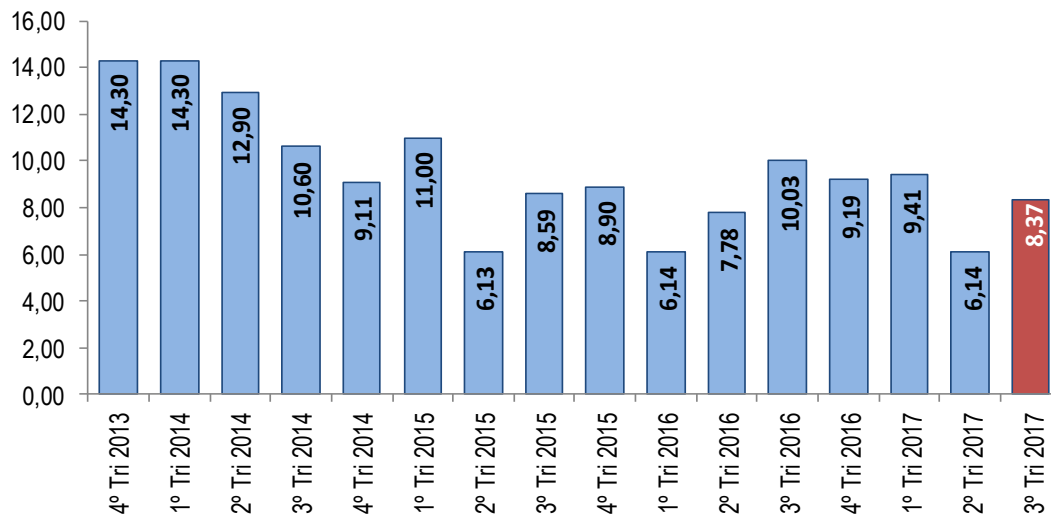
Cumprindo a legislação vigente, a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo o quadro das Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B no decorrer do 1º, 2º e 3º Trimestre de 2017, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”.

TABELA 29. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017

VENDAS							
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -	
05/01/2017	NTN-B 2050	5,3854	5,7503	6,0713	5,8000	489.535,96	
15/03/2017	NTN-B 2019	4,7038	5,0846	5,5199	5,2200	1.666.732,69	
26/04/2017	NTN-F 2027	9,7300	10,3200	10,7200	10,3700	930.548,30	
22/05/2017	NTN-F 2027	9,4400	11,7400	12,3900	11,6800	827.323,94	
01/09/2017	NTN-B 2016	4,6700	4,9800	5,2800	5,0200	10.191.217,98	
06/09/2017	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	546.383,39	
	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	834.273,72	
TOTAL.....						15.486.015,98	
COMPRAS							
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -	
05/01/2017	NTN-B 2026	5,4611	5,7985	6,1598	5,7100	1.751.600,03	
02/02/2017	NTN-B 2022	5,4881	5,8300	6,1814	5,7200	958.215,15	
16/02/2017	NTN-F 2027	9,6926	10,4376	10,9469	10,2000	540.979,00	
15/03/2017	NTN-B 2026	5,0118	5,3255	5,6828	5,3300	1.666.797,49	
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	855.702,86	
26/04/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4200	5,6500	5,3100	929.721,56	
15/05/2017	NTN-B 2035	4,8933	5,0900	5,3921	5,0200	1.500.280,53	
22/05/2017	NTN-B 2026	4,8400	6,1700	6,5000	5,7000	826.185,47	
02/06/2017	NTN-B 2026	5,4500	5,7400	6,0600	5,6400	867.129,65	
07/07/2017	NTN-B 2026	5,3600	5,6800	5,9700	5,5500	964.133,14	
17/08/2017	NTN-B 2045	4,9500	5,3100	5,5700	5,2400	1.541.908,13	
01/09/2017	LFT 2018	-	0,0073	0,0020	0,0101	-	10.182.638,20
06/09/2017	LFT 2018	-	0,0074	0,0020	0,0101	-	2.349.260,66
TOTAL.....						24.934.551,87	

4.2.7 Duration

GRÁFICO 60. EVOLUÇÃO DA DURATION



A evolução da “Duration” do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 3º trimestre de 2017 alcançou 8,37 anos, contra 10,03 anos no mesmo período de 2016. A redução observada deveu-se a realização de operações de arbitragem entre os vencimentos curtos e longos, além de compra líquida dos vencimentos curtos.



4.2.8 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 30. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	352.752,86	313.925,33	112,37%	3.714.857,83	3.672.291,27	101,16%	3.714.857,83	4.728.609,12	78,56%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	352.752,86	313.925,33	112,37%	3.714.857,83	3.672.291,27	101,16%	3.714.857,83	4.728.609,12	78,56%
RENDA VARIÁVEL	138.452,53	19.452,18	711,76%	523.367,71	174.406,43	300,09%	523.367,71	234.107,67	223,56%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	138.452,53	19.452,18	711,76%	523.367,71	174.406,43	300,09%	523.367,71	234.107,67	223,56%
FUNDOS DE AÇÕES	138.452,53	19.452,18	711,76%	523.367,71	174.406,43	300,09%	523.367,71	234.107,67	223,56%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	341,00	83.079,25	0,41%	7.526,58	396.012,20	1,90%	7.526,58	701.611,79	1,07%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	341,00	83.079,25	0,41%	7.526,58	396.012,20	1,90%	7.526,58	701.611,79	1,07%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-61.349,61	-86.969,44	70,54%	-565.901,26	-781.257,22	72,43%	-565.901,26	-1.024.143,57	55,26%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	429.958,08	329.487,32	130,49%	3.679.612,16	3.461.452,68	106,30%	3.679.612,16	4.640.185,01	79,30%

(i) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2017 registradas em Valor Orçado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como Valor Realizado.

O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 3º trimestre de 2017 fechou com Valor Realizado de R\$ 3.679.612,16 contra o Valor Orçado de R\$ 4.640.185,01, alcançando 79,30% do valor orçado até o mês de referência. Contribuiu para este resultado final, as operações de arbitragens realizadas no **Segmento de Renda Fixa** decorrer do período com Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio, fundamentalmente as NTN-B's, precificadas a "Mercado", responsáveis por gerarem R\$ 3,7 milhões de receita quando o esperado era de R\$ 4,7 milhões, logo, variação de 78,56% do projetado. O custeio administrativo dos investimentos atingiu

R\$ 565 mil contra a expectativa orçamentária de R\$ 1,0 milhão. No geral o valor realizado encontra-se com 55,26% do valor projetado para 2017.

4.3 CONTÁBIL – PLANO DE BENEFÍCIOS II - CODEPREV

QUADRO 7. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016	PASSIVO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016
DISPONÍVEL	3.388,59	20.402,03	EXIGÍVEL OPERACIONAL	90.441,71	64.376,16
REALIZÁVEL	50.103.752,81	33.602.176,31	Gestão Previdencial	29.092,10	33.631,44
Gestão Previdencial	969.746,78	1.114.129,40	Investimentos	61.349,61	30.744,72
Investimentos	49.134.006,03	32.488.046,91	PATRIMÔNIO SOCIAL	50.016.699,69	33.558.202,18
Títulos Públicos	45.239.790,89	30.737.988,20	Patrimônio de Cobertura do Plano	45.416.312,59	30.392.685,33
Fundos de Investimento	3.894.215,14	1.750.058,71	Provisões Matemáticas	45.416.312,59	30.392.685,33
			Benefícios Concedidos	35.389,64	38.660,92
			Benefícios a Conceder	45.380.922,95	30.354.024,41
			Fundos	4.600.387,10	3.165.516,85
			Fundos Previdenciais	4.600.387,10	3.165.516,85
TOTAL DO ATIVO	50.107.141,40	33.622.578,34	TOTAL DO PASSIVO	50.107.141,40	33.622.578,34

Brasília, 30 de Setembro de 2017

QUADRO 8. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

REFERÊNCIA: Setembro/2017

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	37.812	22.374	68,99
1. ADIÇÕES	12.530	11.435	9,58
(+) CONTRIBUIÇÕES	8.850	7.859	12,61
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	3.679	3.575	2,91
2. DESTINAÇÕES	-325	-251	29,31
(-) BENEFÍCIOS	-59	-15	281,39
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-265	-236	12,52
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	12.204	11.183	9,13
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	11.198	10.190	9,89
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	1.005	992	1,33
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	50.016	33.558	49,04

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios, bem como possibilita avaliar a evolução desses elementos e do próprio ativo líquido. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas.

QUADRO 9. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

REFERÊNCIA: Setembro/2017

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
1. ATIVOS	50.107	33.622	49,03
DISPONÍVEL	3	20	-83,39
RECEBÍVEL	969	1.114	-12,96
INVESTIMENTO	49.134	32.488	51,24
TÍTULOS PÚBLICOS	45.239	30.737	47,18
FUNDOS DE INVESTIMENTO	3.894	1.750	122,52
2. OBRIGAÇÕES	90	64	40,50
OPERACIONAL	90	64	40,49
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	-50.016	-33.558	49,04
PROVISÕES MATEMÁTICAS	45.416	30.392	49,43
FUNDOS PREVIDENCIAIS	4.600	3.165	45,33



QUADRO 10. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

REFERÊNCIA: Setembro/2017

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1+2+3+4+5)	50.107	33.622	0,00
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	45.416	30.392	49,43
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	35	38	-8,48
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	35	38	-8,46
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	45.380	30.354	49,51
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	45.380	30.354	49,51
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	22.437	15.025	49,33
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	22.943	15.328	49,68
3. FUNDOS	4.600	3.165	45,33
3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS	4.600	3.165	45,33
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	90	64	40,48
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	29	33	-13,50
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	61	30	99,55

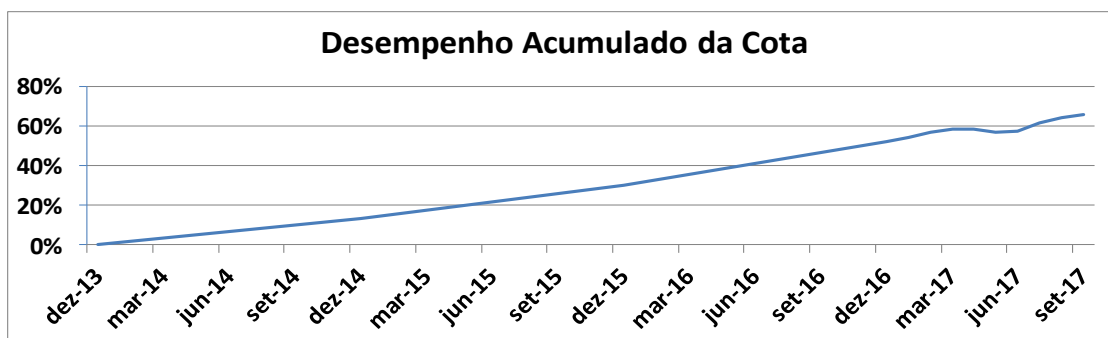
QUADRO 11. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEFINIÇÃO	set/17	set/16	%
A) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.523.955,61	2.172.924,00	62%
1- CONTRIBUIÇÕES	R\$ 8.585.057,44	R\$ 7.623.578,59	13%
(+) Patrocinadores	R\$ 4.367.164,98	R\$ 3.888.474,90	12%
(+) Participantes Ativos	R\$ 4.476.785,52	R\$ 3.967.333,88	13%
(+) Autopatrocinados	R\$ 6.622,09	R\$ 3.817,60	73%
(+) Assistidos	R\$ 74,31	R\$ -	
(-) Custeio	-R\$ 265.589,46	-R\$ 236.047,79	13%
2- DESTINAÇÕES	-R\$ 59.983,15	-R\$ 15.727,41	281%
(-) Benefícios	-R\$ 59.983,15	-R\$ 15.727,41	281%
2- INVESTIMENTOS	R\$ 3.679.612,16	R\$ 3.575.489,77	3%
(+) Renda Fixa	R\$ 3.714.619,13	R\$ 3.877.723,87	-4%
(+) Renda Variável	R\$ 530.894,29	R\$ 37.089,11	1331%
(-) Custeio	-R\$ 565.901,26	-R\$ 339.323,21	67%
3- FORMAÇÕES DE RESERVAS	R\$ 11.198.934,71	R\$ 10.190.748,09	10%
(+) Benefícios a Conceder	R\$ 11.200.730,63	R\$ 10.152.087,17	10%
(+) Benefícios Concedidos	-R\$ 1.795,92	R\$ 38.660,92	100%
B) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2-3)	1.005.751,74	992.592,86	1%
C) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B)	4.600.387,10	3.165.516,86	45%

TABELA 31. EVOLUÇÃO DA COTA

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % PERÍODO	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%
dez/15	1,32	1,48	30,11%
dez/16	1,54	1,11	52,12%
jan/17	1,56	1,37	54,21%
fev/17	1,59	1,86	57,08%
mar/17	1,60	0,76	58,28%
abr/17	1,60	-0,005	58,27%
mai/17	1,59	-0,84	56,94%
jun/17	1,59	0,31	57,44%
jul/17	1,63	2,52	61,40%
ago/17	1,66	1,65	64,06%
set/17	1,67	0,88	65,51%

GRÁFICO 61. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA



A cota no período de dezembro de 2013 a setembro de 2017 apresentou uma variação positiva de 65,51%, esse indicador reflete uma estratégia acertada nos ativos adquiridos.

5 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

5.1 ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

GRÁFICO 62. RECURSOS RECEBIDOS

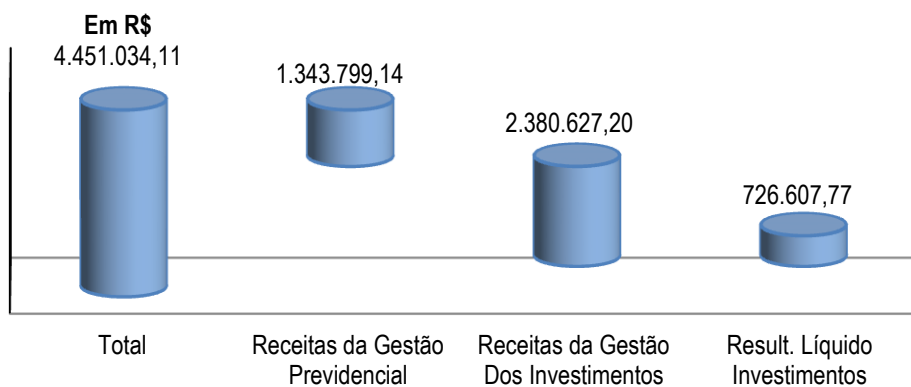
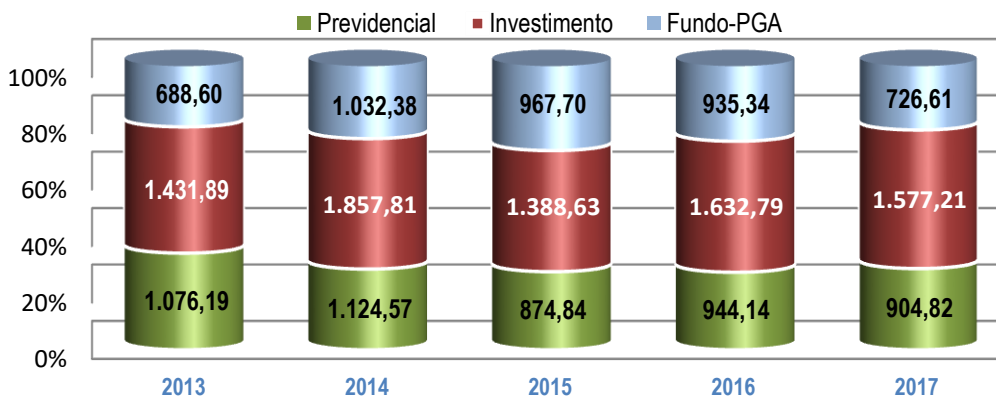


GRÁFICO 63. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de Empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

As despesas com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos planos, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre gestão administrativa previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

A rentabilidade do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, e que estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I, tendo em vista que o Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundos específicos.

GRÁFICO 64. DESPESAS REALIZADAS

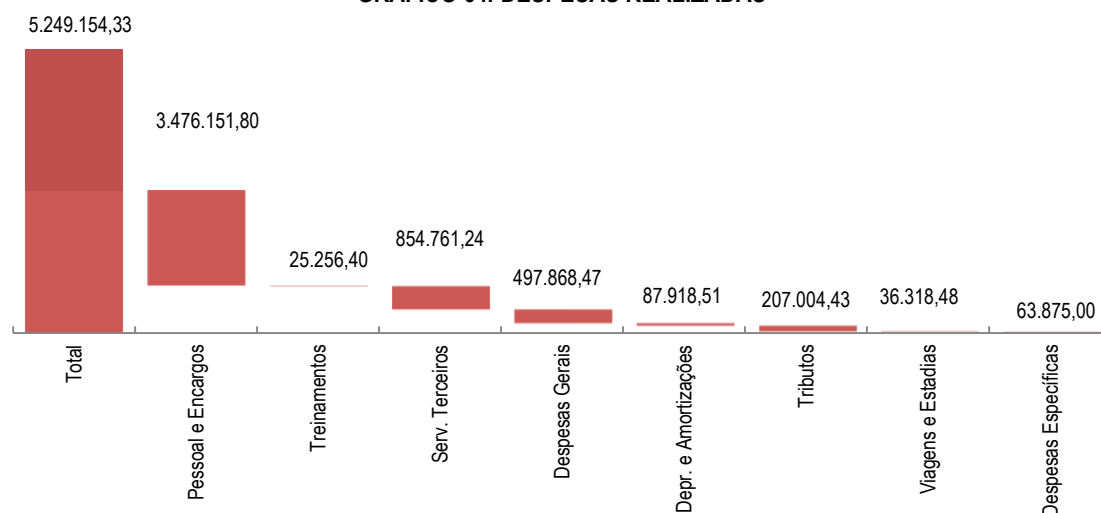
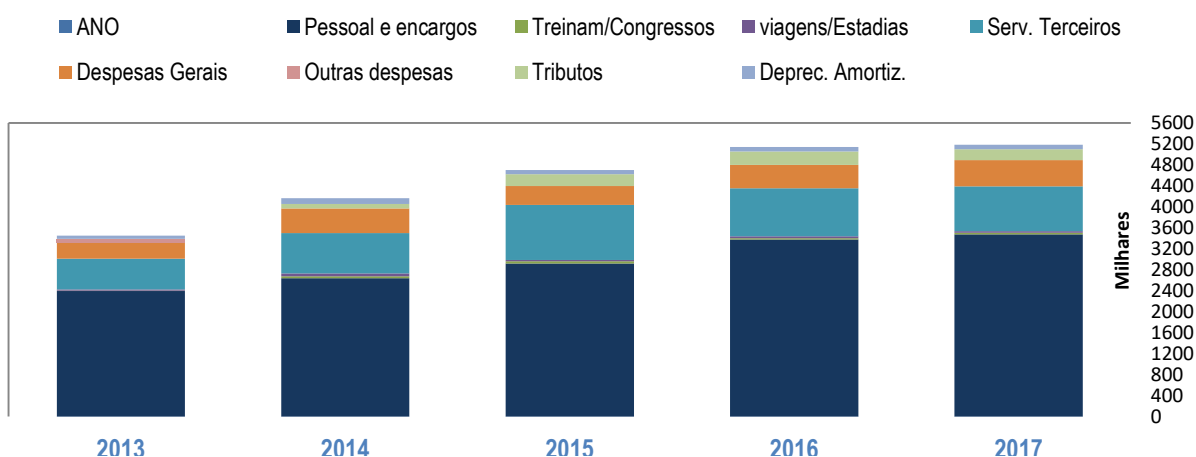


GRÁFICO 65. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA



QUADRO 12. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	1.366.069,42	30,69	2.358.356,92	52,98	726.607,77	16,32	4.451.034,11	100
Despesa	2.874.578,66	54,93	2.358.356,92	45,07			5.232.935,58	100
Diferença	-1.508.509,24	(28,83)	0,00	(0,00)	726.607,77		-781.901,47	(17,57)

A soma da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo não cobriram todos os gastos, revertendo parte do fundo para a cobertura total das despesas. As intercorrências no mercado financeiro resultaram no baixo rendimento das aplicações financeiras, se constituíram em um dos principais fatores para utilização dos rendimentos e de recursos do principal fundo.

O IDG II – Indicadores de Desempenho de Gestão

Este parágrafo se destina a mostrar os resultados do IDG II, são indicadores relevantes na avaliação do desempenho das entidades do segmento de previdência complementar fechada.

Essa ferramenta disponibilizada pela Abrapp se constitui em um sistema de informações comparativas que permite a análise da posição de cada entidade no mercado de fundos de pensão.

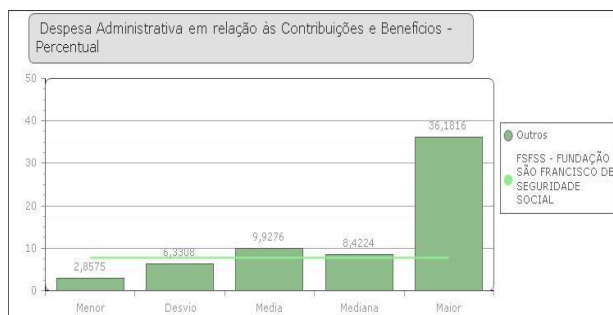
Neste trimestre apresentamos os últimos resultados coletados entre as entidades filiadas a Abrapp, com dados atualizados até o mês setembro/2017, mas divulgados em novembro de 2017. Eles permitem comparar o desempenho da São Francisco com outras entidades e proporciona uma visão geral do comportamento das fundações por região ou de acordo com seu porte.

Os Parâmetros usados para geração dos gráficos comparativos levaram em consideração a localização geográfica, porte financeiro e previdenciário das entidades e força de trabalho que compõem a base de dados do IDG II. Desta forma a base formada para comparação deste trimestre foi o resultado obtido pelos filtros: 1 - Entidades com porte financeiro entre R\$ 500 milhões e 2 bilhões de Reais; 2 – Mercado selecionado: Região Centro Norte; 3 – Número de Participantes e Assistidos 4- Nº de empregados da entidade

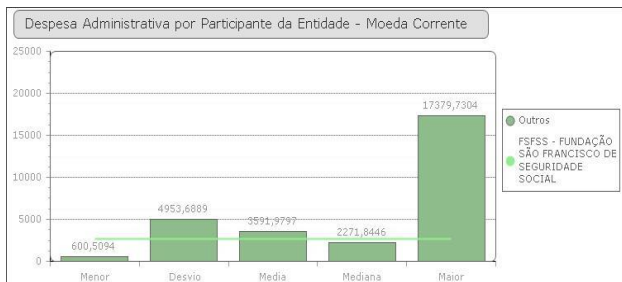
GRÁFICO 66. INDICADORES DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO



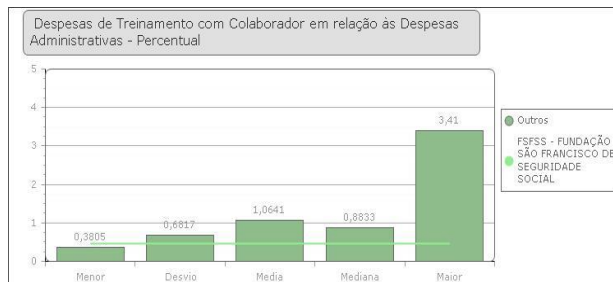
Gráfico compara a despesa administrativa da São Francisco entre 58 entidades com até 3000 participantes e assistidos. Nesse comparativo a despesa se estabeleceu dentro da média do grupo analisado.



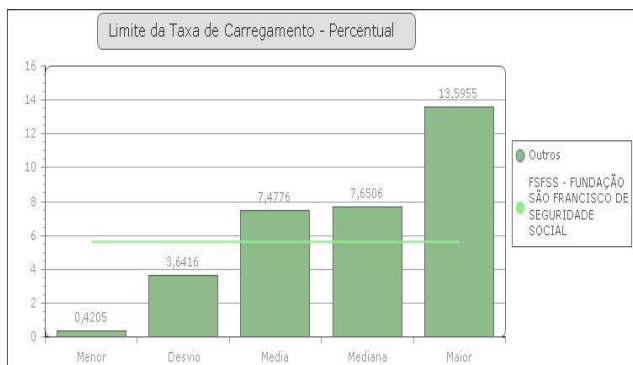
Neste gráfico, os filtros usados para sua elaboração foram: Total de participantes e assistidos e Patrimônio entre 500 mi e 2 bilhões. O resultado mostra a Despesa Administrativa situada abaixo da média.



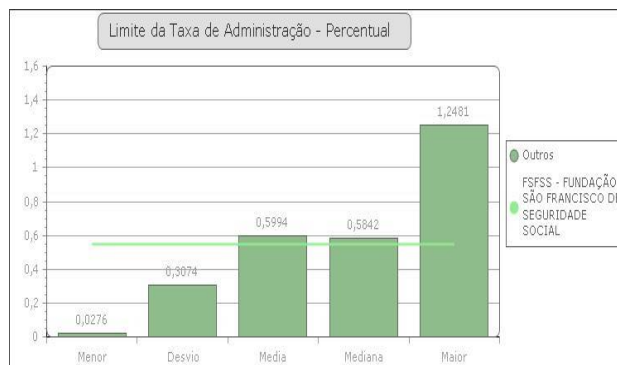
A despesa administrativa por participante ficou acima da média comparada com 48 entidades participantes da base do IDGII.



Esta análise demonstra a situação da Fundação, comparada com as entidades filiadas a Abrapp com até 25 colaboradores.



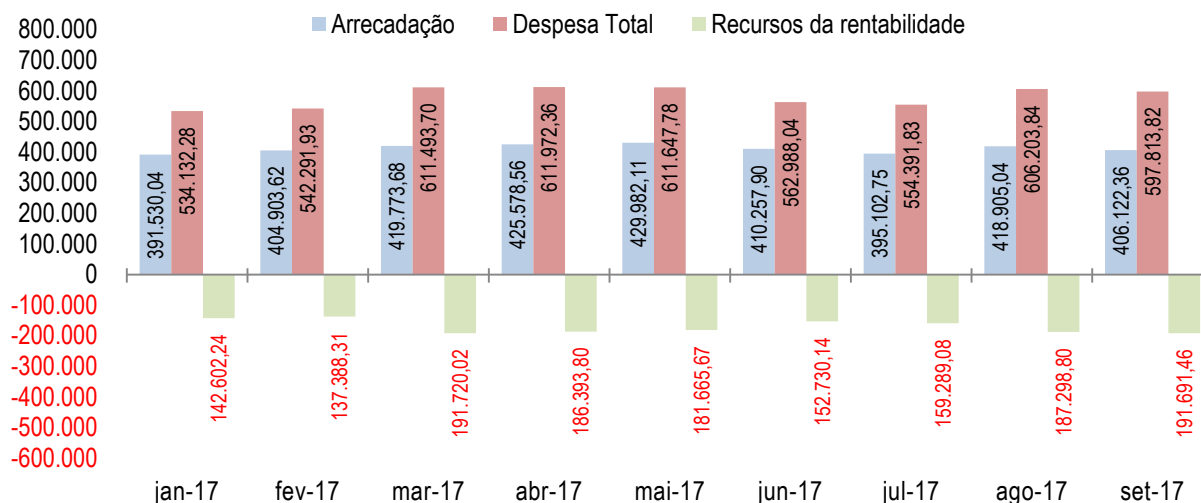
A taxa de carregamento São Francisco calculada até setembro/2017, ficou abaixo da média verificada entre as entidades filadas a Abrapp.



A Taxa de Administração da Fundação situou-se na média quando comparada com as entidades participantes do IDGII da Abrapp.

As análises ilustradas acima demonstram que a despesa administrativa da São Francisco se mantém confortável quando comparada com as entidades que compõem a base do IDGII. Embora o gráfico da Despesa administrativa. Em relação aos Recursos Garantidores, demonstre que a Fundação se situou pouco acima da média, observa-se que mesmo assim ficou dentro do desvio. Os demais indicadores mostram que o desempenho da Fundação se manteve em ótima situação, nessa comparação geral dos três primeiros trimestres de 2017.

GRÁFICO 67. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS



Conforme demonstrado no gráfico, houve necessidade de utilização de recursos provenientes dos rendimentos das aplicações para fazer face à cobertura do total dos gastos. Esses valores estão representados pelas colunas situadas abaixo do eixo zero.

No terceiro trimestre de 2017, o total dos gastos administrativos foi executado dentro das estimativas orçamentárias. Contudo, registramos três alterações relevantes, a saber: despesas de consultorias relativas ao processo de saldamento do plano BD 1 superaram as estimativas orçamentárias em R\$ 32.960,36; despesas relativas a decisões judiciais da 9ª vara Cível em Aracajú - SE se situaram acima do valor orçado em R\$ 14.059,26; Atualização do seguro de responsabilidade civil, estimado em R\$ 6.614,91 teve reajuste de 65,29% gerando uma diferença a maior de R\$ 4.319,03; e o aumento verificado na conta Manutenção das Atividades, que oscila em função da demanda de serviços, que fechou o semestre com saldo de R\$ 40.224,85 acima do estimado no orçamento.



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

QUADRO 13. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES/CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 68.647.455	9%	R\$ 6.178.270,96
Montante dos recursos garantidores	R\$ 688.160.979	1%	R\$ 6.881.609,79
TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE			
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite		3.702.156,06	5,39
(Soma das receitas previdenciais e de investimentos)			0,54

O limite para o custeio administrativo, previsto na Resolução CGPC/Nº 29/2009, corresponde a 9% do somatório das despesas e receitas previdenciárias (taxa de carregamento) ou 1% do ativo total (taxa de administração). Assim, no terceiro trimestre de 2017, como demonstrado no quadro acima, o custeio atendeu a ambos os limites.

QUADRO 14. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIRENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	3.518.949	66,82	3.476.152	66,43	42.797	1,23
DIRIGENTES	1.090.453	20,71	991.650	18,95	98.802	9,96
PESSOAL PRÓPRIO	2.428.496	46,12	2.484.501	47,48	(56.006)	-2,25
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	22.441	0,43	25.256	0,48	(2.816)	-11,15
VIAGENS E ESTADIAS	45.679	0,87	36.318	0,69	9.360	25,77
SERVIÇOS DE TERCEIROS	840.081	15,95	853.359	16,31	(13.277)	-1,56
DESPESAS GERAIS	459.046	8,72	499.271	9,54	(40.225)	-8,06
TAFIC - PLANO I	45.656	0,87	45.000	0,86	656	1,46
TAFIC - PLANO II	3.000	0,06	2.656	0,05	(2.656)	12,94
TRIBUTOS	249.280	4,73	207.004	3,96	42.275	20,42
DEPRECIações E AMORTIZAções	81.892	1,56	87.919	1,68	(6.026)	-6,85
T O T A L	5.266.024	100	5.232.936	100	33.088	0,63

A execução orçamentária demonstrada no quadro acima mostra que nos meses de janeiro a setembro acumulados, o total da despesa situou-se abaixo da previsão orçamentária em 0,63%. As contas orçamentárias que tiveram alterações relevantes e contribuíram nesse resultado estão explanadas no parágrafo que esclarece a utilização dos recursos oriundos dos rendimentos das aplicações do PGA, ilustradas no Gráfico 5-Participação Do Rendimento Dos Investimentos.

Concluimos que a projeção orçamentária se manteve aderente à despesa, encerrando o trimestre abaixo dos valores orçados.



5.2 INVESTIMENTO

5.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

TABELA 32. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO			jul/17	ago/17	set/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	9.597.268,17	100,00%	88,14%	100%	100%	100%	14,90		0,83%	0,95%	0,42%	2,22%	6,56%	8,78%	-1,47%	1,35%	2,67%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	9.597.268,17	100,00%	88,14%	100,00%	100,00%	100,00%	14,90		0,83%	0,95%	0,42%	2,22%	6,56%	8,78%	-1,47%	1,35%	2,67%
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	9.597.268,17	100,00%	88,14%	-	-	-	14,90	Soberano	0,41%	0,96%	0,51%	1,89%	6,73%	8,96%	-1,30%	1,52%	2,84%
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-F	0,00	0,00%	0,00%						4,05%	0,86%	-0,61%	4,30%	3,41%	3,41%	-1,46%	0,54%	1,41%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.291.079,86	100,00%	11,86%	0%	20%	20%	-		0,78%	0,78%	0,66%	2,24%	8,01%	11,63%	-0,02%	2,80%	4,12%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	1.291.079,86	100,00%	11,86%	0,00%	10,00%	10,00%	-		0,78%	0,78%	0,66%	2,24%	8,01%	11,63%	-0,02%	2,80%	4,12%
	SAGA SNAKE FIM	1.291.079,86	100,00%	11,86%				-		0,78%	0,78%	0,66%	2,24%	8,01%	11,63%	-0,02%	2,80%	4,12%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		10.888.348,03		100,00%				14,90		0,83%	0,95%	0,44%	2,24%	6,65%	8,92%	-1,38%	1,43%	2,76%

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a **“Taxa de Referência do Plano” (INPC+5,26%)**, assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos **“Segmentos de Renda Fixa”** e **“Investimentos Estruturados”**, encontrando-se no encerramento do 3º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 3º Trimestre 2017 o valor total de R\$ 10.888.348,03 contra R\$ 11.607.950,69 em dezembro de 2016, acumulando no ano uma queda de 6,20%, motivada pelas saídas correspondentes às despesas dos Planos.

GRÁFICO 68. ENQUADRAMENTO LEGAL

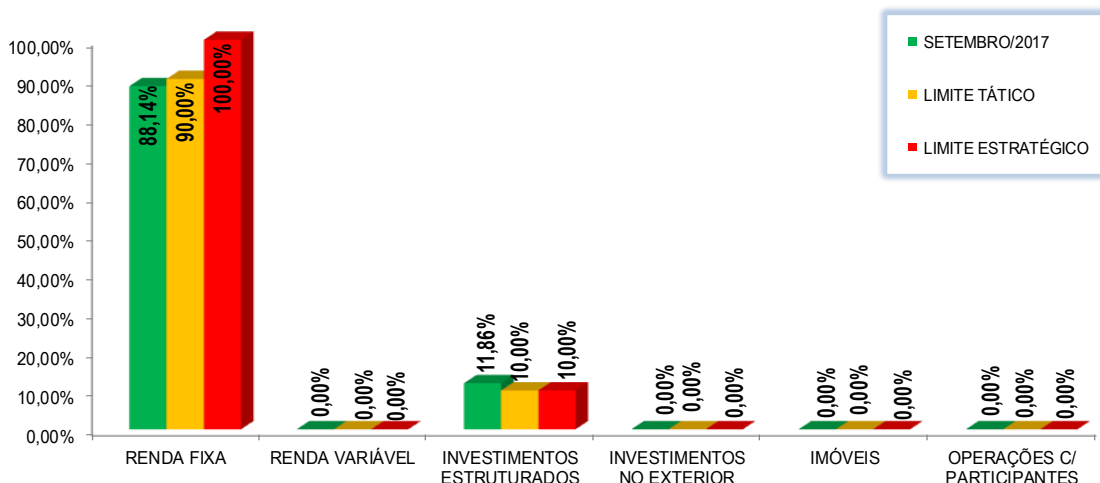


TABELA 33. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2016 x 2017 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2016		SETEMBRO/2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN
RENDA FIXA	10.768.176,62	92,77%	9.597.268,17	88,14%	90,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	70,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	839.774,07	7,23%	1.291.079,86	11,86%	10,00%	10,00%	20,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
IMÓVEIS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.607.950,69	100%	10.888.348,03	100%			
(+) Disponível - Conta 11	14.200,79	CRESCIMENTO NOMINAL	16.986,66				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		0,00				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	11.622.151,48	-6,20%	10.905.334,69				

Comentários:

Destaca-se por oportuno que a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais, com 88,14% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados, este último, com 11,86% dos ativos de investimentos alocados em Fundo Multimercado, cuja finalidade é tão somente dar liquidez para pagamento das Despesas Administrativas. Dessa forma, é desprezível o desempenho obtido por esse veículo.

5.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativa ao 3º trimestre de 2017 foi de 2,24%, acumulando no ano 6,65%. Descontada a Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 5,26% a.a.), que acumulou no ano 5,21%, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 1,44%.

5.2.2.1 Segmento de Renda Fixa

No 3º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 2,22%, contra 1,49% registrada no 2º trimestre, acumulando no ano alta de 6,56%, frente a Taxa de Referência de 5,21%, superando a Taxa de Referência acumulada em 1,35%. Apesar do ganho elevado no período, não se deve contar com esse mesmo comportamento ao longo dos próximos trimestres, dado as dificuldades do Governo central em aprovar junto ao Congresso as reformas Fiscal e Previdenciária, com reflexos no comportamento das taxas de juros futuro, podendo aumentar acentuadamente a sua volatilidade.

5.2.2.2 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 3º trimestre de 2017 alta de 2,24%, contra variação positiva de 2,52% no 2º trimestre de 2017. Com este resultado, o **Segmento de Investimentos Estruturados** acumulou no ano alta de 8,01%, contra Taxa de Referência de 5,21% no mesmo período, imputando divergência positiva de 2,80%. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento das despesas administrativas do Plano.

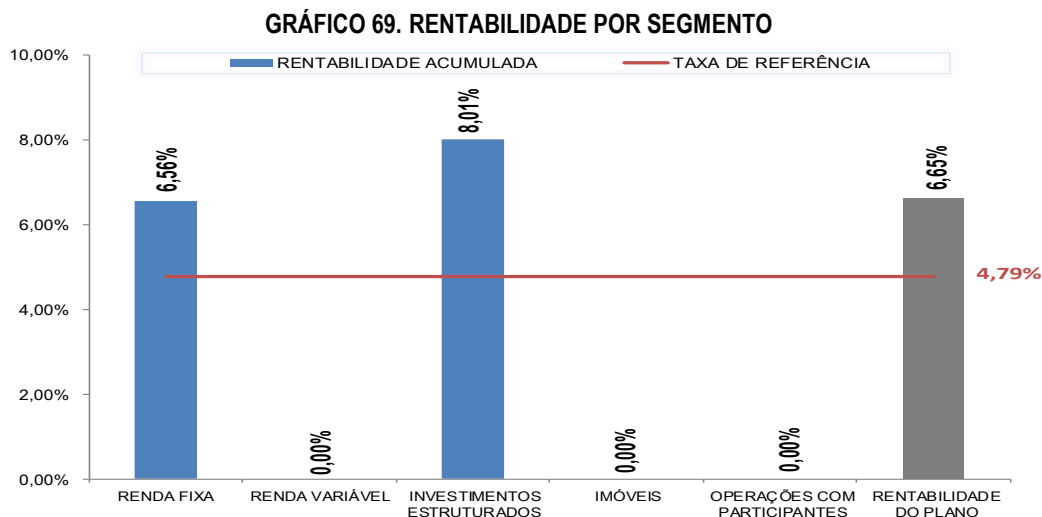


TABELA 34. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	3º TRIMESTRE DE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,42%	2,22%	6,56%	8,78%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,66%	2,24%	8,01%	11,63%
IMÓVEIS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,44%	2,24%	6,65%	8,92%
TAXA DE REFERÊNCIA	0,41%	1,41%	5,21%	7,04%
DIVERGÊNCIA	0,03%	0,82%	1,43%	1,89%

5.2.3 Controle de Avaliação de Riscos

5.2.3.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano. Tratando-se do Plano de Gestão Administrativa - PGA, não há uma meta atuarial a ser alcançada. Existe a **Taxa de Referência** pré-estabelecida e aprovada pelo Conselho Deliberativo: INPC + 5,26% a.a.

Não foi verificado no encerramento do 3º trimestre de 2017 no **Plano de Gestão Administrativa - PGA**, DNP de Segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos, tampouco DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

TABELA 35. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

Segmento	Divergência Não Planeja nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17			
Renda Fixa	-0,05%	0,19%	0,20%	0,10%	0,16%	0,17%	-0,24%	-0,23%	0,52%	0,23%	0,55%	0,01%	1,63%	0,25%	5,60%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturados	0,45%	0,58%	0,55%	0,25%	0,20%	0,30%	0,28%	0,16%	0,63%	0,18%	0,38%	0,25%	4,23%	0,17%	0,15%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Plano.....	-0,05%	0,22%	0,22%	0,11%	0,16%	0,18%	-0,21%	-0,22%	0,52%	0,23%	0,55%	0,03%	1,76%	0,24%	5,54%

Referência:..... INPC + 5,26% a.a.

Regra I: Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos;

Regra II: O Segmento Estruturado apresentou DNP negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

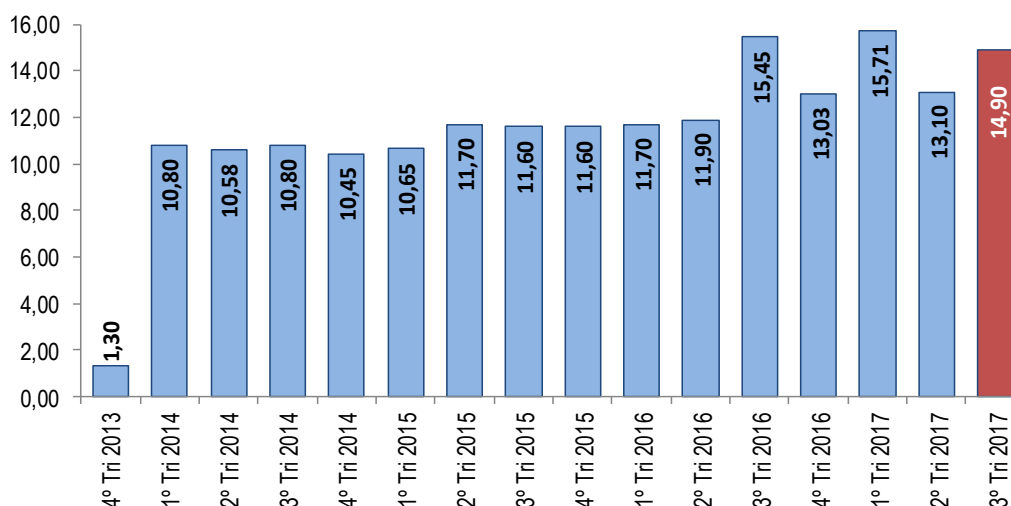
5.2.4 Operações Kursadas

TABELA 36. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017

VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
04/04/2017	NTN-B 2019	4,6000	4,9400	5,2400	5,0000	1.338.457,76
04/09/2017	NTN-F 2027	9,4700	9,9900	10,6200	10,1000	1.302.616,04
TOTAL.....						7.092.151,03
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	1.337.100,70
TOTAL.....						1.337.100,70

5.2.5 Duration

GRÁFICO 70. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 3º trimestre de 2017 o “Duration” alcançou 14,90 anos, contra 13,10 anos registrados no 2º trimestre. O aumento ocorrido no período foi motivado pela alienação de títulos públicos federais mais curtos existentes na carteira (NTN/F 2027), com objetivo de fazer “Caixa” criando de modo sistemático liquidez para o Plano no curto prazo.



5.2.6 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 37. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	40.188,76	102.660,08	39,15%	687.301,98	996.785,97	68,95%	687.301,98	1.357.509,39	50,63%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	40.188,76	102.660,08	39,15%	687.301,98	996.785,97	68,95%	687.301,98	1.357.509,39	50,63%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7.793,99	10.231,53	76,18%	39.305,79	96.425,49	40,76%	39.305,79	125.033,50	31,44%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	7.793,99	10.231,53	76,18%	39.305,79	96.425,49	40,76%	39.305,79	125.033,50	31,44%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	47.982,75	112.891,61	42,50%	726.607,77	1.093.211,46	66,47%	726.607,77	1.482.542,89	49,01%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2017 registradas em “Valor Orçado” aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como “Valor Realizado”. O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 3º trimestre de 2017 fechou com valor realizado de R\$ 726.607,77 - contra o “Valor Orçado” de R\$ 1.093.211,46 - menor em 33,53%.



5.3 CONTÁBIL – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

QUADRO 15. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016	PASSIVO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016
DISPONÍVEL	16.986,66	22.036,20	EXIGÍVEL OPERACIONAL	667.786,47	734.585,86
REALIZÁVEL	15.148.743,47	15.686.814,82	Gestão Administrativa	654.672,42	734.585,86
Gestão Administrativa	4.260.395,44	4.003.210,61	Investimentos	13.114,05	-
Investimentos	10.888.348,03	11.683.604,21	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.057.017,42	4.774.495,91
Títulos Públicos	9.597.268,17	11.659.532,05	Gestão Administrativa	5.057.017,42	4.774.495,91
Fundos de Investimento	1.291.079,86	24.072,16	PATRIMÔNIO SOCIAL	12.482.441,30	13.327.623,96
PERMANENTE	3.041.515,06	3.127.854,71	FUNDOS	12.482.441,30	13.327.623,96
Imobilizado	3.022.931,75	3.101.123,64	Fundos Administrativos	12.482.441,30	13.327.623,96
Diferido	18.583,31	26.731,07			
TOTAL DO ATIVO	18.207.245,19	18.836.705,73	TOTAL DO PASSIVO	18.207.245,19	18.836.705,73

Brasília, 30 de Setembro de 2017

A Demonstração Contábil do Balanço Patrimonial apresenta o Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Social e tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial da Entidade em determinada data. Representa, portanto, a posição estática.

QUADRO 16. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA BD

DESCRIÇÃO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.264.342,77	13.067.492,82	1,51
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.619.543,39	4.897.499,63	(26,09)
1.1. Receitas	3.619.543,39	4.897.499,63	(26,09)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.078.209,68	1.225.438,36	(12,01)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.792.455,66	2.095.506,74	(14,46)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	22.270,28	26.377,36	(15,57)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	726.607,77	1.550.177,17	(53,13)
2. Despesas Administrativas	4.401.444,86	4.637.368,49	(5,09)
2.1. Administração Previdencial	2.358.384,03	2.317.808,90	1,75
Pessoal e encargos	1.726.911,75	1.566.727,27	10,22
Treinamentos/congressos e seminários	2.678,30	13.948,77	(80,80)
Viagens e estadias	16.535,77	19.719,74	(16,15)
Serviços de terceiros	330.042,63	335.860,65	(1,73)
Despesas gerais	175.260,80	203.717,34	(13,97)
Depreciações e amortizações	31.668,64	42.223,94	(25,00)
Tributos	75.286,14	135.611,19	(44,48)
2.2. Administração dos Investimentos	2.043.060,83	2.319.559,59	(11,92)
Pessoal e encargos	1.249.315,20	1.406.752,94	(11,19)
Treinamentos/congressos e seminários	13.320,23	7.721,34	72,51
Viagens e estadias	11.023,98	13.516,31	(18,44)
Serviços de terceiros	375.275,69	479.313,81	(21,71)
Despesas gerais	222.759,81	223.667,65	(0,41)
Depreciações e amortizações	33.334,52	41.705,38	(20,07)
Tributos	93.031,40	101.882,16	(8,69)
Despesas Específicas - TAFIC	45.000,00	45.000,00	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(781.901,47)	260.131,14	(400,58)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(781.901,47)	260.131,14	(400,58)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	12.482.441,30	13.327.623,96	(6,34)

Brasília, 30 de Setembro de 2017



QUADRO 17. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CODEPREV

DESCRIÇÃO	Período Setembro/2017	Período Setembro/2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	831.490,72	552.229,19	50,57
1.1. Receitas	831.490,72	552.229,19	50,57
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	265.589,46	212.905,99	24,74
Custeio Administrativo dos Investimentos	565.901,26	339.323,20	66,77
2. Despesas Administrativas	831.490,72	552.229,19	50,57
2.1. Administração Previdencial	516.194,63	436.958,93	18,13
Pessoal e encargos	298.990,54	327.714,58	(8,76)
Treinamentos/congressos e seminários	5.951,60	1.633,98	264,24
Viagens e estadias	6.655,37	2.578,61	158,10
Serviços de terceiros	117.655,68	80.965,72	45,32
Despesas gerais	50.824,80	12.426,33	309,01
Depreciações e amortizações	11.831,12	1.575,65	650,87
Tributos	21.629,27	8.657,81	149,82
Despesas Específicas - TAFIC	2.656,25	1.406,25	88,89
2.2. Administração dos Investimentos	315.296,09	115.270,26	173,53
Pessoal e encargos	200.934,31	75.109,14	167,52
Treinamentos/congressos e seminários	3.306,27	421,99	683,49
Viagens e estadias	2.103,36	864,32	143,35
Serviços de terceiros	31.787,24	20.375,50	56,01
Despesas gerais	49.023,06	8.673,10	465,23
Depreciações e amortizações	11.084,23	1.239,22	794,45
Tributos	17.057,62	8.586,99	98,64
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	-	-	-
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	-	-	-

Brasília, 30 de Setembro de 2017

).